

# HORIZONTES SOCIOLÓGICOS AFRO-LUSÓFONOS

v. 2, n. 2, jul. 2025

Revista do Curso de  
Licenciatura em  
Sociologia da UNILAB



**Horizontes Sociológicos Afro-Lusófonos** é uma revista semestral do Curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB. As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus/suas autores/as.

ISSN: 3085-7759

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADE - IH

CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Coordenadora - Joana Elisa Röwer

Vice-coordenador - Lucas Marcelo Tomaz de Sousa

**Editores/as**

Gledson Ribeiro de Oliveira (Unilab)

Joana Elisa Röwer (Unilab)

Assistente de editoração- Simão David Ngombo

**Conselho Editorial**

Nilton Soares de Souza Neto - Guiné-Bissau - Universidade Lusófona da Guiné-Bissau (ULG)

Marcelo Pinheiro Cigales - Ciências Sociais (UNB)

Janaina Campos Lobo - Sociologia (Unilab)

Newton Malveira Freire - Doutorando pela Universidade do Minho (Portugal)

Isaurora Martins - Ciências Sociais (UVA)

Sabino Tobaba Intanque - Guiné-Bissau - Doutorando (Ufpel)

Lucas Marcelo Tomaz de Sousa - Sociologia (Unilab)

Igor Monteiro Silva - Sociologia (Unilab)

Honorata Dias - Guiné-Bissau - Doutora em Psicologia (UFBA)

Joana Elisa Röwer - Sociologia (Unilab)

Mamadu Indajaí - Doutorando (Upel)

Gledson Ribeiro de Oliveira - Sociologia (Unilab)

Antonio Marcos de Sousa Silva - Sociologia (Unilab)

Sabino Tobaba Intanque – Doutorando (Ufpel)

Maria Alda de Sousa Alves - Sociologia (Unilab)

Brena Kécia Andrade de Oliveira – Doutoranda Em Educação (UFPR)

Sebastião André Alves de Lima Filho - Sociologia (Unilab)

Bruno Gomes – Guiné-Bissau - Doutorando em Educação (UFPR)

Eduardo Sala – Angola - Doutorando em Educação (UFSC)

Estelany Silveira Soares – Mestre em Docência no Ensino de Sociologia (UFC)

Iadira Antonio Impanta – Guiné-Bissau - Doutoranda em Antropologia Social (UFSC)

Eduardo Gomes Machado - Sociologia (Unilab)

Ivanilson Monteiro – Guiné-Bissau – Mestre em Psicobiologia (UNIFESP)

Ricardino Jacinto Dumas Teixeira - Sociologia (Unilab)

Ricardo Nascimento - Sociologia (Unilab)

José Manuel Mussunda - Angola - Doutorando em Ciência Política (UFRGS)

Mario Henrique Castro Benevides - Sociologia (Unilab)

Ricardo Ossagô de Carvalho - Sociologia (Unilab)

Daniele Ellery Mourão - Sociologia (Unilab)

Maria de Fátima Souza da Silveira - Doutora em Sociologia (USP)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Campus da Liberdade.

Avenida da Abolição, 3 – Centro.

CEP: 62.790-000

Redenção – Ceará – Brasil.

E-mail: horizontessociologicos.unilab@gmail.com

# MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA GUINÉ-BISSAU: É IMPERIALISMO CULTURAL?

*Lívia Barbosa Pacheco Souza<sup>1</sup>*

*Elizabete Essamai Manga<sup>2</sup>*

## **Resumo**

É crucial estudar profundamente a Mutilação Genital Feminina (MGF) para promover a conscientização, desenvolver intervenções eficazes e garantir o respeito aos direitos humanos das mulheres, contribuindo assim para a erradicação dessa prática nociva globalmente. Diante desse contexto de injustiça e desigualdade, o presente estudo teve por objetivo examinar de forma crítica a prática da MGF na Guiné-Bissau sob a ótica da interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais das mulheres. Explorou-se os impactos físicos e psicológicos da MGF, as estratégias de combate e aceitação, e a posição do Panafricanismo e do Mulherismo Africano. Ao final do trabalho, o estudo concluiu que a erradicação da MGF exige abordagens sensíveis à cultura, fortalecimento da legislação e colaboração internacional, destacando a necessidade de preservar a identidade cultural enquanto se promovem os direitos humanos universais das mulheres.

**Palavras-chave:** Mutilação Genital Feminina; Direitos Humanos; Cultura; Guiné-Bissau.

*FEMALE GENITAL MUTILATION IN GUINEA-BISSAU: IS IT CULTURAL IMPERIALISM?*

## **Abstract**

It is crucial to study Female Genital Mutilation (FGM) in depth to promote awareness, develop effective interventions, and ensure respect for women's human rights, thus contributing to the eradication of this harmful practice globally. In this context of injustice and inequality, the present study aimed to critically examine the practice of FGM in Guinea-Bissau from the perspective of the intersection between culture, tradition and fundamental rights of women. The physical and psychological impacts of FGM, the strategies of combat and acceptance, and the position of Pan-Africanism and African Womanism were explored. At the end of the work, the study concluded that the eradication of FGM requires culturally sensitive approaches, strengthening legislation and international collaboration, highlighting the need to preserve cultural identity while promoting the universal human rights of women.

**Keywords:** Female Genital Mutilation; Human Rights; Culture; Guinea-Bissau.

---

<sup>1</sup> Pedagoga (UNEB), Psicopedagoga Institucional e Clínica (Faculdade Iguaçu), Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM UFBA), em Gênero e Sexualidade na Educação (NUCUS UFBA), em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB), e em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (Faculdade Iguaçu). - E-mail: [adm.liviapacheco@gmail.com](mailto:adm.liviapacheco@gmail.com) - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

<sup>2</sup> Bacharela Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB); e discente da Licenciatura em Pedagogia da UNILAB. - E-mail: [essamaimangaelizabete@gmail.com](mailto:essamaimangaelizabete@gmail.com) - Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2928-0421>

## Introdução

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma prática enraizada em diversas culturas ao redor do mundo, especialmente prevalente em países africanos, entre eles o Quênia, Angola e Guiné-Bissau (Bavel, 2022). Este fenômeno cultural, religioso e social tem gerado intenso debate entre defensores dos direitos humanos, especialistas em saúde pública e estudiosos da cultura africana. Apesar de suas profundas raízes históricas e culturais, a MGF é amplamente reconhecida como uma violação dos direitos das mulheres, incitando discussões sobre imperialismo cultural, liberdade de escolha e respeito cultural.

A MGF é frequentemente categorizada como uma violação dos direitos de gênero e da pessoa humana devido aos seus impactos negativos profundos na saúde física e psicológica das mulheres e meninas. Esta prática é realizada em um contexto de desigualdade de gênero, onde a autonomia corporal e os direitos reprodutivos das mulheres são frequentemente ignorados ou subjugados. A mutilação pode resultar em complicações médicas severas, incluindo infecções, infertilidade e, em alguns casos, a morte. Além disso, os efeitos psicológicos duradouros, tais como traumas e transtornos de estresse pós-traumático, sublinham a gravidade desta violação.

Ser a favor da prática da MGF é frequentemente visto como uma contradição aos princípios do Panafricanismo e do Mulherismo Africano, movimentos que visam a emancipação e o fortalecimento das mulheres africanas. Esses movimentos defendem a igualdade de gênero, a autonomia feminina e a erradicação de práticas prejudiciais que limitam o potencial das mulheres. A MGF, ao perpetuar a subjugação e o controle do corpo feminino, é vista como um obstáculo ao progresso e à libertação das mulheres africanas, comprometendo os avanços nas áreas de direitos humanos e igualdade de gênero (Buzatti, 2017).

Entretanto, a MGF é, para muitos, uma prática cultural, religiosa e social profundamente enraizada, com crenças associadas à pureza sexual, à elegibilidade para o casamento e à identidade comunitária. Essas crenças tornam a prática resistente à erradicação, mesmo em face de evidências dos seus efeitos prejudiciais. O impacto psicológico da MGF é significativo, com muitos sobreviventes enfrentando traumas ao longo da vida, conflitos de identidade e estigmatização. Do ponto de vista dos direitos humanos, a prática contraria os princípios universais de dignidade e igualdade, colocando em questão a compatibilidade entre tradições culturais e direitos fundamentais.

Explorar estratégias de aceitação e combate à prática da MGF exige uma abordagem multidimensional que considere tanto o respeito pelas tradições culturais quanto a necessidade de proteger os direitos das mulheres. Programas de educação comunitária, a promoção de rituais de passagem alternativos e a implementação de políticas de saúde pública que abordem as complicações médicas da MGF são essenciais. A colaboração entre líderes comunitários, sobreviventes e

organizações de direitos humanos pode facilitar a transição para práticas mais seguras e respeitadoras dos direitos humanos (Fernandes, 2016).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo examinar a MGF na Guiné-Bissau através de uma lente crítica, explorando os argumentos prós e contras da prática, com ênfase na interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais das mulheres. Além disso, busca-se analisar como essas práticas podem coexistir com os princípios universais de igualdade e dignidade, questionando se a MGF pode ser vista como uma forma de imperialismo cultural ou uma questão de liberdade de escolha. Este trabalho pretende contribuir para o entendimento e a possível resolução dessa prática complexa, fornecendo uma análise abrangente e informada sobre a MGF na Guiné-Bissau.

Este estudo adotou uma abordagem de revisão e levantamento bibliográfico para investigar a Mutilação Genital Feminina (MGF) na Guiné-Bissau, com foco em entender a prática sob a perspectiva de direitos humanos, culturais e de gênero. A metodologia envolveu a coleta e análise de artigos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e documentos de políticas públicas disponíveis em bases de dados científicas e repositórios digitais, além de livros e teses. Fontes de dados como Google Scholar, PubMed e Web of Science foram utilizadas para assegurar uma ampla cobertura e diversidade de perspectivas sobre o tema.

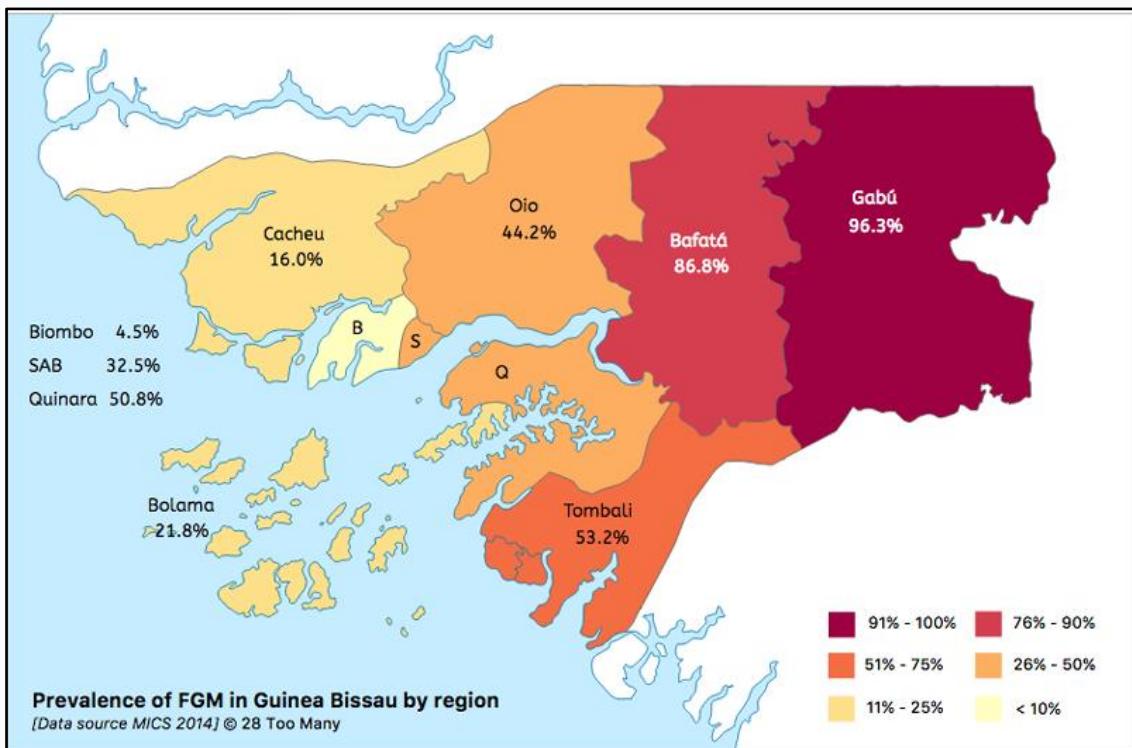
Inicialmente, foram identificados um total de 91 trabalhos, incluindo artigos científicos, teses, livros e matérias de sites e blogs, por meio de uma pesquisa abrangente utilizando palavras-chave como "Mutilação Genital Feminina", "Guiné-Bissau", "direitos humanos", "cultura africana" e "saúde pública". Cada artigo foi avaliado quanto à sua relevância, qualidade metodológica e contribuição para o entendimento da MGF no contexto guineense. A filtragem resultou na seleção de 17 estudos, os quais atenderam aos critérios de inclusão, focando principalmente em estudos empíricos, revisões sistemáticas e análises teóricas robustas.

A análise dos dados foi conduzida através de uma abordagem qualitativa, onde os artigos selecionados foram lidos e suas principais conclusões sintetizadas. A revisão bibliográfica permitiu a identificação de padrões recorrentes, lacunas na literatura e pontos de convergência e divergência entre diferentes estudos. Este processo possibilitou uma compreensão aprofundada e crítica da MGF na Guiné-Bissau, fornecendo uma base sólida para as discussões e conclusões apresentadas neste estudo.

## **Prevalência e Práticas da MGF na Guiné-Bissau**

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma prática amplamente difundida na Guiné-Bissau, onde um número significativo de meninas e mulheres é submetido a esse ritual. De acordo com dados

recentes (Thomson Reuters Foundation, 2018), aproximadamente 44,9% das mulheres na Guiné-Bissau, com idades entre 15 e 49 anos, já passaram por algum tipo de mutilação genital. Essa prevalência varia consideravelmente entre diferentes regiões e grupos étnicos dentro do país, com certas áreas e comunidades exibindo taxas significativamente mais altas de incidência. Por exemplo, entre os grupos étnicos como os Fulas e Mandingas, a prevalência pode ultrapassar 90%, enquanto entre outros grupos, como os Balantas, a prática é menos comum.



**Figura 1.** Prevalência de MGF na Guiné-Bissau de acordo com as regiões.

**Fonte:** Thomson Reuters Foundation, 2018.

As práticas específicas de MGF na Guiné-Bissau podem variar, mas geralmente envolvem uma série de procedimentos que incluem a remoção parcial ou total dos órgãos genitais externos. A MGF é classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em quatro tipos principais, e todos esses tipos podem ser encontrados na Guiné-Bissau. O Tipo I (clitoridectomia) e o Tipo II (excisão) são os mais comuns, enquanto o Tipo III (infibulação) é menos prevalente, mas ainda presente em algumas comunidades. Há também práticas menos severas, que envolvem apenas a incisão simbólica, mas estas são raramente reconhecidas como uma forma aceitável de MGF pela comunidade internacional de saúde.

A realização da MGF na Guiné-Bissau é tradicionalmente conduzida por mulheres mais velhas da comunidade, conhecidas como “circuncisoras” ou “garantes”, que possuem um status elevado e são respeitadas por seu conhecimento e habilidade em realizar o ritual. Esses procedimentos são frequentemente realizados sem anestesia e em condições higiênicas precárias, aumentando significativamente o risco de infecções, hemorragias e outras complicações de saúde. Em muitos

casos, a MGF é realizada em grupos durante cerimônias comunitárias, reforçando a natureza coletiva e cultural do ritual (Djalo, 2017).

A idade em que as meninas são submetidas à MGF também varia, mas geralmente ocorre entre a infância e a adolescência, com um pico de incidência entre os 4 e 14 anos de idade. Em algumas comunidades, a prática é vista como um rito de passagem crucial que marca a transição da infância para a idade adulta e a elegibilidade para o casamento. Este rito de passagem é muitas vezes acompanhado por celebrações comunitárias e cerimônias que reforçam a importância cultural e social da MGF.

Apesar da prevalência e da aceitação cultural da MGF em muitas partes da Guiné-Bissau, há uma crescente conscientização e resistência contra a prática, impulsionada por campanhas de sensibilização conduzidas por ONGs, organizações de direitos humanos e alguns setores do governo (Bavel, 2022). Estas campanhas têm se concentrado em educar as comunidades sobre os riscos de saúde associados à MGF, bem como sobre os direitos humanos das meninas e mulheres. No entanto, os esforços para erradicar a prática são frequentemente desafiados por profundas crenças culturais e religiosas que perpetuam a MGF como uma norma social. A principal lei relacionada à MGF na Guiné-Bissau é o Decreto-Lei nº 14/2011, que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina.<sup>6</sup> Essa lei cobre todas as regiões e setores da Guiné-Bissau, já que não há leis locais ou regionais contra a MGF (Thomson Reuters Foundation, 2018).

Além disso, a legislação nacional contra a MGF, embora existente, enfrenta desafios significativos na sua implementação. A lei que criminaliza a prática foi promulgada em 2011, mas a aplicação é esporádica e frequentemente ineficaz devido à falta de recursos, infraestrutura inadequada e resistência cultural. Muitas vezes, as práticas continuam em segredo, longe da supervisão das autoridades, e as sanções legais não são suficientemente dissuasivas para erradicar a prática. Assim, a prevalência da MGF na Guiné-Bissau permanece alta, e esforços contínuos e multifacetados são necessários para combater esta prática prejudicial de forma eficaz.

## **Impactos na Saúde Física e Psicológica das Mulheres**

A MGF tem impactos profundos e duradouros na saúde física das mulheres e meninas que passam por este procedimento. Imediatamente após a mutilação, as vítimas podem sofrer de dor extrema, sangramento abundante e choque, que em casos graves podem levar à morte. As condições em que a MGF é realizada são frequentemente insalubres, com instrumentos não esterilizados e falta de cuidados médicos, o que aumenta significativamente o risco de infecções (Costa, 2016). Além disso, a ausência de anestesia ou de cuidados pós-operatórios adequados agrava o sofrimento das meninas e mulheres submetidas a essa prática.

A longo prazo, as consequências físicas da MGF são diversas e podem incluir infecções crônicas, formação de cistos, complicações urinárias, problemas menstruais e dor constante. Muitas mulheres também enfrentam dificuldades sexuais, como dor durante a relação sexual e redução ou ausência de prazer sexual, o que pode afetar negativamente seus relacionamentos e bem-estar emocional. A infibulação, ou Tipo III de MGF, é particularmente prejudicial, pois pode causar complicações severas durante o parto, aumentando o risco de mortalidade materna e neonatal. As cicatrizes resultantes da MGF podem obstruir o canal de parto, levando a partos prolongados e complicações que requerem intervenções médicas de emergência.

Além disso, os impactos psicológicos da MGF são igualmente graves e abrangentes. Muitas meninas e mulheres que passaram pela mutilação sofrem de traumas psicológicos duradouros. Os transtornos de estresse pós-traumático (TEPT) são comuns, manifestando-se em sintomas como pesadelos, flashbacks e ansiedade severa. As sobreviventes de MGF também podem experimentar depressão, baixa autoestima e sentimentos de vergonha e humilhação. Segundo Souza et al (2024), a mutilação, sendo um procedimento muitas vezes realizado sem o consentimento ou compreensão total da criança, é uma violação profunda da integridade corporal e da autonomia, exacerbando os traumas psicológicos.

Os impactos psicológicos são exacerbados pelo estigma social e pela falta de apoio emocional. Em muitas comunidades, a mutilação é vista como uma norma cultural, e as meninas que não passam pelo procedimento podem ser estigmatizadas e consideradas impuras ou inadequadas para o casamento. Essa pressão social e cultural dificulta ainda mais a capacidade das sobreviventes de MGF de expressar seus traumas e buscar ajuda. A falta de redes de apoio adequadas e de serviços de saúde mental específicos para essas vítimas agrava o isolamento e o sofrimento psicológico.

Além disso, esse tipo de prática pode afetar negativamente a identidade e a autoimagem das mulheres. A percepção de que seus corpos foram modificados de forma permanente e dolorosa pode levar a sentimentos de alienação e desconexão do próprio corpo. Muitas sobreviventes relatam uma perda de confiança e dificuldades em se relacionar intimamente com seus parceiros. A mutilação genital feminina também pode impactar negativamente a dinâmica familiar e conjugal, com algumas mulheres enfrentando tensões e conflitos em seus casamentos devido às consequências físicas e emocionais do procedimento (Traule, 2022).

Em termos de saúde reprodutiva, a MGF apresenta desafios significativos. As mulheres mutiladas frequentemente enfrentam complicações durante a gravidez e o parto, que podem incluir dificuldades em realizar exames ginecológicos de rotina, partos prolongados e dolorosos, e maior incidência de cesarianas de emergência. Estas complicações não apenas põem em risco a saúde das mulheres, mas também a dos seus recém-nascidos, aumentando a taxa de mortalidade infantil. Assim,

a MGF não apenas afeta diretamente as mulheres que passam pelo procedimento, mas também tem consequências intergeracionais que impactam a saúde e o bem-estar de suas famílias e comunidades.

Considerando os impactos físicos e psicológicos abrangentes da MGF, é imperativo que as abordagens para combater esta prática incluam não apenas a prevenção, mas também o suporte contínuo às sobreviventes. Intervenções de saúde pública devem garantir acesso a cuidados médicos e psicológicos adequados, enquanto campanhas de sensibilização precisam abordar tanto os riscos de saúde quanto os direitos humanos das mulheres e meninas. A criação de redes de apoio comunitário e a capacitação de profissionais de saúde para lidar com as consequências da MGF são essenciais para mitigar os danos e promover a recuperação e o bem-estar das sobreviventes.

## **Direitos Humanos e Violação de Gênero**

Essa prática é amplamente reconhecida como uma violação grave dos direitos humanos e dos direitos de gênero. A MGF é uma manifestação extrema da discriminação de gênero, uma vez que é exclusivamente imposta a meninas e mulheres, refletindo e perpetuando profundas desigualdades de gênero. A MGF nega às mulheres e meninas a autonomia sobre seus próprios corpos e a liberdade de tomar decisões sobre sua saúde e bem-estar, constituindo uma violação dos direitos à integridade física e à saúde (Fernandes, 2016).

A prática da MGF contraria diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC). Estes documentos defendem o direito de todas as pessoas à saúde, à segurança, à integridade física e à liberdade de práticas desumanas ou degradantes. A MGF, ao causar danos físicos e psicológicos severos, claramente infringe esses direitos fundamentais.

Além de ser uma violação dos direitos à saúde e à integridade física, a MGF também é uma violação do direito à igualdade e à não discriminação. A prática é intrinsecamente ligada a normas sociais e culturais que perpetuam a subjugação e o controle das mulheres. Ao reforçar ideias de pureza e elegibilidade para o casamento que dependem da mutilação do corpo feminino, a MGF perpetua a ideia de que o valor de uma mulher está condicionado à conformidade com estas normas opressivas. Isso resulta em uma perpetuação das desigualdades de gênero e na marginalização contínua das mulheres (Silva, 2015).

A luta contra a MGF é, portanto, uma luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero. É um imperativo que as políticas e programas de combate à MGF não apenas visem a erradicação da prática, mas também promovam a autonomia das mulheres e a transformação das normas sociais que perpetuam a desigualdade. Isso inclui a educação das comunidades sobre os

direitos das mulheres e meninas, e a promoção de modelos positivos de masculinidade que rejeitem a violência e a opressão de gênero.

Organizações internacionais, governos e ONGs têm trabalhado para erradicar essa prática por meio de campanhas de sensibilização, mudanças legislativas e apoio às vítimas. No entanto, a implementação dessas medidas enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos em que a MGF é profundamente enraizada em tradições culturais e religiosas (Djú, 2021). A resistência à mudança pode ser forte, e a aplicação de leis que criminalizam a MGF pode ser limitada pela falta de recursos e pelo medo de represálias dentro das comunidades.

Além disso, a abordagem legal por si só não é suficiente para erradicar a MGF. É crucial adotar uma abordagem holística que inclua a promoção dos direitos humanos e a igualdade de gênero em todos os aspectos da sociedade. Isso envolve trabalhar com líderes comunitários, educadores, profissionais de saúde e, mais importante, com as próprias meninas e mulheres, para construir um consenso sobre a necessidade de abandonar a prática. Campanhas de educação e sensibilização devem ser culturalmente sensíveis e centradas nas comunidades, para que possam desafiar eficazmente as normas sociais que sustentam a MGF.

Em última análise, a erradicação da MGF é uma questão de justiça social e de direitos humanos. A prática não apenas causa danos físicos e psicológicos, mas também representa uma violação dos direitos fundamentais das mulheres e meninas à dignidade, à igualdade e à liberdade. Para que os direitos das mulheres sejam plenamente respeitados e promovidos, é essencial que a MGF seja abordada como uma prioridade global e que esforços coordenados sejam feitos para acabar com essa prática prejudicial. A verdadeira mudança virá quando as normas de gênero que sustentam a MGF forem transformadas e quando as mulheres e meninas tiverem pleno controle sobre seus próprios corpos e destinos.



**Figura 2.** Homens dão voz pelo fim da Mutilação Genital Feminina.  
**Fonte:** Unicef.

### **Panafricanismo, Mulherismo Africano e MGF**

O Panafricanismo e o Mulherismo Africano são movimentos fundamentais para a compreensão da luta pela emancipação e fortalecimento das mulheres africanas. O Panafricanismo, que visa a unidade e solidariedade entre todos os povos africanos e da diáspora africana, promove a libertação de todas as formas de opressão e exploração colonial e pós-colonial. De acordo com Santos (2023), o Mulherismo Africano, por sua vez, é um movimento que se concentra especificamente na emancipação das mulheres africanas, destacando a importância de suas contribuições para a sociedade e a necessidade de erradicar as práticas culturais que perpetuam a desigualdade de gênero.

A prática da MGF, sendo uma forma extrema de violência de gênero, contrasta fortemente com os ideais do Panafricanismo e do Mulherismo Africano. Estes movimentos defendem a dignidade, a saúde e a autonomia das mulheres, princípios que são fundamentalmente incompatíveis com a mutilação genital. O Panafricanismo vê a libertação da mulher africana como essencial para a libertação de todo o continente africano. Portanto, a continuidade da MGF, que subjuga e prejudica fisicamente as mulheres, é vista como um obstáculo significativo para o progresso e a unificação africana.

Dentro do contexto do Mulherismo Africano, a MGF é percebida como uma prática que impede a plena realização das mulheres africanas. O Mulherismo Africano promove a ideia de que as mulheres são pilares da sociedade e devem ser empoderadas para desempenhar plenamente seus papéis na construção de uma nação forte e justa. A MGF, ao causar danos físicos e psicológicos às

mulheres, limita sua capacidade de contribuir de maneira significativa e saudável para suas comunidades e para o desenvolvimento nacional (Caldeira, 2023). Assim, a prática é uma barreira direta à promoção dos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

Adicionalmente, a MGF perpetua estereótipos de gênero e normas culturais que oprimem as mulheres. No contexto do Panafricanismo, combater a MGF é também combater o legado do colonialismo, que muitas vezes reforçou e exacerbou práticas opressivas através de políticas divisivas e de controle social. Ao erradicar a MGF, os movimentos panafricanistas e mulheristas africanos visam não apenas proteger a saúde e os direitos das mulheres, mas também desmantelar estruturas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade e a opressão.

A crítica à MGF dentro do Panafricanismo e do Mulherismo Africano também se baseia no reconhecimento da diversidade cultural e na promoção de práticas culturais que respeitam os direitos humanos. Esses movimentos defendem a ideia de que as culturas africanas são dinâmicas e capazes de evoluir, abandonando práticas prejudiciais e adotando aquelas que promovem a dignidade e o bem-estar de todos os membros da sociedade. Assim, a erradicação da MGF é vista não como uma imposição externa, mas como uma evolução necessária dentro do próprio contexto cultural africano (Souza et al 2024).

Nesse sentido, para efetivamente combater a MGF e promover os princípios do Panafricanismo e do Mulherismo Africano, é crucial envolver líderes comunitários e as próprias mulheres africanas nas estratégias de erradicação da prática. Programas de educação e sensibilização que destacam os princípios de igualdade de gênero e os direitos humanos, aliados a iniciativas de empoderamento econômico e social, podem ajudar a transformar atitudes e normas culturais. Além disso, o fortalecimento das redes de apoio às sobreviventes de MGF e a promoção de rituais de passagem alternativos são essenciais para oferecer soluções que respeitem a cultura ao mesmo tempo que protegem os direitos das mulheres.

Em suma, a prática da MGF representa uma contradição direta aos ideais do Panafricanismo e do Mulherismo Africano, que buscam a unidade, a dignidade e a igualdade para todos os africanos. A erradicação da MGF é fundamental para a promoção dos direitos das mulheres e para o avanço dos objetivos desses movimentos. Ao enfrentar a MGF, o Panafricanismo e o Mulherismo Africano não apenas protegem as mulheres, mas também promovem uma visão de um continente africano unido e justo, onde todas as pessoas, independentemente de gênero, possam prosperar e contribuir plenamente para o desenvolvimento de suas comunidades e nações.

## **Estratégias de Aceitação e Combate à MGF**

Combater esse tipo de prática exige uma abordagem multifacetada que aborde tanto as raízes culturais da prática quanto seus impactos sobre os direitos humanos e a saúde das mulheres. Uma das estratégias mais eficazes tem sido a educação e sensibilização das comunidades onde a MGF é praticada. Campanhas de conscientização lideradas por ONGs, governos e organizações internacionais têm se concentrado em informar as comunidades sobre os riscos associados à MGF e os direitos das meninas e mulheres. Essas campanhas utilizam uma variedade de métodos, incluindo oficinas comunitárias, programas de rádio e televisão, e materiais educativos, muitas vezes em línguas locais, para alcançar uma audiência ampla e diversificada (Cabi, 2021).

Um componente crucial dessas campanhas é o envolvimento de líderes comunitários e religiosos. Em muitas comunidades, a MGF é mantida por tradições culturais e religiosas profundamente enraizadas, e os líderes comunitários possuem grande influência sobre as atitudes e práticas locais. Quando esses líderes são educados sobre os danos da MGF e se tornam defensores da mudança, eles podem ajudar a transformar as normas sociais e culturais. O treinamento e a capacitação de líderes locais, para que se tornem embaixadores da mudança, têm mostrado ser uma estratégia eficaz na redução da prática da MGF.

Outra abordagem importante é a promoção de rituais de passagem alternativos que preservam os aspectos culturais e sociais do rito de passagem sem envolver a mutilação. Em algumas comunidades, cerimônias alternativas que celebram a transição de meninas para a idade adulta têm sido introduzidas com sucesso (Silva, 2015). Esses rituais podem incluir elementos culturais, educativos e de empoderamento, proporcionando uma alternativa significativa que mantém a coesão social e cultural sem causar danos físicos. Organizações como a Tostan, na África Ocidental, têm implementado programas que combinam educação sobre direitos humanos com a introdução de tais rituais, alcançando resultados promissores na redução da MGF.

A legislação também desempenha um papel crucial na luta contra a MGF. Muitos países, incluindo a Guiné-Bissau, adotaram leis que proíbem a MGF. No entanto, a mera existência de leis não é suficiente; é necessária uma aplicação rigorosa e consistente. Isso requer a capacitação das forças de segurança, do sistema judiciário e dos profissionais de saúde para identificar casos de MGF e agir de acordo com a lei. Além disso, campanhas de sensibilização sobre os direitos legais das meninas e mulheres e as penalidades associadas à prática da MGF são essenciais para garantir que as comunidades estejam cientes das implicações legais da prática.

O apoio às sobreviventes de MGF é outro aspecto vital das estratégias de combate à prática. As mulheres e meninas que foram submetidas à MGF frequentemente necessitam de cuidados médicos e apoio psicológico para lidar com os impactos físicos e emocionais da mutilação. A criação

de serviços de saúde especializados e a formação de profissionais de saúde para prestar atendimento sensível e competente às sobreviventes são essenciais. Programas de reabilitação e reintegração que oferecem apoio psicológico, aconselhamento e oportunidades econômicas podem ajudar as sobreviventes a reconstruírem suas vidas e a recuperarem sua autoestima e dignidade (Teixeira, 2023).

Por fim, a colaboração internacional é fundamental para combater a MGF. A prática não conhece fronteiras e é frequentemente perpetuada entre comunidades de imigrantes em países ocidentais. A cooperação entre governos, ONGs e organizações internacionais pode ajudar a compartilhar melhores práticas, fornecer recursos e apoio técnico, e pressionar por mudanças políticas e sociais. Iniciativas como o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, celebrado em 6 de fevereiro, aumentam a visibilidade da questão e mobilizam a ação global contra a MGF.

Em suma, combater a MGF requer uma abordagem abrangente e colaborativa que envolva a educação comunitária, a capacitação de líderes locais, a introdução de rituais alternativos, a aplicação da lei, o apoio às sobreviventes e a cooperação internacional. Ao abordar as múltiplas dimensões da MGF e trabalhar em conjunto com as comunidades afetadas, é possível avançar na erradicação desta prática prejudicial e na promoção dos direitos e da saúde das meninas e mulheres.

### **Interseção entre Cultura, Tradição e Direitos Fundamentais**

A interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais é um terreno complexo e muitas vezes controverso, especialmente no contexto da Mutilação Genital Feminina. As práticas culturais e tradicionais desempenham um papel central na identidade e coesão social de muitas comunidades, incluindo aquelas na Guiné-Bissau. A MGF, para muitos, é um rito de passagem essencial que marca a transição de menina para mulher, sendo vista como um requisito para o casamento e aceitação social. Para Lourenço (2022), essa prática entra em conflito direto com os direitos fundamentais das meninas e mulheres, incluindo o direito à saúde, à integridade física e à liberdade de práticas desumanas e degradantes.

A tensão entre a preservação cultural e a proteção dos direitos humanos levanta questões críticas sobre como equilibrar respeito cultural e a necessidade de erradicar práticas nocivas. Por um lado, a cultura e as tradições são fundamentais para a identidade e continuidade das comunidades, e intervenções externas que buscam alterar ou abolir essas práticas podem ser vistas como imperialismo cultural. Por outro lado, a MGF é uma violação dos direitos humanos, causando danos físicos e psicológicos profundos e duradouros. O desafio reside em encontrar uma abordagem que respeite as tradições culturais enquanto protege os direitos fundamentais das mulheres e meninas.

Dessa forma, uma abordagem sensível à cultura, mas firme na proteção dos direitos humanos, envolve engajar diretamente as comunidades afetadas em diálogos sobre as implicações da MGF. Este engajamento deve ser conduzido de maneira inclusiva e respeitosa, reconhecendo a importância das tradições enquanto educa sobre os impactos negativos da MGF (Té, 2021). Líderes comunitários, religiosos e mulheres influentes dentro das comunidades desempenham um papel crucial nesse processo, pois possuem a autoridade e a credibilidade para influenciar a opinião pública e promover mudanças de dentro.

Os direitos fundamentais das mulheres e meninas, conforme estabelecido por instrumentos internacionais de direitos humanos, são universais e inalienáveis. Isso inclui o direito à saúde, à segurança, à integridade física, e à dignidade. Qualquer prática que comprometa esses direitos é inaceitável, independentemente de sua justificação cultural ou tradicional. É imperativo que as políticas e programas de erradicação da MGF sejam fundamentados nesses princípios universais, garantindo que todos os esforços para combater a prática estejam alinhados com a promoção e proteção dos direitos humanos.

Adotar uma abordagem de redução de danos é outra estratégia que pode ser utilizada na interseção entre cultura e direitos fundamentais. Isso envolve trabalhar com as comunidades para minimizar os riscos associados à MGF enquanto se trabalha para sua erradicação total. Por exemplo, promover práticas médicas mais seguras, se bem que controversas, pode ser uma etapa intermediária para reduzir os danos imediatos enquanto se constrói a conscientização e a aceitação da necessidade de abandonar completamente a MGF (Ferreira, 2019). Este enfoque pragmático reconhece que mudanças culturais profundas raramente acontecem de forma rápida ou linear, e que a mitigação dos danos pode ser um passo necessário no caminho para a eliminação.

O diálogo intercultural é essencial para criar uma compreensão mútua e promover uma mudança sustentável. Isso envolve não apenas educar as comunidades sobre os direitos humanos, mas também aprender com elas sobre os valores e significados culturais subjacentes à MGF. Compreender essas nuances permite a criação de intervenções culturalmente sensíveis que são mais propensas a serem aceitas e adotadas pelas comunidades. Ao valorizar e respeitar a cultura local, enquanto se promove os direitos fundamentais, é possível criar um ambiente em que a MGF possa ser abandonada sem que as comunidades sintam que estão perdendo parte essencial de sua identidade cultural (Djalo, 2017).

Finalmente, a interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais na questão da MGF exige uma abordagem equilibrada e sensível. É necessário respeitar e valorizar as práticas culturais e tradicionais das comunidades, ao mesmo tempo em que se defende firmemente os direitos humanos universais. Através do diálogo, educação, engajamento comunitário e estratégias de redução de danos,

é possível avançar na erradicação da MGF, promovendo a saúde, a dignidade e os direitos das meninas e mulheres, enquanto se preserva a coesão social e a identidade cultural das comunidades.

## **Considerações Finais e Perspectivas Futuras**

A Mutilação Genital Feminina (MGF) na Guiné-Bissau representa um desafio complexo que envolve a interseção de cultura, tradição e direitos fundamentais das mulheres. Este estudo destacou a prevalência da prática, seus impactos devastadores na saúde física e psicológica das vítimas, e a tensão entre a preservação cultural e a promoção dos direitos humanos. Além disso, discutiu-se como os movimentos panafricanistas e mulheristas africanos se posicionam contra a MGF, e explorou-se diversas estratégias de aceitação e combate à prática. É evidente que a erradicação da MGF requer um esforço multifacetado e colaborativo que envolva todos os setores da sociedade.

As perspectivas futuras para combater a MGF na Guiné-Bissau e em outras regiões onde a prática é prevalente dependem de um compromisso contínuo e sustentado por parte dos governos, organizações não governamentais, líderes comunitários e a sociedade civil. É crucial continuar e expandir as campanhas de educação e sensibilização, garantir a aplicação eficaz das leis que proíbem a MGF e fornecer suporte abrangente às sobreviventes. A promoção de alternativas culturais que preservem os ritos de passagem sem causar danos físicos é uma estratégia promissora que deve ser ampliada e adaptada às especificidades de cada comunidade.

Além disso, é necessário um enfoque maior na pesquisa e na coleta de dados para monitorar o progresso e identificar áreas que requerem atenção adicional. O apoio internacional e a cooperação transfronteiriça também são essenciais para abordar a prática entre comunidades de imigrantes e assegurar uma abordagem coordenada e eficaz. A erradicação da MGF é uma questão de justiça social e direitos humanos que exige um esforço global para garantir que todas as meninas e mulheres possam viver livres de violência e discriminação, com pleno controle sobre seus corpos e destinos.

## **Referências**

- 28 TOO MANY. **Guiné-Bissau: A Lei e MGF.** Thomson Reuters Foundation, 2018.
- BAVEL, Hannelore Van. A legislação anti-MGF é imperialismo cultural? Interrogando a Lei de Proibição da Mutilação Genital Feminina no Quénia. **Estudos Sociais e Jurídicos**, v. 32, n. 3, p. 378-398, 2022.
- BUZATTI, Luísa da Silva. **Origens da Prática.** Minionu Puc Mag, 2017. Disponível em: <https://minionupucmg.wordpress.com/2017/08/16/origens-da-pratica/>. Acesso em 01/06/2024.
- CABI, Sambite Santos. **O estado, a ong Okanto e o combate à excisão genital feminina em Guiné-Bissau.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste de Paraná. Foz do Iguaçu, 2021.

- CALDEIRA, Cleusa. Teologia negra e mulherismo africana: o poder das mulheres negras de matrígester potências de vida. **Perspectiva Teológica**, v. 55, n. 1, p. 213-237, 2023.
- COSTA, Rachel. **Mutilação não é tradição, é violência**. UOL, 2016. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/mutilacao-genital-feminina-nao-e-tradicao-e-violencia>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- DJALO, Abibatu. **Rito de iniciação feminina: a percepção das estudantes guineenses da UNILAB, sobre o fanado em especial das etnias Fula, Mandinga, Susu**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2017.
- DJÚ, Iqui. **A violação dos direitos humanos na Guiné-Bissau na prática de mutilação genital feminina**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2021.
- FERNANDES, Elísio Júlio. **A mutilação genital feminina-mgf na Guiné-Bissau como uma prática que viola os direitos humanos**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira. Redenção, 2016.
- FERREIRA, Izelia da Silva Vaz. **A prática da mutilação genital feminina na Guiné-Bissau: tradição cultural ou violação dos direitos humanos?** Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira. Acarape, 2019.
- LOURENÇO, Patrícia Antunes Pereira. **Mudança social ancorada numa abordagem participativa**: co-design de uma ferramenta visual numa campanha sobre MGF e práticas nefastas na Guiné-Bissau. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade de Lisboa. Portugal, 2022.
- SANTOS, Blenda. **Negra Travessias**: Ativismos e Pan-Africanismos de Mulheres Negras. 1ª Edição. Online: AAPRIS Editora, 2023.
- SILVA, Carina Castro. **Mutilação Genital Feminina**: Percepções de jovens guineenses residentes em Portugal e de profissionais com experiência na Guiné-Bissau. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento) - Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2015.
- SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco; MANGA, Elizabete Essamai; BLABAM, Marina Tchuda; TCHUDA, Fátima Campune. Sob a sombra da lâmina: mutilação genital na Guiné-Bissau e os caminhos para a mudança. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, v. 10, n. 3, p. 164-179, 2024.
- TÉ, Mário. **Cultura e proteção de direitos humanos em África**: o caso da Guiné-Bissau. Monografia (Bacharelado em Administração Pública - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2021.
- TEIXEIRA, Sara Fabricia. **Sensibilidades, desafios e conquistas na luta contra a excisão genital feminina na Guiné-Bissau**: o caso do comitê nacional para abandono das práticas nefastas à saúde da mulher e da criança (CNAPN). Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2023.
- TRAULE, Binto. **Fanadu, mutilação genital feminina na Guiné-Bissau entre tradição e tensões**. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2022.

**UNIVERSIDADES EM RISCO:  
REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS CIÊNCIAS HUMANAS EM REGIMES  
NÃO-DEMOCRÁTICOS EM ÁFRICA – O CASO DE ANGOLA**

*José Manuel Mussunda da Silva<sup>1</sup>*

**Resumo**

As universidades que silenciam seus estudantes e professores diante de injustiças sociais e políticas correm o risco de perder sua relevância e estarão condenadas a desaparecer. As Ciências Humanas, ao longo da história, exerceram e continuam exercendo um papel central na educação da sociedade sobre os perigos iminentes, promovendo conexões entre suas disciplinas e o desenvolvimento social. Essas áreas do saber auxiliam a família, a sociedade e o Estado a compreenderem os riscos de autodestruição e recusam-se a sucumbir ao poder repressivo, propondo políticas alternativas. Contudo, em regimes não democráticos, esses cursos enfrentam constantes ameaças de extinção ou falta de financiamento para pesquisas. Este artigo analisa a relevância das Ciências Humanas nas universidades africanas, com ênfase no contexto de Angola, abordando as tensões entre a formação crítica e as restrições impostas por uma cultura política autoritária. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, complementado por gráficos do *Afrobarometer*, que analisam variáveis como apoio à democracia, satisfação com a democracia e discussões sobre política. Em síntese, o artigo conclui que, em contextos de ausência de democracia, criatividade e liberdades globais, torna-se quase utópico imaginar que as universidades possam manter um compromisso efetivo com a sociedade.

**Palavras-chave:** Autoritarismo; Democracia; Ciências Humanas; Educação Superior; Angola.

*UNIVERSITIES AT RISK: REFLECTIONS ON THE ROLE OF THE HUMANITIES IN NON-DEMOCRATIC REGIMES IN AFRICA – THE CASE OF ANGOLA*

**Abstract**

Universities that silence their students and professors in the face of social and political injustices risk losing their relevance and will be doomed to disappear. Throughout history, the Humanities have played and continue to play a central role in educating society about imminent dangers, fostering connections between their disciplines and social development. These fields of knowledge assist families, society, and the State in understanding the risks of self-destruction and refuse to succumb to repressive power, proposing alternative policies. However, in non-democratic regimes, these courses face constant threats of extinction or lack of funding for research. This article analyzes the relevance of the Humanities in African universities, with an emphasis on the Angolan context, addressing the tensions between critical education and the restrictions imposed by an authoritarian political culture. Methodologically, it is a bibliographic and documentary study, complemented by Afrobarometer graphs that analyze variables such as support for democracy, satisfaction with democracy, and discussions about politics. In summary, the article concludes that in contexts lacking democracy, creativity, and global freedoms, it becomes almost utopian to imagine that universities can maintain an effective commitment to society.

**Keywords:** Authoritarianism; Democracy; Humanities; Higher Education; Angola.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## **Introdução**

Desde muito cedo, o estudante Nambuangongo enfrentou diversos desafios, dentre os quais, além das dificuldades financeiras de sua família, destaca-se a questão da liberdade acadêmica e a predominância de uma tendência pedagógica tradicional e tecnicista, caracterizada por uma educação bancária (Freire, 2016). Essa abordagem não se limitou às escolas primárias e de ensino médio, onde professores e instituições impõem obstáculos aos alunos desde o início do curso até o processo de entrega de certificados e históricos escolares; ela também se manifestou na universidade, em 2016, no curso da área das ciências humanas que o estudante frequentava em uma instituição superior de Angola.

A prática pedagógica recorrente tanto nas escolas quanto nas universidades em Angola ainda privilegia a memorização e a reprodução de conteúdo, enquanto o questionamento e a participação crítica frequentemente são desencorajados.

Em 2017, Nambuangongo foi vítima de hostilidade ao sugerir a seu professor, na universidade, uma metodologia de ensino diferente. Ele propôs que, em vez de apenas copiarem as matérias ditadas, os estudantes tivessem acesso a fascículos (xerox de livros e artigos) e promovessem debates em sala de aula. A sugestão, feita com o intuito de estimular metodologias ativas e um aprendizado mais participativo, foi recebida com um tom autoritário: “Você está me desafiando? Saia da minha aula”, respondeu o professor.

Diante dessa situação, Nambuangongo permaneceu em silêncio, e a turma se manteve subordinada à postura do professor. O estudante foi proibido de retornar às aulas sem autorização do docente e, semanas depois, foi orientado a pagar uma taxa para realizar a avaliação final da disciplina (AF – em Angola, chamada de ‘recurso’), sob pena de reprovação. Estudantes que ficam para recurso devem pagar para realizá-lo, seja em universidades públicas ou privadas. Essa experiência, que permaneceu marcada em sua memória, revelou-se um reflexo de uma cultura política autoritária enraizada no sistema educacional e político de seu país, em que os estudantes, desde cedo, aprendem a aceitar tais comportamentos como “normais”, devido a uma educação que enfatiza a hierarquia e o respeito à autoridade, especialmente dos professores e mais velhos.

Dois anos depois, Nambuangongo não concluiu a universidade e viajou o exterior para dar continuidade aos estudos, onde obteve a graduação e o mestrado na área das Ciências Humanas, ambos em uma universidade pública. Atualmente, ele é doutorando na mesma área. Apesar de ter direcionado sua trajetória acadêmica para essa área do saber, enfrenta constantemente questionamentos e preconceitos, tanto de amigos e familiares quanto de entidades públicas e políticas de seu país, sobre a escolha de cursar Sociologia ou Ciência Política. Esse cenário se evidenciou em maio de 2024, quando se dirigiu a uma instituição diplomática de seu país. Uma servidora que o

atendeu perguntou: “Há quanto tempo você está morando aqui? Qual curso você estuda?”. Ele respondeu: “Há seis anos, e cursando Ciências Humanas”.

Com um semblante pouco amigável, a servidora afirmou: “Eu mesma cursei Relações Internacionais, mas não me orgulho! Por isso mesmo, não deixaria meus filhos ou sobrinhos fazerem cursos nas áreas de Humanidades e Sociais; eles precisam estudar Engenharia, que é o que realmente ajuda no desenvolvimento do país”. Esse tipo de comentário reflete não apenas uma abordagem subjetiva, mas também a postura predominante na coletividade do país, seja nas famílias ou nas instituições, que privilegiam cursos técnicos em detrimento das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Considerando a experiência vivida, Nambuangongo se manteve em silêncio.

Essa trajetória ilustra uma questão maior, apontada por Toyin Falola (2007). As Ciências Humanas enfrentam duas contradições fundamentais nas sociedades africanas. A primeira ocorre no âmbito familiar, onde há resistência à aceitação das escolhas acadêmicas dos filhos. A segunda se manifesta na sociedade, especialmente nas políticas educacionais dos Estados, que estabelecem uma relação de desigualdade entre os cursos considerados prioritários para o ‘desenvolvimento do país’ – como Engenharia, Ciências da Saúde e Exatas – e os cursos das Humanas, muitas vezes rotulados como ‘rebeldes’ e ‘inúteis’.

Em países com regimes autoritários, como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e outros países africanos, a formação de cidadãos críticos não é incentivada, e áreas como Filosofia e Sociologia frequentemente enfrentam restrições de financiamento à pesquisa e à liberdade acadêmica.

Diante desse cenário, o presente artigo busca problematizar o papel das Ciências Humanas, com ênfase na liberdade acadêmica em Angola. O objetivo é analisar as tensões entre a formação crítica proporcionada por essas disciplinas e as limitações impostas por uma cultura política autoritária, refletindo sobre as implicações desse contexto para o desenvolvimento social e educacional do país. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem exploratória, de caráter bibliográfico e documental, incorporando dados quantitativos da pesquisa do *Afrobarometer*. A pesquisa busca responder às seguintes questões: por que as Ciências Humanas são subalternizadas em relação a outras áreas do conhecimento em Angola? E qual o estado das liberdades civis, políticas e acadêmicas no país?

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em duas partes. A primeira aborda a educação superior e o autoritarismo em África – Angola. A segunda parte examina os riscos e os desafios enfrentados por estudantes e professores nas universidades de Angola, incluindo a autocensura e as restrições impostas ao ambiente acadêmico. Essas discussões buscam contribuir para o entendimento das barreiras que limitam a liberdade acadêmica e o papel crítico das Ciências Humanas.

## Educação Superior e Autoritarismo em África: as ciências humanas em Angola

Os regimes não-democráticos constituem categorias sociais e políticas amplas que englobam sistemas autoritários, totalitários, ditaduras militares, entre outros (Linz & Stepan, 1999; Huntington, 1994).

Na perspectiva weberiana, a autoridade manifesta-se com base em três tipos ideais de dominação legítima: **legal, tradicional e carismática** (Weber, 2009). Essas formas de dominação podem ser descritas por diferentes características, tanto em relação aos sentimentos e crenças dos indivíduos quanto à morfologia do agrupamento político e seu funcionamento (Xiberras, 1996; Rosa, 2020).

A crença na legitimidade da dominação legal baseia-se na racionalidade, sendo sua autoridade decorrente de leis e normas jurídicas. Em contraste, a dominação tradicional opera de acordo com costumes, hábitos e crenças enraizadas nas tradições, fundamentando sua autoridade nos princípios culturais da sociedade (Weber, 2009). Por fim, a dominação carismática baseia-se na confiança e nos valores atribuídos à personalidade do líder, que exerce influência por meio de suas qualidades pessoais excepcionais.

Dentro dessa definição, pode-se inferir que o autoritarismo não se limita a uma característica da personalidade do autoritário, mas constitui uma síndrome relacionada à psicologia autoritária, caracterizada por atitudes de baixa sensibilidade às liberdades civis e políticas, pela promoção da intolerância e, conforme Stoppino (1998), pelo que ele denomina “manifestação degenerativa da autoridade”. Essa manifestação busca a obediência incondicional dos governados, enquanto o poder é considerado legítimo por quem o exerce. O autoritarismo impõe limites à liberdade e à participação, apresentando-se como um regime fechado ao diálogo, sustentado por valores conservadores, censura de opiniões e controle do pensamento (Linz & Stepan, 1999).

Em síntese, no autoritarismo, inexiste o estado democrático de direito. As atividades sociais e econômicas funcionam dentro de um arcabouço controlado, permitindo apenas uma relativa autonomia (Rosa, 2020).

Os países africanos conviveram durante cinco séculos com a colonização, a exploração e a pilhagem de suas riquezas e culturas. No entanto, assistiu-se, em meados do século XX, ao surgimento de movimentos de lutas anticoloniais que culminaram nas independências ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970. Após conquistarem a independência, países como Gana, Nigéria e Senegal buscaram democratizar seus sistemas políticos. Em contrapartida, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, entre outros, enfrentaram colapsos no período pós-independência, marcados, sobretudo, por guerras civis entre os movimentos nacionalistas e pela promulgação de regimes autoritários de partido único. Estes

regimes caracterizaram-se por serem limitados em termos de mobilização política, com um líder ou pequeno grupo detendo o poder político dentro dos limites constitucionais e formais estabelecidos por eles próprios.

Nesse contexto, as Ciências Humanas sempre estiveram presentes desde as primeiras resistências anticoloniais, influenciadas por correntes políticas e ideológicas como o pan-africanismo, o marxismo, a negritude e, mais recentemente, o Ubuntu, na África do Sul, e o Ujaama, no Quênia. Tais correntes foram essenciais para a descolonização das diversas “Áfricas” – sim, no plural –, pois se configuraram como filosofias de vida e resistência dos povos contra a opressão colonial.

Falola (2007) aponta que as Ciências Humanas contribuíram para a transformação social e política dessas sociedades, especialmente ao promover a conscientização dos povos, a busca pela identidade nacional africana, a valorização das línguas e culturas locais, além do questionamento da dominação ocidental na África. Para além de seu caráter libertador, as Ciências Humanas oferecem alternativas para a valorização dos saberes endógenos, distantes das epistemologias ocidentais (Foé, 2013). Trata-se de uma epistemologia que dialoga com as práticas socioculturais africanas, uma epistemologia descolonizada, voltada para repensar a África em suas múltiplas formas de organização e expressão.

As Ciências Humanas desempenham um papel central ao educar a sociedade sobre os perigos iminentes, articulando argumentos e expondo lógicas que promovem conexões entre suas disciplinas constituintes e o desenvolvimento social. Dessa forma, auxiliam a família, a sociedade e o Estado a compreenderem os riscos de autodestruição (Falola, 2007). Essas áreas recusam-se a sucumbir diante do poder repressivo, utilizando o intelecto para propor alternativas positivas. No entanto, em regimes não-democráticos, práticas como o ensino e a escrita tornam-se atividades arriscadas, dado que humanistas enfrentam não apenas a repressão, mas também o perigo de serem cooptados para ocupar cargos vinculados aos interesses partidários.

Nessa perspectiva, as Ciências Humanas são frequentemente vistas como uma ameaça a regimes autoritários. Ao traçar um paralelo com a América Latina, particularmente o Brasil, observa-se que a consolidação dessas áreas na academia foi marcada por períodos de retrocessos e resistência, especialmente durante a ditadura militar entre as décadas de 1960 e 1980. O curso de Ciência Política (C.P), por exemplo, no Brasil, tem origem nas bases estabelecidas na Europa Ocidental no século XX, por volta de 1950 (Sartori, 2004). Contudo, sua consolidação ocorreu principalmente com a abertura dos programas de pós-graduação nas universidades públicas, que tinham como propósito questionar os modelos autoritários vigentes (Cervi, 2018).

Não foi apenas o curso de C.P que experimentou transformações históricas significativas no Brasil; outras áreas das Ciências Humanas também enfrentaram desafios marcantes. Entre esses,

destacam-se a exclusão dos cursos de Sociologia e Filosofia, particularmente durante as políticas neoliberais implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. Apesar dessas barreiras, a luta contínua de cientistas, movimentos sociais e pesquisadores resultou na reintrodução desses cursos nos espaços acadêmicos, consolidada com a aprovação da Lei 11.684, em 2008.

Por outro lado, nas nações africanas lusófonas, como Angola, as Ciências Humanas possuem uma história mais recente, que pode ser dividida em três períodos distintos.

O primeiro período, correspondente à era colonial (1960-1974), foi marcado pela inauguração da primeira Universidade de Angola, em 1962, e pelo início da luta de libertação nacional contra o regime fascista salazarista, culminando na queda deste regime em 1974. Durante esse período, as áreas de formação inicial oferecidas pela universidade incluíam Medicina, Engenharia, Agronomia, Medicina Veterinária e Ciências Pedagógicas. O ensino era fortemente centralizado e excludente, limitando o acesso às camadas privilegiadas da sociedade, enquanto os filhos da classe camponesa e trabalhadora permaneciam alijados do sistema educacional.

O segundo período, pós-colonial (1975-1991), iniciou-se com a proclamação da independência e a construção do Estado-nação. Esse momento histórico foi caracterizado por avanços, como a independência, e retrocessos significativos, como a guerra civil e a implementação de um sistema de partido único, de natureza repressiva, que partidarizou a sociedade e as instituições de ensino superior. A repressão ao pensamento crítico levou à prisão de dissidentes e à fuga de cérebros. Em 1975, o governo liderado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) aprovou a primeira lei constitucional e promoveu a reforma educacional, como resposta ao modelo colonial português de ensino (Nambua, 2024).

Essa reforma buscava inicialmente “formar o homem novo”, com uma proposta de educação crítica, popular e revolucionária. Contudo, tal filosofia educacional não se consolidou, devido ao contexto político-institucional repressivo, marcado por práticas de medo e violência, especialmente após os eventos do 27 de maio de 1977.<sup>2</sup>

O terceiro período corresponde à transição democrática, que teve início com a abertura ao multipartidarismo em 1991 e o Memorando de Luena, em 2002, simbolizando o fim da guerra civil e o início de um processo de paz que se estende até os dias atuais. Em 2001, o governo aprovou a Lei n.º 13/01, conhecida como Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), que tinha como objetivos principais a expansão das redes escolares em todo o território nacional, a democratização e a

---

<sup>2</sup> Houve uma dissidência no seio do partido-Estado, MPLA, que resultou na captura e morte de vários militantes. Ver Mabeko-Tali (2018), *Guerrilhas: O MPLA perante a si próprio*.

gratuidade do ensino. No entanto, essa lei foi substituída em 2016 pela Lei n.º 17, de 7 de outubro, que tem sido alvo de críticas por não abordar adequadamente questões fundamentais de qualidade educacional, como a formação de professores – um desafio persistente em um país com alta taxa de analfabetismo e um número expressivo de crianças fora do sistema de ensino (Nambua, 2023; Malanga, 2021).

Um dos principais desafios dessas leis, é a incapacidade de alcançar seus objetivos em relação à universalização do ensino. Um exemplo evidente dessa limitação pode ser observado nos dados dos relatórios do Orçamento Geral do Estado (OGE), aprovados e publicados anualmente. Em particular, o OGE de 2025, aprovado pela Lei n.º 18/24, de 30 de dezembro, pela Assembleia Nacional de Angola, ilustra bem essa questão.

O OGE de 2025 foi avaliado com uma receita orçamentária estimada em **34.633.790.087.312,00 Kz** (trinta e quatro bilhões, seiscentos e trinta e três milhões, setecentos e noventa milhões, oitenta e sete mil, trezentos e doze kwanzas). Contudo, a dotação orçamentária destinada à educação é de apenas **6,46%**, sendo o ensino primário contemplado com **0,006%** e a investigação e desenvolvimento em educação com **0,22%**, totalizando **2.400.155.596,00 Kz** (dois bilhões, quatrocentos milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e seis kwanzas).

Além de insuficiente, o OGE de 2025 não atende às necessidades educacionais de um país com uma população estimada em 35 milhões de habitantes, majoritariamente composta por crianças e jovens. Esse cenário é agravado pelo histórico de guerra, colonização e pelos altos índices de analfabetismo.

Entre os maiores desafios está a materialização da expansão da rede escolar, especialmente em áreas rurais, a capacitação de professores e a redução das desigualdades regionais. Para enfrentar esses obstáculos, são necessários maiores investimentos que possibilitem a reconstrução da infraestrutura educacional, a universalização do ensino básico e o combate à criminalidade por meio da educação.

A superação dessas barreiras depende da criação de políticas públicas que priorizem a **curricularização** da educação, fundamentadas nos três pilares essenciais: ensino, pesquisa e extensão. Somente com um compromisso político consistente e estratégico será possível avançar em direção a um sistema educacional equitativo e inclusivo, capaz de promover o desenvolvimento humano em Angola.

A ideia de **curricularização da extensão** escolar e universitária não é recente. No Brasil, segundo Gadotti (2017), ela foi mencionada pela primeira vez no **Plano Nacional de Educação (2001-2010)**, nas metas 21 e 23, que estabeleceram a obrigatoriedade de que 10% dos créditos

necessários para a conclusão de cursos de graduação ou licenciatura fossem cumpridos por meio de atividades de extensão. Nesse contexto, os estudantes participam de ações socioculturais, palestras, eventos, atividades esportivas, práticas artísticas, como música e dança, e outras modalidades de ambientação acadêmica.

Essa abordagem reflete uma concepção de extensão fundamentada no diálogo, na co-participação e na emancipação, em contraste com a transmissão unilateral de conhecimento (Freire, 1977). A extensão escolar e universitária, portanto, assume um papel essencial na reimaginação da escola e da universidade como espaços abertos, democráticos e inclusivos, alinhados aos desafios da sociedade contemporânea e das culturas locais (Freire, 1977; Gadotti, 2017).

Para isso, as ciências humanas oferecem propostas significativas que se alinham à prática educativa, especialmente no contexto da *curricularização* da extensão. Contudo, a efetivação dessas propostas enfrenta grandes desafios em universidades angolanas, incluindo a necessidade de **despartidarização** das instituições acadêmicas, como universidades, escolas, institutos superiores e faculdades. A politização de docentes, reitores e coordenadores compromete a autonomia e a qualidade do ensino superior.

Outro obstáculo é a **descentralização curricular**, uma vez que os programas educacionais continuam a reproduzir, predominantemente, teorias oriundas do norte-global, ignorando as especificidades e demandas das realidades locais. Adicionalmente, a **personificação das lideranças institucionais**, com figuras como decanos concentrando poder, e a **presença de agentes vinculados aos Serviços Secretos do Estado** (Cruz, 2020), comprometem a liberdade acadêmica e dificultam o desenvolvimento crítico de professores e alunos.

Falola (2007) observa que, muitas vezes, é mais economicamente viável para o Estado recorrer à repressão e ao uso da força para construir consensos. Nesse cenário, as ciências humanas exercem um papel central ao resistirem a qualquer subserviência ao poder repressivo, utilizando o rigor intelectual para propor alternativas construtivas. O exercício do ensino, da pesquisa e da extensão deve, portanto, desvelar os riscos associados ao predomínio de interesses particulares sobre os interesses coletivos. A função educativa não pode estar atrelada à promoção de perspectivas exclusivistas que transformem os privilégios de uma elite em aspirações hegemônicas universalizadas.

Diversos objetos de estudo das ciências humanas estão relacionados a sistemas de crenças, como é o caso das investigações sobre religião. Contudo, “tais crenças estão profundamente entrelaçadas com estruturas políticas e econômicas, processos de estratificação social e dinâmicas de hierarquização de privilégios” (Falola, 2007, p. 18). Assim, é fundamental que o ensino e a pesquisa

mantenham uma postura crítica e emancipatória, promovendo uma educação que valorize a pluralidade e a equidade.

Embora o continente africano possua diversos campi acadêmicos com pesquisadores progressistas e comprometidos com o desenvolvimento social e científico, muitos enfrentam obstáculos significativos. Alguns pesquisadores, além de compactuarem com regimes autoritários ao cumprir agendas restritivas, limitam-se à mera acumulação de conhecimentos. Por outro lado, aqueles que ousam romper com paradigmas estabelecidos frequentemente são boicotados, levando-os a abandonar seus países de origem, alegando a falta de oportunidades e o baixo incentivo à pesquisa científica.

O continente africano, segundo Hountondji (2008), destaca-se por abrigar cientistas e investigadores de notável competência, muitos dos quais possuem trajetórias acadêmicas altamente bem-sucedidas. Apesar desses avanços, persiste uma lacuna crítica: a ausência de um processo autônomo e autossuficiente de produção de conhecimento. Esse processo deveria não apenas formular respostas às questões internas, mas também atender às necessidades intelectuais e materiais das sociedades africanas.

Todavia, o modelo predominante de pesquisa no continente segue uma lógica contrária. Grande parte dos temas investigados reflete interesses orientados para audiências ocidentais. Uma proporção significativa das publicações científicas de pesquisadores africanos é destinada a revistas sediadas fora do continente, buscando atingir leitores não-africanos. Mesmo quando os resultados são divulgados em periódicos africanos, essas publicações frequentemente alcançam maior audiência internacional do que local.

Hountondji (2008) enfatiza a necessidade de transformar essa dinâmica. Ele sugere que os pesquisadores envolvidos nos estudos africanos e nas ciências humanas deveriam priorizar o desenvolvimento de uma tradição de conhecimento baseada na África. Essa tradição deveria ser construída a partir de questões e demandas específicas das próprias sociedades africanas, com agendas de pesquisa definidas direta ou indiretamente por elas.

Nesse contexto, Santos (2019) propõe uma perspectiva libertadora, focada na ruptura com a alienação e na busca pela descolonização dos saberes. Para isso, defende-se a elaboração de um conhecimento endógeno, capaz de produzir e disseminar saberes de forma ativa e autônoma, ampliando seu impacto para além dos contextos em que surge. No entanto, o que se observa é o que Yankah (2016) denomina de “segregação das produções científicas na África”.

Yankah critica tanto o autoritarismo das elites africanas quanto as próprias limitações impostas por acadêmicos do continente. Ele aponta, em primeiro lugar, o *déficit* de liberdades

acadêmicas, a falta de financiamento nas instituições e universidades e as restrições à criatividade e à pesquisa. Em segundo lugar, critica os acadêmicos que conferem maior legitimidade às teorias ocidentais em detrimento de suas próprias sociedades. Para Yankah, as instituições públicas e os projetos educacionais na África pós-colonial deveriam priorizar uma abordagem endógena, alinhada aos desafios locais.

De maneira semelhante, Carlos Cardoso (2011) reforça essas críticas ao destacar os paradoxos que caracterizam as universidades africanas. Entre os desafios mais evidentes estão a escassez de financiamento para pesquisas, a precariedade das infraestruturas, bibliotecas mal equipadas e a fuga de cérebros. Além disso, ele ressalta o desequilíbrio nos investimentos em ciências sociais e naturais. Embora as ciências sociais demandem menos recursos financeiros em comparação com as ciências naturais, a prática adequada dessas disciplinas ainda exige condições mínimas, incluindo infraestruturas básicas.

Alguns dos maiores desafios que se colocam à investigação em ciências sociais nos PALOP referem-se ao desenvolvimento do seu sistema universitário: um sistema em plena expansão, tanto do ponto de vista do número de instituições, como do número de estudantes, e que pode tornar-se vulnerável se não forem adotadas políticas e medidas adequadas. O status quo requer investimentos sérios (financeiros, de recursos humanos e organizacionais) que os Estados não estão em condições de fornecer. Daí a tendência de se multiplicarem as instituições de caráter privado, cuja base de financiamento é constituída fundamentalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes e por donativos de organismos estrangeiros (Cardoso, 2017, p. 99).

Diante desse cenário, um dos grandes desafios enfrentados pelas universidades públicas é a construção de um pensamento político, sociológico e filosófico que reflita a realidade sociopolítica e cultural dos países africanos. Essa construção deve incluir o fortalecimento do intercâmbio de saberes entre pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais, promovendo a realização de mapeamentos e estudos etnográficos junto aos cidadãos das comunidades, especialmente em diálogo com os poderes tradicionais.<sup>3</sup> O objetivo principal é reescrever a história e a historiografia nacionais, trazendo essas narrativas para o centro do debate acadêmico.

Outro desafio significativo está relacionado à modernização das infraestruturas digitais das universidades, como a atualização de sites institucionais, sistemas de e-mail e páginas web, além do investimento em uma educação de qualidade, considerando os três pilares, mencionados anteriormente. Não é aceitável que, em pleno século XXI, as universidades angolanas não estejam entre as melhores do continente africano, sobretudo considerando os recursos naturais e econômicos do país e sua capacidade de ampliar investimentos em pesquisa, formação de profissionais qualificados e ensino de excelência.

---

<sup>3</sup> Em Angola, o artigo 30 do Decreto nº 109/19, de 2 de abril (Estatuto da Carreira do Investigador), na alínea “i”, estabelece que é dever do pesquisador “promover o intercâmbio de conhecimento dentro ou fora da sua instituição”.

Como ressalta Silva (2015), esses desafios são parte crucial da agenda educacional e científica do século XXI. É imperativo incorporar leituras multifacetadas e pluridisciplinares que dialoguem com questões como identidade, gênero e políticas públicas. Nesse contexto, as ciências humanas assumem uma responsabilidade central ao buscar reflexões críticas e autocríticas sobre o mundo social. O desenvolvimento científico da África depende, em grande medida, do estabelecimento de interconexões entre saberes alternativos, promovendo uma abordagem inclusiva e endógena que fortaleça as bases culturais e intelectuais.

Enquanto as sociedades e as elites africanas se batem para desconstruir os paradigmas coloniais, têm sido as próprias estruturas e elites políticas pós-coloniais a desenvolverem um certo tipo de violência face às potencialidades de uma epistemologia alternativa, levando a que, em casos extremos, a violência política tenda a destruir as bases culturais e materiais da produção dessa epistemologia alternativa (Cardoso, 2011).

Além disso, a violência política que permeia muitos contextos africanos também está intimamente ligada à privatização do ensino, um processo consolidado por políticas neoliberais. A criação dessas políticas, sob a pressão de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), começou nas décadas de 1980 e 1990, um período marcado por uma crise política e econômica mundial (Mama, 2010). Essa crise coincidiu com a transição de regimes autoritários para democracias em vários países africanos de língua portuguesa, incluindo Angola. No entanto, apesar da mudança formal de regime, o autoritarismo continua a exercer uma influência substancial sobre o sistema político angolano, especialmente por meio do monopólio institucional e da perpetuação de práticas políticas e sociais, como o clientelismo, centralismo, corporativismo, corrupção e nepotismo.

A complexidade dessa transição pode ser observada nos dados de pesquisas internacionais, como o *Freedom House*, que classifica Angola como um país “Não Livre”, com uma pontuação de 28, sendo 10 em Direitos Políticos e 18 em Liberdades Civis.<sup>4</sup> Essa classificação reflete a limitação da liberdade política e civil no país. No entanto, em 2023, o Índice de Democracia da *The Economist Intelligence Unit* sinalizou uma mudança significativa: Angola deixou de ser classificada como um regime autoritário e passou a integrar a categoria híbrida, situada entre o autoritarismo e a democracia. Esse movimento sugere uma certa evolução política, mas ainda indica que os desafios para a consolidação de uma democracia plena são substanciais.

## **Universidades em Risco: Democracia e Liberdade Acadêmica em Angola**

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores>.

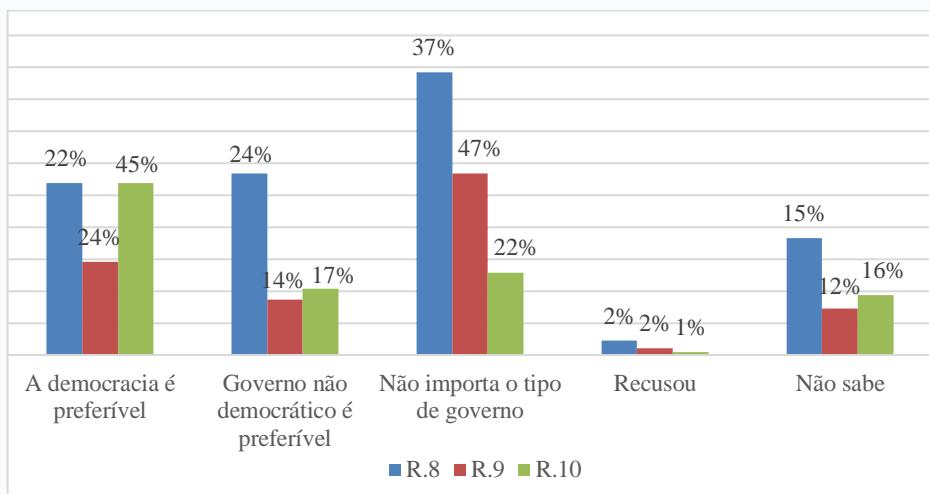
Entre os meados da década de 1970 e o início da década de 1990, ocorreu o período que os teóricos transitologistas denominam de transição e liberalização de regimes políticos. Esse processo foi observado em países da Europa Central, Sul e Oriental, América Latina, Ásia e África (O'Donnell; Schmitter, 1988; Linz; Stepan, 1999), tendo como marco inicial o fim do regime fascista salazarista em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, evento associado à “terceira onda de democratização” (Huntington, 1994).

Em Angola, a década de 1990 consagrou o início da transição de regime político, que resultou no fim da ditadura de partido único e na adoção de um sistema democrático multipartidário. Esse processo possibilitou maior liberdade civil, política e econômica, além da inclusão de novos atores políticos na sociedade. Entre os marcos dessa transição estão a aprovação da Segunda Lei Constitucional, em 1991, e a realização das primeiras eleições competitivas – legislativas e presidenciais – em 1992 (António, 2019).

Contudo, é importante enfatizar que a simples abertura democrática de um sistema político não implica, necessariamente, a consolidação de um Estado Democrático de Direito. Há países que passaram por uma transição de regime e possuem constituições que garantem princípios democráticos, mas que, na prática, não são classificados como democracias consolidadas. Nesses casos, os direitos dos cidadãos, as liberdades de reunião e manifestação, o direito à liberdade de pensamento, a discussão política, bem como o acesso à educação e à universidade, frequentemente encontram-se limitados ou estagnados. Além disso, a situação socioeconômica e política é caracterizada por um estado de inércia, o que condiciona uma avaliação positiva dessas democracias. Por essa razão, alguns autores preferem classificá-las como regimes autoritários liberalizados (O'Donnell; Schmitter, 1988).<sup>5</sup>

No contexto angolano, essas abordagens encontram respaldo ao serem confrontadas com índices de pesquisas globais e, principalmente, com dados sobre percepção pública disponíveis nas últimas rodadas do *Afrobarometer*. Para fins desta análise, consideram-se os dados das três últimas rodadas (doravante R.): R.8, R.9 e R.10. As variáveis escolhidas incluem apoio à democracia, discussões sobre política e satisfação com a democracia. A amostra populacional da pesquisa varia entre 2.400 e 1.200 entrevistados. Observa-se que na R.8 participaram cerca de 2.402 entrevistados, enquanto nas R.9 e R.10, a amostra foi de 1.200, com faixa etária compreendida entre 18 e 65 anos (jovens e adultos), considerando o gênero e a localização geográfica (zona urbana e rural). A amostra é selecionada de forma aleatória e estratificada, e os resultados produzidos apresentam uma margem de erro de +/- 2 pontos percentuais, com uma garantia de credibilidade dos dados de 95%.

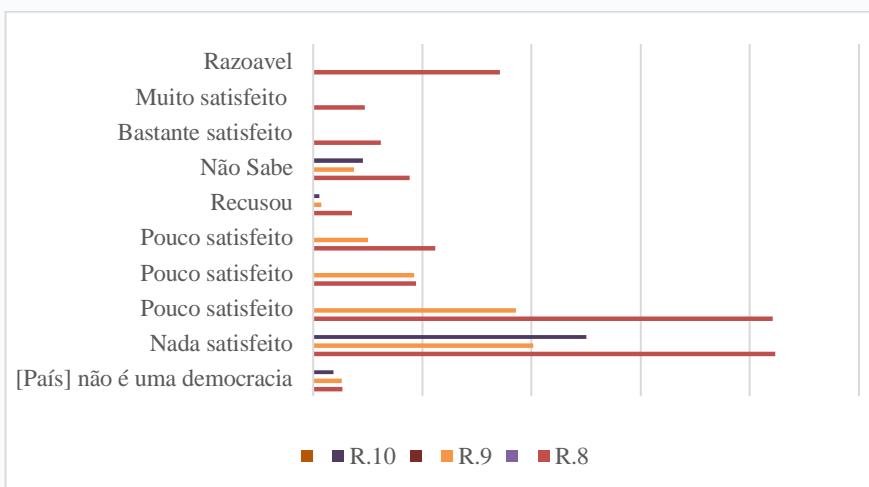
<sup>5</sup> Autocracias eleitorais – ler: SHARP, Gene. **Da ditadura à democracia**: conceitos fundamentais para a libertação. Campinas, SP: Vide Editorial, 2021. ou “Democracia inercial” – ler: BAQUERO, Marcello. **Democracia Inercial**: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

**Figura 1** - Apoio à democracia

**Fonte:** Adaptado a partir dos dados do *Afrobarometer*.

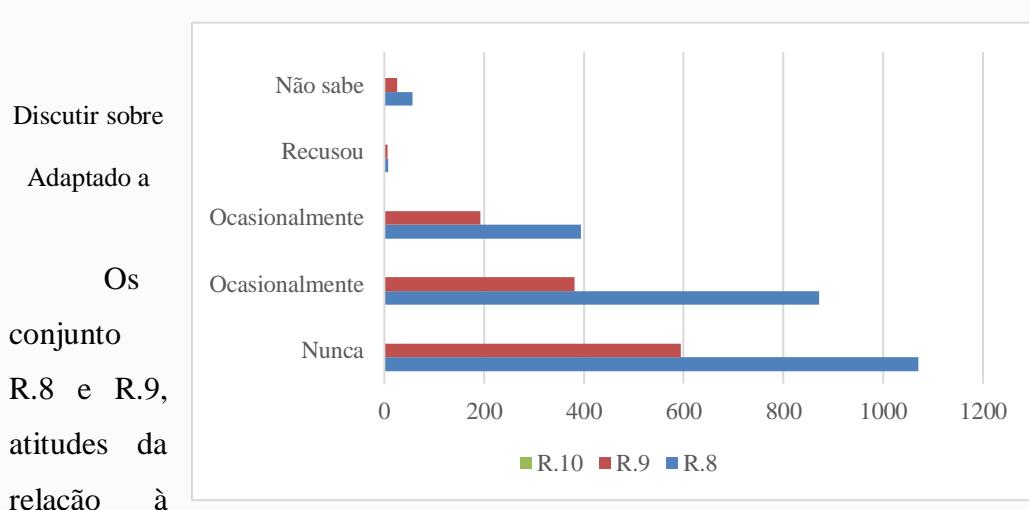
O gráfico apresenta a evolução das atitudes em relação à democracia nas últimas três rodadas do *Afrobarometer* (R.8, R.9 e R.10). Na R.8, 37% da amostra demonstraram indiferença das pessoas ao tipo de governo, o que pode indicar alienação política e apatia, possivelmente associadas à falta de confiança nas instituições democráticas e a um histórico de desilusão política. Esse comportamento pode ser analisado no contexto da socialização política, particularmente em relação ao legado de autoritarismo.

Esse índice aumentou para 47% na R.9, sugerindo um agravamento do distanciamento da população em relação aos regimes políticos. Entretanto, na R.10, verificou-se um aumento expressivo no apoio à democracia, com 45% dos entrevistados afirmando que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo, o que representa o maior percentual entre as opções apresentadas.

**Figura 2** - Satisfação com a democracia.

**Fonte:** Adaptado a partir dos dados do *Afrobarometer*.

Esses dados oferecem importantes *insights* sobre o grau de satisfação com o regime democrático e ajudam a entender a relação entre as expectativas dos cidadãos e a realidade democrática do país. A insatisfação generalizada pode ser interpretada como um sinal de que a democracia ainda não atende completamente às expectativas da população. Observa-se que a maioria dos entrevistados expressa algum nível de insatisfação com a democracia. No entanto, esses dados também podem ser usados para explorar a complexidade da percepção popular sobre a democracia, uma vez que essa insatisfação pode refletir não apenas falhas institucionais, mas também o conhecimento das pessoas sobre o conceito.

**Figura 3 -**

política

**Fonte:**partir dos dados do *Afrobarometer*.

dados, em com as respostas revelam as população em política,

especialmente no que tange ao engajamento (ou à falta dele). A alta porcentagem de pessoas que “nunca” discutem política pode indicar um cenário de desinteresse ou desassossego por política, possivelmente influenciado por fatores como a falta de educação política, a censura ou o histórico de repressão no país. A resposta “ocasionalmente” sugere que, embora não haja uma participação contínua, a política se torna relevante em momentos específicos, como em períodos eleitorais. A categoria “recusou” pode oferecer uma compreensão sobre como o medo de represália. Por fim, a categoria “não sabe” pode refletir um déficit de conhecimento ou informação política.

Cabe destacar que os dados referentes à R.10 sobre essa variável ainda não estão disponíveis.

Partindo disso, podemos inferir que o legado silencioso do passado ainda estão presentes na sociedade, incluindo dentro das universidades. Por esse motivo, em uma palestra sobre o papel da universidade na sociedade, organizada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), o geógrafo Milton Santos (1997) alertou os intelectuais sobre os perigos que rondam a academia. Reconhecendo a relevância e a oportunidade das críticas, o autor afirmou que, caso as universidades exijam silêncio de seus participantes – isto é, os estudantes – diante de injustiças, estarão condenadas ao silêncio e, consequentemente, à morte.

Nesse sentido, as palavras de Milton Santos evidenciam o papel histórico e crítico desempenhado pelas ciências humanas e pela filosofia na reflexão sobre o mundo, o país ou qualquer espaço geográfico onde habita uma determinada população. Esse exercício crítico é, essencialmente, a função dos intelectuais, professores e pesquisadores dessas áreas, que aplicam o que C. Wright Mills denominou “imaginação sociológica”. Para Santos, “ser intelectual é exercer diariamente a rebeldia” contra conceitos estabelecidos, que são considerados respeitáveis, mas que podem ser falsos. Ser intelectual também significa aceitar o papel de criador e propagador do desassossego e, quando necessário, de produtor do escândalo (Santos, 1997, p. 18).

As universidades, enquanto centros de produção de conhecimento, devem constituir-se como espaços de questionamento e debate. A crítica não deve ser percebida unicamente como uma ameaça à ordem estabelecida, mas como um componente essencial para o avanço do pensamento. Quando os intelectuais exercem essa rebeldia, desafiam paradigmas e criam um ambiente propício para o florescimento de novas ideias. Esse processo gera um ciclo contínuo de inovação e reflexão, fundamental para a construção de sociedades mais justas e esclarecidas.

A sobrevivência das instituições acadêmicas depende diretamente de sua capacidade de acolher e integrar a crítica. Muitas vezes, há resistência interna a mudanças, o que pode levar à estagnação do conhecimento. O verdadeiro desafio reside em assegurar que a crítica não apenas exista, mas também seja valorizada e estimulada. Universidades que se fecham em dogmas ou que não toleram a dissidência correm o risco de perder relevância e de se tornarem instituições obsoletas.

Essa disposição para questionar o status quo não apenas enriquece o ambiente acadêmico, mas também contribui para a construção democrática e para a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de enfrentar os desafios complexos da sociedade contemporânea. Em última análise, a vitalidade de uma instituição de ensino está diretamente associada à sua capacidade de cultivar um espaço onde a rebeldia e a crítica sejam aceites.

Sob a perspectiva democrática, Freire (2016) ressalta que o ensino exige rigor metodológico, cujo objetivo é aproximar e reforçar a capacidade crítica dos estudantes. Esse processo promove a troca de saberes entre educadores e educandos, configurando-os como cocriadores do fazer científico. Nesse contexto, Freire enfatiza que o ato de ensinar não se esgota no simples “tratamento do objeto ou conteúdo”. Tal condição implica um compromisso com a pesquisa e o respeito pelos saberes, considerando as experiências prévias dos participantes, adquiridas durante o processo de formação e socialização política.

Diante disso, a escola e a universidade têm o dever de proporcionar uma formação crítica e sistematizada sobre a realidade social e política, fomentando a curiosidade e as inquietações. Ensinar exige ética e estética; portanto, ensinar é liberdade, é criar possibilidades para a construção individual

e coletiva. Não se trata apenas de transferir conhecimento, mas de transgredir os saberes construídos socialmente (hooks, 2017).

No livro *Ensinando a Transgredir: a Educação como Prática de Liberdade* (2017), bell hooks desenvolve o conceito de “pedagogia engajada” para destacar a responsabilidade ampliada dos docentes no processo educativo. Segundo a autora, a atuação docente não deve se limitar ao domínio do conteúdo aplicado em sala de aula; ela deve incluir também os aspectos éticos e morais que permeiam o ensino.

Nesse sentido, a universidade deve ser promotora dos valores democráticos. Isso significa garantir a liberdade acadêmica e científica, tanto no ensino quanto na pesquisa, além da mobilidade de docentes e discentes. Essas garantias, entretanto, estão inevitavelmente ligadas à autonomia e à democratização das universidades, elementos essenciais para a construção de um projeto político-pedagógico crítico (Silva, 2009).

A democracia no ensino superior viabiliza debates e embates sobre fenômenos sociais e políticos sem restrições, garantindo também a eleição de reitores e outros dirigentes. Esse processo é fundamental para evitar nomeações baseadas em interesses partidários ou familiares, práticas que têm sido registradas em algumas universidades públicas de Angola (Cruz, 2020).

Nesse sentido, as liberdades estão intimamente relacionadas aos fundamentos básicos da democracia, como a liberdade de expressão e de consciência. A universidade, portanto, configura-se essencialmente como um espaço de produção de novos saberes, gerados em laboratórios, centros de pesquisa em ciências humanas, tecnológicas e sociais, bem como em grupos de investigação. Contudo, os resultados obtidos durante essas investigações devem ser tornados públicos, assegurando o direito à informação e ao debate crítico.

Domingos da Cruz (2020), em sua obra *Direitos Humanos na Era das Incertezas*, observa que a falta de liberdade política, de ensino e científica posiciona Angola entre os países não-democráticos. Segundo o autor, “Angola tem um regime autoritário, e uma das marcas centrais desses regimes é o culto de personalidade e a gestão centrada na figura do chefe” (Cruz, 2020, p. 82). Essa crítica torna-se ainda mais pertinente quando se considera que cargos de liderança acadêmica, como reitores e decanos, são nomeados diretamente pelo Presidente da República. Esse modelo de gestão compromete a autonomia das universidades e restringe a liberdade acadêmica e de ensino.

Embora Angola seja signatária de importantes declarações internacionais, como a *Declaração de Kampala*,<sup>6</sup> que busca promover a liberdade acadêmica e os direitos de pesquisa, os marcos

---

<sup>6</sup> Essa declaração foi um passo importante na tomada de consciência das reivindicações dos acadêmicos africanos em relação às condições de produção e disseminação do conhecimento. Ela revela como um espaço de democratização das sociedades africanas; por isso, tem sido utilizada não só como referência ética e acadêmica, mas também como uma ferramenta essencial para reivindicar melhores condições de ensino e pesquisa nas universidades africanas. Desde a adoção da Declaração de Kampala, o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) tem organizado várias atividades sobre a questão da liberdade acadêmica n continental.

regulatórios internos de Angola ainda apresentam limitações. O *Decreto Presidencial n.º 131/22* – que estabelece o Estatuto Remuneratório da Carreira do Investigador Científico – e o *Decreto Presidencial n.º 109/19* de 02 de abril – que regula o Estatuto da Carreira do Investigador e revoga o Decreto n.º 4/01 de 19 de janeiro –, embora representem avanços em termos normativos, carecem de eficácia prática em assegurar a plena liberdade acadêmica e científica no país.

Cruz (2020) observa que tanto o decreto anterior, n.º 4/01, de 19 de janeiro, quanto o atual, n.º 109/19, de 2 de abril (*Estatuto da Carreira do Investigador*), contêm dispositivos inconstitucionais e antidemocráticos. Um exemplo disso é o artigo 13.º do decreto anterior e o artigo 30.º do decreto atual, que tratam dos deveres dos investigadores. Esses dispositivos estipulam a obrigação de “manter o sigilo de todas as informações confidenciais e secretas a que se tiver acesso”. Em outras palavras, todas as informações descobertas durante a investigação – sejam elas documentais, bibliográficas, de campo ou de outras modalidades – devem ser protegidas e não divulgadas. Essa regra representa um controle significativo que restringe a liberdade acadêmica, criando barreiras para a disseminação do conhecimento.

Esse controle é apontado como um dos principais fatores da fuga de quadros para o exterior, agravado pela falta de infraestrutura adequada para a produção e divulgação científica no país. As universidades angolanas enfrentam problemas como a escassez de equipamentos eletrônicos, acesso limitado à internet e dificuldades com o fornecimento de energia elétrica. Esses desafios dificultam a realização de pesquisas e comprometem o avanço acadêmico.

Entretanto, essa fragilidade da pesquisa acadêmica não é exclusiva de Angola, mas se reflete em diversas universidades africanas. De acordo com Kajibanga (2002), muitas dessas instituições enfrentam violações de liberdades acadêmicas, intervenções militares e policiais, prisões arbitrárias de docentes e estudantes, além da ausência de espaços para a disseminação de resultados científicos. Embora o acesso à internet e a possibilidade de consultas online tenham mitigado parte desses problemas, a escala de uso ainda é muito reduzida em relação às necessidades. Cardoso (2011) destaca que a equipagem de salas de estudo com materiais informáticos e acesso à internet continua sendo um luxo inacessível para muitas universidades, agravado pela falta de saneamento básico em algumas delas.

Nesse cenário, as liberdades acadêmicas devem assegurar não apenas a realização de pesquisas, mas também a disseminação de conhecimentos. Isso requer a criação de espaços de discussão que permitam definir o que pode ou não ser objeto de estudo, incentivando a criatividade e o surgimento de novas ideias (Silva, 2015).

A imposição de políticas neoliberais, iniciada na década de 1980, também desempenhou um papel significativo nesse contexto. Essas políticas, promovidas por organismos como o Banco Mundial e o FMI, levaram à realização de reformas econômicas que impactaram profundamente os

serviços sociais, incluindo a educação. Esse movimento ganhou força com a crise econômica dos anos 1980 e a queda do Muro de Berlim, resultando na privatização do ensino e na subordinação das universidades às deliberações de instituições internacionais. Como observa Mama (2010), esse processo transformou as universidades em reféns do capital, prejudicando sua autonomia e papel enquanto centros de produção de conhecimento.

Esse movimento também fomentou a proliferação de Instituições Privadas de Ensino Superior (IES) em toda a África, especialmente em Angola. De acordo com dados publicados em 2022 pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), o país conta com aproximadamente 100 universidades, escolas superiores e outras instituições de ensino superior, das quais 31 (31%) são públicas e 69 (69%) são privadas.

Esse cenário reflete o impacto das reformas neoliberais, que incentivaram a privatização do ensino e aumentaram a dependência de financiamentos externos para a manutenção das instituições. A expansão das IES privadas, embora tenha ampliado o acesso ao ensino superior, também trouxe desafios relacionados à qualidade de ensino, regulamentação e infraestrutura, agravados pelas limitações já mencionadas.

<b>Nº</b>	<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Província</b>
1	Universidade Agostinho Neto	Luanda
2	Universidade de Luanda	Luanda
3	Universidade Katyavala Bwila	Benguela
4	Universidade José Eduardo dos Santos	Huambo
5	Universidade Cuíto Cuanavale	Cuando Cubango
6	Universidade Kimpa Vita	Uíge
7	Universidade Lueji a Nconde	Lunda Norte
8	Universidade Mandume Ya Ndemufayo	Huíla
9	Universidade 11 de Novembro	Cabinda
10	Universidade do Namibe	Namibe
11	Universidade Rainha Njinga a Mbande	Malanje
12	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Luanda
13	Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela	Benguela
14	Instituto Superior de Ciências de Educação de Cabinda	Cabinda
15	Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe	Cuanza Sul
16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Huambo
17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Huíla
18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Uíge
19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Cuanza Sul
20	Instituto Superior Politécnico do Soyo	Zaire
21	Instituto Superior Politécnico do Bié	Bié

22	Instituto Superior Politécnico de Ndalatando	Cuanza Norte
23	Instituto Superior Politécnico do Moxico	Moxico
24	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Bengo
25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Bié
26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Cuanza Norte
27	Escola Superior de Ciências Sociais, Artes e Humanidades	Zaire
28	Instituto Superior Técnico Militar	Luanda
29	Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais General Osvaldo Serra Van-Dúnem	Luanda
30	Academia de Ciências Sociais e Tecnologia	Luanda
31	Instituto Superior Politécnico do Bengo	Bengo

**Tabela 1** - Lista das Universidades, Escolas e Institutos de Ensino Superior Pública.

**Fonte:** Adaptado em MESCTA (2022).

Nº	Instituição de Ensino Superior	Província
32	Universidade Católica de Angola	Luanda
33	Universidade Jean Piaget de Angola	Luanda
34	Universidade Lusíada de Angola	Luanda
35	Universidade Independente de Angola	Luanda
36	Universidade Gregório Semedo	Luanda
37	Universidade de Belas	Luanda
38	Universidade Óscar Ribas	Luanda
39	Universidade Privada de Angola	Luanda
40	Universidade Técnica de Angola	Luanda
41	Universidade Metodista de Angola	Luanda
42	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências	Luanda
43	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia-INSUTEC	Luanda
44	Instituto Superior Politécnico Katangoji	Luanda
45	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Luanda
46	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Luanda
47	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Luanda
48	Instituto Superior Politécnico Metropolitano	Luanda
49	Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude	Luanda
50	Instituto Superior Técnico de Angola	Luanda
51	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Luanda
52	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Luanda
53	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Luanda
54	Instituto Superior de Angola	Luanda
55	Instituto Superior Politécnico do Zango	Luanda
56	Instituto Superior Politécnico Tocoísta	Luanda
57	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Luanda
58	Instituto Superior Técnico de Administração e Finanças	Luanda
59	Instituto Superior Politécnico Intercontinental de Luanda	Luanda
60	Instituto Superior Politécnico Nelson Mandela	Luanda
61	Instituto Superior Politécnico Crescente	Luanda

62	Instituto Superior Politécnico do Bita	Luanda
63	Instituto Superior Politécnico Privado do Kilamba	Luanda
64	Escola Superior Técnica de Ciências do Desporto	Luanda
65	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	Cuanza Sul
66	Instituto Superior Politécnico do Libolo	Cuanza Sul
67	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Benguela
68	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Benguela
69	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Benguela
70	Instituto Superior Politécnico Maravilha	Benguela
71	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Benguela
72	Escola Superior Politécnica de Benguela	Benguela
73	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Huambo
74	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Huambo
75	Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias – EKUIKUI II	Huambo
76	Instituto Superior Politécnico da Caála	Huambo
77	Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo	Huambo
78	Instituto Superior Politécnico do Cuito	Bié
79	Instituto Superior Politécnico Ndunduma	Bié
80	Instituto Superior Politécnico Independente	Huíla
81	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Huíla
82	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Huíla
83	Instituto Superior Politécnico Sinodal	Huíla
84	Instituto Superior Politécnico Evangélico do Lubango	Huíla
85	Instituto Superior Politécnico Cardeal Dom Alexandre do Nascimento	Malanje
86	Instituto Superior Politécnico Privado da Catepa	Malanje
87	Instituto Superior Politécnico Walinga	Moxico
88	Instituto Superior Politécnico Privado do Luena	Moxico
89	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Lunda Sul
90	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Cabinda
91	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Cabinda
92	Instituto Superior Politécnico Privado do Zaire	Zaire
93	Instituto Superior Politécnico Privado do Uíge	Uíge
94	Instituto Superior Politécnico Privado de Menongue	C. Cubango
95	Instituto Superior de Ombaka	Benguela
96	Instituto Superior Privado Nzenzu Estrela	Zaire
97	Instituto Superior Nimi ya Lukeni	Uíge
98	Universidade Internacional do Cuanza	Bié
99	Escola Superior de Saúde Castelo	Luanda
100	Instituto Superior Politécnico de Kangonjo	Luanda

**Tabela 2** - Lista das Universidades e Instituições de Ensino Superior Privada.

**Fonte:** Adaptado em MESCTA (2022).

A proliferação de universidades e instituições privadas no continente, segundo Cardoso (2011), não tem contribuído significativamente para melhorar a situação da investigação e da inclusão de novos participantes. Pelo contrário, essa dinâmica tem favorecido a regressão do debate crítico e

a fraca produção científica. De maneira geral, as universidades privadas concentram-se mais na transmissão de conhecimento do que em sua produção por meio de projetos de investigação.

No entanto, nem todas as universidades e institutos se encaixam nessa descrição. Em Angola, assim como em outros países africanos, existem universidades privadas que investem no ensino, na pesquisa e na extensão, promovendo práticas de qualidade e contribuindo para a formação de corpos docentes e discentes qualificados. Ao mesmo tempo, algumas instituições têm priorizado a mercantilização do ensino, comprometendo o papel social e científico da academia.

Outro ponto importante a destacar é a valorização desigual entre as áreas do conhecimento. Tanto nas universidades públicas quanto nas privadas, observa-se maior atenção às ciências matemáticas, exatas e da saúde em detrimento das ciências humanas. Apesar da existência de cursos nas áreas sociais, a infraestrutura disponível, como laboratórios, ainda é insuficiente para atender às demandas dos estudantes.

Esse cenário é refletido nos rankings internacionais publicados em 2024. A classificação da *Nature Index: Research Leaders Academic Sector*<sup>7</sup> posiciona a Universidade 11 de Novembro de Angola (pública) na posição 2642, enquanto a Universidade Metodista de Angola (privada) ocupa a posição 2822. Na mesma classificação, a Universidade Agostinho Neto (UAN) aparece na posição 3434. Além disso, a UAN é classificada na posição 7508 pelo *Webometrics Ranking Web of Universities*.<sup>8</sup>

Por outro lado, universidades públicas angolanas como a Universidade José Eduardo dos Santos, Universidade Katyavala Bwila, Universidade Rainha Njinga a Mbande (URNM) e a Universidade do Namibe aparecem em posições mais favoráveis no *THE Sub-Saharan Africa University Rankings*, ocupando a posição 101 no ranking publicado em novembro de 2024. Esses dados demonstram que, embora exista potencial e excelência em algumas instituições, ainda há desafios significativos para alcançar.

No que se refere aos rankings das melhores instituições de ensino superior em Angola, o relatório publicado pelo *Web of Universities – Webometrics* no ano de 2024 apresenta a seguinte classificação:

---

<sup>7</sup> Os dados são **compilados de seu banco de dados on-line** de mais de 10.000 instituições cujo foco principal são ciências naturais. A intenção é classificar essas instituições pela **qualidade da pesquisa** conduzida lá, com base em artigos de pesquisa primária publicados nos periódicos mais importantes de seus campos. Os dados podem ser vistos como uma listagem geral ou com foco em um dos quatro campos a seguir: Ciências da Vida; Química; Ciências da Terra e Ambientais; Ciências Físicas. Disponível em: <https://www.universityguru.com/rankings-explained/nature-index-research-leaders-academic-sector>.

<sup>8</sup> É um ranking de mais de 31.000 universidades com base em suas publicações na web. A ideia inicial por trás do ranking, e a razão de ser que ele mantém hoje, é encorajar a publicação aberta de pesquisas e melhorar a presença na web de instituições acadêmicas e de pesquisa. O Webometrics rankings é produzido pelo Cybermetrics Lab, parte do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), também conhecido como Conselho Nacional de Pesquisa Espanhol. Disponível em: <https://www.universityguru.com/rankings-explained/webometrics-ranking-web-of-universities>.

Posição	Universidades	Cidade/Província
1	Universidade Agostinho Neto	Luanda
2	Universidade Internacional do Cuanza	Cuito/Huambo
3	Universidade Católica de Angola	Luanda
4	Universidade Óscar Ribas	Luanda
5	Instituto Superior Politécnico – ISPTEC	Luanda
6	Universidade Técnica de Angola	Luanda
7	Universidade Independente de Angola	Luanda
8	Universidade Metodista de Angola	Luanda
9	Universidade Mandume Ya Ndemufayo	Lubango
10	Universidade Jean Piaget de Angola	Vianda/Luanda
11	Universidade Gregório Semedo	Luanda
12	Universidade Katyavala Bwila	Benguela
13	Universidade Lusíada de Angola	Luanda
14	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Luanda
15	Instituto Superior das Ciências da Educação de Luanda – ISCED	Luanda
16	Instituto Superior Metropolitano de Angola	Luanda
17	Universidade Privada de Angola	Luanda
18	Universidade Lueji A'Nkonde	Dundo
19	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Bengo
20	Universidade Rainha Njinga a Mande	Malanje

**Tabela 3** - Ranking das Universidades Angolanas 2024

**Fonte:** Ranking Web of Universities – webometrics.<sup>9</sup>

Observa-se que, do ponto de vista do ranking interno, há uma divisão nas posições e no número de universidades. As instituições públicas são representadas por oito universidades, institutos e escolas superiores, enquanto as privadas apresentam um número superior, com doze universidades e institutos, totalizando vinte. Contudo, ao analisarmos a distribuição geográfica dessas universidades, notamos uma concentração maior de instituições na capital, Luanda, especialmente nas áreas urbanas da cidade (com exceção da Universidade Jean Piaget, localizada na periferia de Luanda, em Viana, e da Universidade Católica de Angola). Dentre as instituições públicas, destacam-

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.webometrics.info/en/Africa/Angola>.

se apenas duas: a Universidade Agostinho Neto (UAN) e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (ISCSSRI); as demais estão distribuídas nas demais províncias do país. Por outro lado, as universidades privadas continuam a crescer e apresentam uma maior representatividade nos rankings nacionais. Esse fenômeno reflete, de certa forma, a maneira como as ciências humanas são percebidas na sociedade angolana.

## Conclusão

A nossa conclusão não é definitiva, mas sim parcial, pois entendemos que o debate sobre o papel das ciências humanas nas universidades africanas, e em Angola em particular, é inesgotável, considerando os aspectos históricos e políticos mencionados. Entretanto, é importante ressaltar que o texto em questão não se trata apenas de uma crítica pela crítica, mas de uma reflexão sugestiva, com o intuito de pensar sobre onde estamos, para onde vamos e por que queremos ir. Trata-se de uma análise progressista em seus mais variados aspectos.

Diante desse panorama, é fundamental que o Estado e as universidades em Angola, sejam públicas ou privadas, busquem reafirmar seu compromisso com a liberdade acadêmica e com a crítica. Isso não só favorecerá o desenvolvimento do conhecimento, mas também contribuirá para a formação de cidadãos conscientes e preparados para participar ativamente da sociedade. Um ambiente acadêmico que valoriza a crítica e a autonomia é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual o saber seja, de fato, um bem coletivo e não apenas uma mercadoria. Entendemos que as ciências, independentemente da área de conhecimento, estão, indubitavelmente, interconectadas – tanto as ciências exatas, da saúde e engenharias quanto as ciências humanas. Nesse contexto, é dever das instituições promover a inclusão entre as áreas do saber, evitando, assim, discursos de exclusão que hierarquizam os cursos, uma narrativa que também é reproduzida na sociedade e nas famílias.

Tal como Kajibanga (2002), também sou cético quanto ao fato de as universidades do nosso país estarem realmente preparadas para desempenhar seus papéis e cumprir suas obrigações perante o Estado e a sociedade em geral, em uma situação de ausência de democracia, criatividade e das liberdades globais. Isso, infelizmente, parece ser uma utopia.

Portanto, considero que tanto a democracia quanto a liberdade acadêmica passam por uma cultura política democrática que orienta as crenças, atitudes e valores individuais e coletivos, convergindo para a inclusão com os demais tipos de educação. Isso inclui a valorização dos outros saberes presentes em nossa sociedade, influenciada pelas diversas manifestações culturais. Igualmente, a apostila na pesquisa e na extensão universitária permitirá que os estudantes socializem

suas habilidades para além das paredes da sala de aula, em áreas como dança, música e outras manifestações culturais.

Gostaria de finalizar afirmando que a forma como nossas universidades estão distribuídas, especialmente as públicas, gera uma desigualdade extrema, em um país onde a maioria da população vive abaixo da linha da pobreza multidimensional, segundo os relatórios anuais do Instituto Nacional de Estatística (INE). Essas instituições de ensino superior estão concentradas nas zonas urbanas das capitais, ao passo que as universidades privadas têm crescido principalmente nas periferias das cidades. No entanto, o debate sobre o capitalismo, a mercantilização do ensino e o acesso à universidade precisa ser uma pauta urgente no parlamento angolano. O Ministério do Ensino Superior deve criar mecanismos para levar as universidades públicas a locais mais acessíveis, atendendo aos mais necessitados.

Por fim, a personagem Nambuangongo (nome fictício) foi utilizada para ilustrar uma história real vivenciada por muitos estudantes e professores angolanos, e para demonstrar algumas das razões pelas quais nossas universidades e institutos superiores continuam como estão: com poucas produções científicas e revistas acadêmicas desatualizadas, que, por vezes, recebem apenas um ou dois artigos por ano.

## **Referências**

- AVRITZER, Leonardo. O papel do pluralismo na formação e consolidação da ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L. et al (orgs) **A Ciência Política no Brasil, 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- CARDOSO, Carlos. Desenclavar as Ciências Sociais na África lusófona: a iniciativa especial da CODESRIA. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 03. v. 60, 2017.
- CARDOSO, Carlos. Das possibilidades das ciências sociais em África. In: CRUZ, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**. Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. Dakar, Senegal: CODESRIA / CLACSO, 2012.
- CERVI, Emerson Urizzi. O papel da ciência política no discurso científico brasileiro: institucionalização e avanços de uma área em construção: **BIB**, São Paulo, n. 86, v. 2, p.116-137, 2018.
- CRUZ, Domingos da. **Direitos Humanos na Era das Incertezas**. Lisboa: Edições Colibri, 2020.
- FALOLA, T. Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 36, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21139>. Acesso em: 30 dez. 2024.
- FOÉ, Nkolo. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 175-228, jan./mar, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista crítica das ciências sociais**, nº 80 p. 149-160, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. P. **A Terceira Onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

KAJIBANGA, Victor. Ensino Superior e Dimensão Cultural de Desenvolvimento: reflexões sobre o papel do Ensino Superior em Angola. **Africana Studia**, n. 3, 2020.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência. Por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 17-60, 2011.

LINZ, Juan J; STEPAN, Alfredo. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MALANGA, Luís José. **A reforma educativa em Angola**: a questão da monodocência como qualidade de ensino na 5ª e 6ª classes. 2021. Projeto de pesquisa (Bacharelado em Humanidades) – Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre a pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, B. D. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010. p. 529-532.

NAMBUA, Manuel. **Educação em Angola**: Experiência, Pesquisa e Esperança. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Sorocaba, 2024.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. (Org.). **Transições do regime autoritário**: Sul da Europa. São Paulo: Vértice, 1988.

ROSA, Vilma. **Autoritarismo**. São Paulo: Lafonte, 2020.

SANTOS, Milton. O intelectual e a universidade estagnada. **Revista Adusp**, p. 16-20, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Descolonização cognitiva: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. **O fim do Império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 161-210.

SARTORI, Giovanni. Hacia dónde va la Ciencia Política? **Política y Gobierno**, Madri, n. 2, v. XI, p. 349-354, 2004.

SILVA, Tereza. O lugar das ciências sociais como motor de mudança: o caso de Moçambique. Marrocos: XIIIº Assembléia Geral da CODESRIA, 2015.

SILVA, Eugénio Alves da. Autonomia e liberdade académicas na UAN: Realidade ou utopia?. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, n. 3, p. 9-30, 2009.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. Bobbio, Norberto; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, Vol. 1, 11 ed., 1998.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1, p. 33.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

YANKAH, Kwesi. A globalização e o acadêmico africano. In: LAUER, Helen; ANYIDOH, LAUER, Helen; ANYIDOH, Kofi (organizadores). Kofi. **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Volume 1. Brasília: FUNAG, 2016.

## **Legislações**

Lei de Base do Sistema de Educação de Angola (LBSE nº 17/16). **Diário da República, Assembleia Nacional**. (Parlamento Angolano), Luanda, 2016.

Decreto Presidencial n.º 131/22 – **Estatuto Remuneratório da Carreira do Investigador Científico**. Disponível em: <https://mescti.gov.ao/ao/documentos/estatuto-remuneratorio-da-carreira-do-investigador-cientifico/>. Acesso em: 28 out. de 2024.

Decreto Presidencial n.º 109/19 de 02 de abril – **Estatuto da Carreira do Investigador**. Disponível em: <https://mescti.gov.ao/ao/documentos/estatuto-da-carreira-de-investigador-cientifico/>. Acesso em: 28 out. de 2024.

# ENTRE A HISTÓRIA E A PÓS-VERDADE: NOVAS TENDÊNCIAS DE ABORDAGENS A PARTIR DO REVISIONISMO HISTÓRICO, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

*Paulo João Afamado Pedro*<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este estudo, de carácter bibliográfico, propõe contribuir para o debate sobre o papel da História e dos historiadores na era da pós-verdade. A partir das críticas pós-modernas, analisa os regimes de verdade consolidados na modernidade e suas influências na prática historiográfica, evidenciando como a disciplina auxiliou na legitimação de paradigmas e, por vezes, na formação de dogmas. O revisionismo histórico, embasado em perspectivas pós-modernas, é apresentado como possibilidade de reavaliação crítica da História enquanto ciência, embora enfrente limitações teórico-metodológicas, em aspectos semânticos, definição de escalas analíticas e no compromisso ético-crítico dos pesquisadores. Objectivo deste estudo bibliográfico é compreender o papel da História na era da pós-verdade, defendendo a necessidade de repensar métodos de pesquisa, revisar fontes e exigir rigor na apresentação de evidências que sustentem ou contestem narrativas. Em suma, reforça-se o valor transformador da análise histórica crítica para enfrentar os desafios de um contexto marcado pela relativização da verdade.

**Palavras-chave:** História; Pós-Verdade; Revisionismo Histórico, Crítica Pós-Moderna

*BETWEEN HISTORY AND POST-TRUTH: NEW TRENDS IN APPROACHES FROM  
HISTORICAL REVISIONISM, POSSIBILITY AND LIMITATIONS*

## **Abstract**

This bibliographic study aims to contribute to the debate on the role of History and historians in the post-truth era. Based on postmodern criticism, it analyzes the regimes of truth consolidated in modernity and their influences on historiographic practice, highlighting how the discipline helped to legitimize paradigms and, at times, to form dogmas. Historical revisionism, based on postmodern perspectives, is presented as a possibility for a critical reevaluation of History as a science, although it faces theoretical and methodological limitations in semantic aspects, definition of analytical scales and in the critical ethical commitment of researchers. The objective of this bibliographic study is to understand the role of History in the post-truth era, defending the need to rethink research methods, review sources and demand rigor in the presentation of evidence that supports or contests narratives. In short, it reinforces the transformative value of critical historical analysis to face the challenges of a context marked by the relativization of truth.

**Keywords:** History; Post-Truth; Historical Revisionism, Postmodern Criticism.

---

<sup>1</sup> Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda.

## Introdução

Tem sido *práxis* uma espécie de assalto temático, nos últimos anos, por indivíduos de diferentes segmentos da sociedade, desde jornalistas, artistas, activistas, políticos, que não somente promovem, com base no sensacionalismo, processos de questionamentos constantes da história e de seus agentes, mas também (re)posicionam a história em um lugar cujo valor deve ser medido pelo endossamento de determinadas ‘verdades’ e refutação de determinadas ‘inverdades’. Essa tendência de reposicionamento e de atribuição de novas funções sociais à história, resulta de um questionamento ainda maior, o da ciência.

Ora, a ciência, apesar do seu carácter progressista, está sujeita a problemas e falhas. No entanto, isso não deve servir como medida de invalidação da mesma. Kuhn (1977) entende que a tensão essencial na ciência é entre o total compromisso com o *status quo* e uma busca cega de novas ideias. Desta feita, as mudanças de paradigmas<sup>2</sup> e as revoluções na ciência dependem do equilíbrio adequado desses dois impulsos opostos. Logo, a ciência assume um carácter introspectivo, sem que, no entanto, isso coloque em xeque sua validade.

No caso da História, a intersecção, que se vem estabelecendo entre a mesma e a pós-verdade, tem gerado, entre a comunidade de historiadores, debates sobre novas abordagens revisionistas em voga nos últimos tempos, principalmente com aqueles temas, cujo impacto sobre determinados grupos minoritários, do ponto de vista do poder, ganham sentidos negativos. Partindo dessa ideia, o revisionismo histórico, que tem como escopo, apresentar, revisar e reinterpretar eventos e narrativas condicionais, encontra-se agora em um cenário amplificado pela pós-verdade, onde a manipulação dos factos e a prevalência de emoções e crenças sobre a objectividade da informação desafiam a própria essência da ciência histórica.

Este contexto tem gerado novas possibilidades para o resgate da história marginalizada e esquecida, quanto as limitações, a medida em que interpretações distorcidas ou manipuladas podem comprometer a busca por compressão crítica e fundamentada dos acontecimentos passados.

Portanto, a explanação dessas dinâmicas é fundamental para entender o papel da história como campo da ciência na (re)construção da memória colectiva, podendo, com o devido cuidado teórico-metodológico, analisar essa reconstrução sem, evidentemente, deixar de reconhecer suas limitações.

---

<sup>2</sup> Sherman (2011) comprehende como um modelo compartilhado pela maioria, mas não todos os membros de uma comunidade científica, destinado a descrever e interpretar fenómenos observados ou inferidos, passados ou presentes, e voltados para construção de um corpo de conhecimento testável.

## Pós-Verdade e a Manipulação Histórica

A pós-verdade é um conceito contemporâneo, cunhado pelo dramaturgo norte-americano Steve Tesich, que ganhou destaque, na última década, especialmente em 2016, quando foi eleito pelo *Dictionary Oxford* como palavra do ano. Ela ganha espaço com o surgimento de novas formas de comunicação e a crescente centralidade das redes sociais no debate público. O termo refere-se a um cenário no qual os sentimentos e crenças pessoais têm mais influência sobre a formação da opinião pública do que os factos objectivos. Sobre isso, Júnior (2019) assevera que:

se tomamos o tema pós-verdade em sua acepção mais directa, ou seja, aquela que nos indica o estado, condição ou circunstância que se anuncia “após” um primeiro estado, condição ou circunstância, chegamos a uma definição que, no mínimo, pretende indicar algo diverso do que anunciamos por verdade (Júnior, 2019, p. 1).

A campanha de Donald Trump se constituiu como um marco dessa virada. Combinando retórica agressiva, desqualificação sistemática da imprensa tradicional (*fake news media*) e uma profusão de afirmações falsas ou enganosas, Trump não somente desafiou os padrões tradicionais do discurso político, como também desestabilizou os mecanismos de validação da verdade compartilhada, essenciais para o funcionamento saudável de uma democracia. Em vez de apresentar propostas ancoradas em diagnósticos racionais, sua estratégia discursiva explorou medos, ressentimentos e estereótipos, abrindo espaço para a reafirmação de discursos populistas, nacionalistas e fundamentalistas.

Yascha Mounk (2018), cientista político germano-americano, tem sido uma das vozes mais atentas a esse processo. Em obras como *O Povo contra a Democracia*, Mounk argumenta que estamos vivendo uma crise da democracia liberal, impulsionada justamente pela erosão do consenso em torno de princípios básicos como o pluralismo, a tolerância e a própria ideia de verdade objectiva. Para Mounk o populismo contemporâneo, seja à direita ou à esquerda, mina as instituições democráticas ao prometer uma representação ‘autêntica’ do povo contra elites supostamente corruptas, legitimando ataques à imprensa, ao judiciário e a qualquer mecanismo de controle institucional.

O fenômeno da pós-verdade, nesse contexto, não é somente uma consequência da era digital ou das redes sociais, mas o sintoma de uma transformação mais profunda nas relações entre linguagem, poder e democracia. A desinformação e a polarização extremada criam um terreno fértil para o fundamentalismo religioso, político ou ideológico, que se recusa ao debate racional, rechaça o dissenso e promove uma lógica binária de ‘nós contra eles’. Como alerta Mounk, esse processo tem consequências globais: desde o Angola, Brasil até a Hungria, passando por Filipinas, Índia e Polónia, líderes populistas têm se valido da pós-verdade para consolidar regimes autoritários sob o verniz da legitimidade popular.

Assim, discutir a pós-verdade não é apenas um exercício teórico, mas uma tarefa urgente para quem deseja defender o espaço público como lugar de encontro, de escuta e de argumentação racional. A recuperação desse espaço exige o fortalecimento de instituições, a educação crítica e o compromisso com uma ética do discurso que, longe de negar os afectos e as identidades, saiba integrá-los à construção de uma democracia plural e resistente às tentações autoritárias.

Percebe-se que estes fenómenos podem estar, intrinsecamente, relacionados à manipulação histórica, enquanto a verdade histórica<sup>3</sup> pode ser distorcida para servir objectivos políticos ou de agenda ideológica em vez de um entendimento fiel dos eventos.

A manipulação histórica, nesse sentido, e, no contexto da pós-verdade, envolve a selecção, omissão e reinterpretação dos factos do passado de modo a criar narrativas que atendem certos objectivos, muitas vezes, sem considerar a complexidade ou a totalidade dos acontecimentos históricos. Esses processos, por vezes, geram uma versão reconfigurada da história, que pode ser utilizada para legitimar discursos<sup>4</sup>, reforçar estereótipos ou promover uma agenda específica. Assim, ao distorcer o passado, manipula-se a compreensão sobre o presente, gerando uma sensação de verdade, que não corresponde os factos até então objectivos.

A implicação filosófica da pós-verdade e da manipulação histórica, refere-se ao questionamento da própria natureza da verdade e da realidade. Tradicionalmente, filósofos como Platão, Aristóteles e Kant defendiam que a verdade era algo acessível à razão e que deveria ser buscada de forma objectiva, independentemente das percepções individuais. No entanto, a pós-verdade desafia essa visão, propondo que as verdades podem ser fluídas, dependendo dos contextos sociais, emocionais e até manipuláveis por quem detém o poder de comunicação.

Arendt (2014) propõe uma reflexão entre as variadas definições de verdade, estabelecendo, a partir disso, a diferença entre verdade racional ou filosófica e o que ela denomina de verdade de facto. Conforme a autora, entende-se por verdade racional ou filosófica aquela que se relaciona no domínio da opinião, que penetrando na ‘praça pública’, apresenta uma modificação diferente de uma espécie de raciocínio para outro, mas de um modo de existência humana para outro. A verdade de facto, por sua vez, estabelece o distanciamento com a primeira, aludindo, no entendimento da autora, dever estar ancorado nos factos.

Ora, pensa-se necessário enfatizar que esse fenómeno tem implicações nas mais diversas esferas académica, ética e política, pois ao relativizar a ‘verdade’ abre-se a possibilidade para propagação de informações falsas ou distorcidas, podendo, efectivamente, afectar a confiança nas instituições, na ciência e na própria convivência social no âmbito da esfera pública. Há também o

---

<sup>3</sup> Importante abrir nota para dizer que, esse conceito é frequentemente discutido, pelo facto de a história não ser somente um conjunto de factos objectivos, mas também uma construção interpretativa.

<sup>4</sup> Ver Foucault (2001) *A ordem do discurso* e Pêcheux (1988) *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*.

reflexo da transformação dos mecanismos de comunicação com ascensão das redes sociais e a descentralização da informação.

No contexto actual, plataformas como o *Facebook*, *Tik Tok*, *X*, o *YouTube* e programas de televisão oferecem um espaço, onde a veracidade de uma informação, muitas vezes, não é tão importante quanto seu apelo emocional ou a capacidade de se propagar rapidamente. Sobre isso, acompanhamos, recentemente, o caso do apresentador de televisão, do programa *Conexão*, da Rede Girassol, que se enganou sobre o 449.º aniversário da cidade de Luanda, ou da afirmação de um formador de opinião/influenciador digital angolano, num *Podcast* segundo o qual “Sócrates foi morto pela igreja católica”, sendo isso impossível de ter acontecido. Júnior (2019) lembra-nos como as *fake news* e a adesão ao seu conteúdo, sem qualquer critério de verificação ou mesmo de verossimilhança, tem sido um dos grandes exemplos a indicar como aquilo que se chama de pós-verdade. Esta estaria predominando sobre o estado de coisas, nas quais a verdade permaneceria como um aspecto fundamental na organização da opinião pública. A despeito disso, de acordo com Muangunga.

todos temos direito de nos enganar, o que é diferente de normalizar enganos, banalizar o mal, institucionalizar mediocridade, a ânsia pela democratização das ideias precisa nos prevenir das formas de institucionalização dos absurdos, o problema não é errar, dizer asneiras, enganar-se, o problema é sobre os valores que defendemos no quadro público (Muangunga, 2025).

Nesse caso, os limites e implicações do emprego da pós-verdade revelam a fragilidade da construção de um consenso social, uma vez que a verdade deixa de ser algo compartilhado em termos racionais, sendo determinada pela repetição da narrativa convincente.

Ora, este cenário, por si só, desafia a educação e o pensamento crítico, ao ser necessário que os indivíduos aprendam a validar a informação que consomem. Portanto, a análise da pós-verdade e da manipulação histórica não pode ser dissociada da discussão sobre a transformação dos mecanismos de comunicação e das funções das novas tecnologias na formação da opinião pública.

Os fenómenos característicos da nossa época impulsionaram para o advento não circunstancial e uma tendência de mentiras tão bem articuladas que parecem criar uma realidade alternativa. Sobre isso, Heberman (2003) entende que a verdade esteja intrinsecamente ligada à linguagem, ao contexto histórico e à experiência vivida. No nosso entender, abre-se a possibilidade para, a partir disso, sugerir que a análise da pós-verdade pode indicar um caminho de decomposição daquilo que dá corpo ao termo, deixando de o conceber somente como algo característico da nossa época.

Para Foucault, a distinção entre verdadeiro e falso passa, ainda, por um conjunto de procedimentos que regulamenta o funcionamento dos enunciados que produzem efeitos e se apoiam em verdades anteriores. Assim a verdade é um combate em torno de um estatuto determinado pelo regime económico-político que se altera local e historicamente. [...], na verdade, ou no verdadeiro, não há um dado natural que se possa dizer que se trata de algo verdadeiro ou de uma verdade, é preciso estar no regime ou estatuto de verdade, ou

verdadeiro, que passa por determinação dos sistemas e regimes de valores sociais (Foucault, 2021).

Apesar da acepção foucaultiana, é importante recuperar Tyler Stephen, citado por Hobsbawm (2010), que assevera: “se não existir uma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que me parece ser verdadeiro, então a minha própria construção da realidade é tão boa como desta ou daquela qualquer outra pessoa” (Hobsbawm, 2010, p. 252).

Neste âmbito, é importante dizer que, em um ambiente saturado de informações, é essencial que busquemos formas de promover uma reflexão profunda sobre a natureza da verdade e a responsabilidade que temos como cidadãos/académicos na construção de uma sociedade informada e consciente.

## **Revisionismo Histórico e suas Implicações na Construção do Conhecimento**

O revisionismo histórico, como fenómeno intelectual, surge no final do século XIX e início do século XXI, num contexto de contestação das narrativas históricas dominantes. O termo ‘revisionismo’ refere-se ao esforço de revisar, repensar ou reinterpretar acontecimentos históricos, desafiando interpretações estabelecidas que foram, alimentada por ideologia ou perspectiva de poder.

O termo revisionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado positivamente, ora pejorativamente; ora servindo de formas plurais a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas académicas e intelectuais estás também, de maneira alguma, estranha às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de negação. É o que faz, por exemplo, Pierre Vidal-Naquet em conhecido artigo da década de 1980: [...] Chamarei aqui “revisionismo” a doutrina segundo a qual o genocídio praticado pela Alemanha nazista contra judeus e ciganos não somente não teria existido, como não passaria de mito, fabulação ou fraude. Falo aqui do “revisionismo” no sentido absoluto do termo, mas existem também revisionismos relativos, sobre os quais direi algumas palavras. A palavra em si possui uma história que é estranha e que mereceria ser desenvolvida. Os primeiros “revisionistas” modernos foram, na França, os partidários da “revisão” do processo de Alfred Dreyfus (1894), mas a palavra foi muito rapidamente apropriada pelos seus adversários e essa mudança de sentido deve ser considerada sintomática. A palavra ganhou em seguida um sentido tanto positivo como negativo, implicando sempre a crítica a uma ortodoxia dominante (Rolember; Cordeiro, 2021, p. 3).

Esse movimento é uma reacção contra a historiografia oficial e, muitas vezes, está vinculada ao desejo de revisitar a voz e a experiência silenciadas ou marginalizadas.

O revisionismo histórico emerge, principalmente, num momento de grande transformação social e política. Falamos do período pós-Segunda Guerra Mundial, dando-se, a posterior, o processo de reconstrução da sociedade pós-conflito. No entanto, também aparece como uma resposta crítica às interpretações históricas que se solidificaram como verdades, alimentadas pelo contexto de poder e hegemonia. Julga-se necessário dizer que o revisionismo histórico, como fenómeno intelectual, emerge em contextos de contestação e ruptura com as narrativas históricas dominantes,

frequentemente comprometidas com as hegemonias políticas, epistemológicas e culturais. Sua essência está na recusa da história como discurso totalizante e na abertura para vozes silenciadas, memórias subalternizadas e experiências múltiplas do tempo. A partir da Segunda Guerra Mundial, os horrores do nazismo, do holocausto e do colonialismo tardio desestruturaram a confiança nos valores da modernidade, razão, progresso e universalismo, permitindo o florescimento de uma crítica radical às bases da história tradicional.

Essa crítica ganhou densidade com a virada pós-moderna, compreendida a **condição cultural, social e filosófica marcada pela fragmentação das verdades universais, pela valorização das diferenças e pela centralidade da linguagem, da mídia e do consumo na construção da realidade**. Ela rompe com os ideais de progresso, razão e totalidade da modernidade, substituindo-os por multiplicidade, ironia, fluidez e desconfiança em relação a qualquer discurso hegemônico, no final dos anos 1970 e durante os anos 1980. Nesse contexto, o conhecimento histórico passou a ser compreendido não como uma representação neutra do passado, mas como construção discursiva, situada e atravessada por relações de poder. Michel Foucault foi central nesse deslocamento ao demonstrar que “a verdade não é exterior ao poder [...] ela é deste mundo: ela é produzida por múltiplas formas de coerção” (Foucault, 2021, p.12.). A história, portanto, não é mera reconstituição factual, mas efeito de práticas discursivas e dispositivos institucionais que regulam o que pode ser dito e lembrado.

O impacto da crítica foucaultiana é perceptível não apenas na historiografia crítica, mas também no campo da teoria pós-colonial e dos estudos subalternos. Edward Said, em Orientalismo (2007), mostra como o saber ocidental sobre o Oriente é menos um reflexo da realidade e mais uma construção discursiva sustentada por relações coloniais. O ‘Oriente’ não existe em si, mas é inventado pelo olhar ocidental como um “outro” exótico, sensual e irracional, a fim de consolidar o poder e a identidade do “Ocidente racional”.

Semelhantemente, Valentin-Yves Mudimbe, na obra *The Invention of Africa* (1988), investiga como os discursos coloniais europeus moldaram o que se entende por “África” e “africano”, revelando que a identidade africana foi inventada a partir de estruturas epistemológicas externas ao continente, especialmente pelas ciências coloniais. Tanto em Mudimbe (1988), como Said (2007), reconhece-se a influência das análises foucaultianas sobre o saber e o poder na desconstrução de narrativas coloniais e na reconfiguração da memória histórica dos povos subalternizados.

A obra de Gayatri Chakravorty Spivak, particularmente o ensaio “Pode o subalterno falar?”, insere-se nesse mesmo campo de ruptura. Spivak argumenta que os discursos hegemônicos, mesmo os revolucionários ou marxistas, frequentemente falam pelo subalterno, impedindo sua verdadeira enunciação. “O subalterno não pode falar” (Spivak, 2010, p.28.), escreve ela, não porque lhe falte voz, mas porque os aparatos discursivos a deslegitimam, a silenciam ou a traduzem de forma

distorcida. Spivak articula o pós-estruturalismo (especialmente de Foucault e Derrida) com uma crítica pós-colonial profunda, ampliando o escopo do revisionismo histórico para incluir também as epistemologias do Sul e as memórias não ocidentais.

Ainda sobre o pós-modernismo, a cena descrita por Zygmunt Bauman em *Amor Líquido* (2003), em que Viviane, em um bar, conversa sobre sexualidade em público, mostra a liquefação das normas e o deslocamento das fronteiras entre o íntimo e o público. Essa cena, aparentemente trivial, evidencia como as transformações contemporâneas desestabilizam os discursos normativos, inclusive os históricos e produzem novas formas de narrar o passado, o presente e o próprio sujeito. A sexualidade, assim como a história, deixa de ser um campo estabilizado e é lugar de disputa simbólica.

Nesse quadro, o revisionismo histórico não deve ser confundido com negacionismo que busca apagar factos históricos por motivações ideológicas, mas compreendido como uma atitude crítica diante das certezas estabelecidas. A partir da influência de Foucault, os estudos pós-coloniais, os estudos de género e os estudos subalternos promoveram uma verdadeira revolução epistémica, desafiando a ideia de uma verdade histórica única e questionando os próprios critérios de validação do saber histórico.

Como sintetiza Ricoeur (2007, p. 648), “a memória não é apenas lembrança, mas também esquecimento. [...] E é nesse jogo entre memória e esquecimento que se decide a verdade histórica”. O revisionismo, portanto, não busca destruir a história, mas ampliá-la, complexificá-la e democratizá-la, incluindo vozes como as de Viviane no bar, os subalternos de Spivak, os orientais de Said e os africanos de Mudimbe todos antes marginalizados pelo cânone histórico dominante.

Nesse contexto, o marxismo apresenta-se como uma das primeiras e mais notórias manifestações do revisionismo, ao procurar reavaliar a história a partir de uma versão crítica das classes sociais e das relações de produção. Na década de 20, do século passado, historiadores marxistas propuseram-se a examinar o papel da classe social dominante e evidenciar a história a partir das camadas populares, questionando, a título de exemplo, a interpretação da revolução francesa e da revolução industrial.

Ora, entre 1965–1966, François Furet e Denis Richet lançaram *A Revolução Francesa*, livro em dois volumes, no qual interpretaram o evento na contracorrente das interpretações marxistas, então, consagradas no meio académico. Segundo Gérard (2002), o “revisionismo da historiografia, da Revolução Francesa”, já estava em curso desde a década anterior, com a publicação do texto *O Mito da Revolução Francesa*<sup>5</sup>, do historiador britânico Alfred Cobban, mas a obra de Furet e Richet foi o ponto de inflexão desta revisão. As publicações posteriores, de Furet sobre o assunto, embora revejam aspectos defendidos na primeira abordagem, mantiveram, no essencial, a interpretação que

---

<sup>5</sup> Texto publicado em 1955 pela Falcroft Library Editions.

suscitou polémica, desde os anos 1960, ganhando enorme visibilidade na ocasião das comemorações do Bicentenário da Revolução, em 1989.

A obra de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, publicada de forma primária em 1856 e, traduzido em 1997, pela Editora Universidade de Brasília, esteve na base da reflexão de Furet (e Richet). Ao invés de estudar a ‘Revolução’ conforme as abordagens comuns na época personalistas e sectárias, voltadas para as vivências dos revolucionários, o historiador, do século XIX, fez do confrontamento de classes o objecto em questão. No processo de construção do Estado centralizado, datado do reinado de Luís XIV, estava a origem da sujeição da nobreza e do progressivo sentimento de igualdade difuso nas classes populares, sobretudo, no campesinato. Ao inserir o evento na longa duração, Tocqueville enxergou as transformações económicas no tempo e suas implicações nas dimensões políticas. Com esse ponto de vista, negou a ruptura revolucionária em favor das continuidades. “Plantada por filósofos”, com uma perspectiva internacional (Humanidade universal, Razão universal, Religião laica), a Revolução levou a uma nova religião, fanática, disposta a tudo. A Democracia, destino na história da França, poderia ter sido alcançada sem a Revolução nem autoritarismos.

Por meio de uma leitura própria de Tocqueville, Furet e Richet negaram o carácter burguês e de luta de classes da Revolução na chave interpretativa do marxismo. Soboul (1984) argumentou que, mesmo na fase jacobina, tratou-se de uma revolução burguesa. As massas teriam entrado em cena, orquestradas pela burguesia, que, diante da radicalização do processo, derrubou o líder Robespierre. Hobsbawm (2009) acompanhou Soboul, enfatizando ainda mais a tese da manipulação das classes populares pela burguesia, no período jacobino, e os aspectos económicos como decisivos para a eclosão do conflito. François Furet e Denis Richet insurgiram-se, portanto, em 1965–66, contra esta hegemonia marxista na compreensão da Revolução Francesa: a que insistia na luta de classes entre burguesia *vs* nobreza e na ruptura do processo revolucionário. A resposta de Soboul veio em 1974, no artigo em que chamou ambos historiadores de revisionistas, em sentido desqualificador. Assim como outros críticos liberais da interpretação marxista da ‘revolução burguesa’, no entanto, deslocar a interpretação de um extremo ao outro também evidenciava a dificuldade de lidar com o passado à luz do presente, de perceber a complexidade dos comportamentos reais, não raramente distantes dos dois extremos.

Ora, é ponto assente que as contribuições do revisionismo histórico são bastante amplas e pode ser vista como uma renovação ao nível da historiografia por diversos aspectos. Inicialmente, ao desafiar as narrativas dominantes, possibilitando uma perspectiva mais plural da história, incluem aquelas perspectivas de grupos sociais antes marginalizados, como as mulheres, ‘negros’, indígenas, trabalhadores. Para o nosso caso, os partidos, movimentos ou coligações políticas na oposição. Em segunda instância, ele reacende o debate sobre as questões ideológicas que, muitas vezes, estão

presentes na construção das narrativas históricas, ajudando a destacar como a história é uma construção de vencedores.

Portanto, o revisionismo histórico, enquanto prática de reavaliação e reinterpretAÇÃO de acontecimentos passados, pode desempenhar um papel significativo na construção do conhecimento, científicamente, fundamentado. Nessa linha, ela deve ser realizada com rigor académico e objectividade, contribuindo para o avanço do conhecimento, possibilitando uma (re)interpretação mais precisa dos acontecimentos históricos, considerando uma variedade de coisas, como novas fontes, metodologia ou até mesmo perspectivas. Esse processo de revisão é essencial para história, uma vez que novas descobertas são feitas internamente.

Ora, apesar desses aspectos, esse movimento desempenham papel ambíguo nesse processo de reconstrução de narrativas, científicamente, fundamentadas, pelo facto de a flexibilidade que proporciona, do ponto de vista da (re)análise dos factos, abre espaço para distorções na própria história. Nessa situação, sendo o revisionismo usado para manipular as narrativas com o claro propósito de as moldar de modo que possam favorecer determinados segmentos.

A par do elemento exposto acima, a ética do revisionismo histórico envolve a análise e reinterpretAÇÃO dos acontecimentos do passado à luz das novas evidências, abordagens teóricas/metodológicas. Embora o revisionismo seja uma prática legítima no campo da história, seu uso levanta questões éticas importantes, especialmente quando distorce ou manipula facto com fins políticos, ideológicos ou até comercial. Se, por um lado, o revisionismo histórico pode ser uma ferramenta essencial para corrigir uma falha na narrativa dominante, recuperar a história negligenciada ou marginalizada e fornecer uma visão mais complexa e multifacetada dos acontecimentos. Por exemplo, o reconhecimento das contribuições de grupos, historicamente, oprimidos destaca, sobretudo, os avanços nas mais diversas áreas pelos povos do Oriente, África ocidental, no período medieval, dos agora chamados Sul global, um trabalho feito no âmbito do pós-colonialismo, epistemologias do Sul, de Boa Ventura de Sousa Santos, sendo provas do valor da tendência da reinterpretAÇÃO dos dados da ciência com o propósito de construção de perspectivas fundamentadas e menos enviesadas possíveis.

O revisionismo histórico é um processo natural e necessário na história como ciência. Com o avanço das pesquisas, a descoberta de novos documentos e a ampliação das perspectivas teóricas, historiadores revisitam e reinterpretam eventos passados. No entanto, a prática do revisionismo histórico também levanta questões éticas fundamentais, especialmente quando usada para distorcer factos com objectivos ideológicos, políticos ou pessoais.

A ética do revisionismo histórico deve se basear em princípios como a objectividade, o rigor académico e a responsabilidade com a verdade histórica. Qualquer revisão deve ser fundamentada em evidências concretas, cruzamento de fontes confiáveis e métodos críticos. Quando o revisionismo

é conduzido com seriedade, contribui para o esclarecimento de factos e a construção de um conhecimento histórico mais preciso e abrangente.

Entretanto, a deturpação da história para atender interesses específicos, como a negação de genocídios, a minimização de crimes contra a humanidade ou a glorificação de regimes autoritários, representa um uso antiético do revisionismo. Essas práticas não somente desrespeitam o compromisso com a verdade, mas também podem gerar impactos sociais negativos, perpetuando injustiças e influenciando decisões políticas equivocadas.

Assim, é essencial que a sociedade e os historiadores estejam atentos aos limites entre o revisionismo histórico legítimo e a manipulação da história. A educação histórica crítica, a valorização da diversidade de fontes e o debate académico são fundamentais para garantir que o passado seja revisitado de forma ética e construtiva, contribuindo para uma compreensão mais justa e aprofundada da história da humanidade.

### **História e Conspiração: Negacionismo e a reconfiguração da narrativa sobre holocaustos e escravidão**

A construção da memória histórica é um processo dinâmico e essencial para compreender nossas origens, consolidar identidades e promover sociedades mais justas e conscientes. Entretanto, nos últimos anos, tem-se apresentado uma tendência preocupante: o surgimento de narrativas revisionistas e negacionistas, que buscam reinterpretar eventos históricos de grande relevância, como o Holocausto e a escravidão, com o intuito de favorecer interesses políticos e ideológicos.

Originalmente, como dissemos, o revisionismo histórico representa o esforço académico de revisão e aprimoramento do conhecimento sobre o passado à luz de novas evidências e metodologias. Esse processo é fundamental para o avanço do saber e para a correcção de interpretações desactualizadas. No entanto, a mesma ideia foi cooptada por grupos que, ao invés de promover a ampliação do conhecimento, distorcem ou negam factos amplamente documentados. Assim, o termo “revisionismo” passou a ser associado a uma prática negacionista que visa deslegitimar a veracidade dos relatos sobre o Holocausto e a escravidão. Em referência a isso, Rollembert e Cordeiro discutem o distanciamento entre o revisionismo e o negacionismo, destacando que.

embora revisionismo e negacionismo sejam termos e conceitos que aludam a coisas distintas, não são raramente confundidos em estudos sobre diferentes temáticas e conjunturas. Este artigo procura diferenciá-los e analisar as razões e os processos a partir dos quais em muitos momentos os dois termos se confundiram. A questão ganhou visibilidade particular nas polémicas em torno dos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas envolve controvérsias anteriores e posteriores ao conflito. Tal realidade pode ser observada em três dimensões que, sendo autónomas, com frequência, se embaralharam: (a) política e ideológica; (b) historiográfica; (c) judicial. Envolvendo disputas do passado, a

interpenetração dessas dimensões ocorre, sobretudo, quando estão em causa temas da história do Tempo Presente (Rollemburg; Cordeiro, 2021, p. 1).

No caso do Holocausto, a negação dos campos de concentração e a minimização do extermínio sistemático de milhões de judeus não somente desrespeitam a memória das vítimas, mas também se tornam ferramentas para a promoção de ideologias extremistas e antisemitas. Sobre isso, Bloch (2002) lembra-nos que a história subentendida, caso não se tome cuidado, seria muito bem capaz de arrastar, finalmente, em seu descrédito, a história mais bem entendida. Mas se um dia chegássemos a isso, seria ao preço de uma violenta ruptura com nossas mais constantes tradições intelectuais.

Ora, pouco antes da derrocada da Alemanha, na Segunda Guerra Mundial, os nazistas tentaram apagar as provas dos crimes cometidos nos campos de extermínio, destruindo fornos crematórios e documentação escrita, desenterrando corpos de valas comuns para os incinerar. Rousso, citado por Rollemburg e Cordeiro (2021), observa, contudo, que, terminado o conflito, no Tribunal de Nuremberg (1945–46), que pretendeu julgar lideranças do nazismo, os acusados pelos crimes do regime não negaram os factos pelos quais eram acusados. O mesmo ocorreu nos tribunais que colocaram no banco dos réus os colaboradores franceses durante a ocupação da França (1940–44). Nessas ocasiões, os incriminados chegaram, por vezes, a declarar desconhecerem os crimes ou não eram responsáveis por eles, sem, contudo, negá-los como crimes. A inflexão data do início da Guerra Fria, em 1947, quando apareceram as iniciativas de negar a existência dos campos de extermínio nazistas, dos fornos crematórios ou a dimensão dos crimes neles perpetrados. A negação de factos fartamente documentados, sobretudo por imagens e testemunhos, foi assumida, não por antigos nazistas e colaboradores dos territórios ocupados durante a expansão alemã, mas por intelectuais e políticos que não tinham envolvimento directo nos crimes. O conceito de negacionismo apareceu na historiografia somente a partir de 1987, no clássico *A Síndrome de Vichy*, de Henry Rousso. A partir de então, o conceito de negacionismo difundiu-se entre os historiadores para se referir à negação do Holocausto, fenómeno já em curso, desde os primeiros anos da Guerra Fria. Portanto, tal negação esteve marcada pelo carácter ideologizado dos embates da nova fase, que, por vezes, assumiu pretensões historiográficas e académicas. Apesar da formulação do conceito de negacionismo, muitos políticos, intelectuais e historiadores continuaram a empregar o termo revisionismo para designar a negação dos crimes nazistas, explorando, alguns mais explicitamente, outros menos, a conotação pejorativa nele implícita em virtude de outras polémicas. O apego ao termo revisionismo também explica-se pelo facto de os negacionistas se dizerem revisionistas para elevar o *status* de sua argumentação, alegando oferecerem uma revisão dos crimes nazistas ou uma revisão da sua dimensão.

Lipstadt também foi categórica a esse respeito:

Como o movimento para disseminar esses mitos não são académicos nem historiográfico, escolhi evitar o termo revisionismo sempre que possível e, em vez disso, empregar o termo

negação para descrevê-lo. A escolha por parte dos negacionistas do nome revisionista para descrever a si é indicativa de sua estratégia básica de engano e distorção e de sua tentativa de se retratar como historiadores legítimos envolvidos na prática tradicional de iluminar o passado. Para os historiadores, de fato, o nome revisionismo tem uma ressonância perfeitamente legítima (Lipstadt, 1994, p. 11).

A autora vai mais longe ao afirmar que Rousso, ao elaborar o conceito de negacionismo, procurou ‘colocar os pingos nos is’. Sustentou, com perspicácia, que o revisionismo é da natureza do trabalho científico, por meio do qual temáticas e interpretações são, constantemente, revisitadas em função de arquivos, documentação, abordagens, distanciamento no tempo, etc. Integra, assim, o processo de produção do conhecimento. Por meio das revisões, o conhecimento actualiza-se e se desenvolve. A esse respeito, Foucault analisa como a própria academia produz critérios de legitimidade, quem os estabelece, e quais práticas de exclusão são postas em funcionamento.

Todo saber é atravessado por relações de poder. A ciência, a história, a verdade, todas são construções marcadas por jogos de exclusão, hierarquia e normatização. O poder produz saber; [...] poder e saber implicam-se directamente: não há relação de poder sem constituição correspondente de um campo de saber (Foucault, 2021, p. 27–28).

Assim, quando negacionistas tentam usar a linguagem da ciência ou da história, não devemos simplesmente questionar se é lícito ou ilícito aceitá-los, mas como funcionam os dispositivos institucionais que legitimam uns saberes e deslegitimam outros.

Outros historiadores como Pierre Laborie e Enzo Traverso endossaram os argumentos de Rousso. A diferenciação entre os dois conceitos é, portanto, fundamental. O revisionismo actua em favor da história; o negacionismo, ao contrário, ao relativizar ou desqualificar factos e testemunhos, actua contra a própria história. Em tempos de desprestígio dos factos, na compreensão do passado, lembremos Ginzburg, defensor, em *O Juiz e o Historiador* (1993), das noções de prova e de verdade como parte constitutiva do ofício do historiador.

Enfim, a partir de 1947, a negação do Holocausto mobilizou grandes confrontos, sobretudo a partir dos anos 1970 e esteve presente nas mídias, na política e na academia. A política, a ideologia e a historiografia interpenetraram-se e polémicas acabaram na Justiça. Nesse movimento, o debate envolveu crimes do mundo comunista e do mundo capitalista, mesmo depois da queda do Muro de Berlim (1989) e da desagregação da URSS (1991).

Nesse sentido, Rollemburg e Cordeiro (2021) questionam se termos tão distintos como revisionismo e negacionismo podem ser utilizados como sinônimos, não é, em alguma medida, ceder aos apelos por legitimidade académica e científica de negacionistas? Podemos ou devemos ceder aos tais apelos? Devemos aceitar o termo ‘revisionismo’ mesmo quando se trata de processos que não negam, directamente, os crimes do passado, mas empreendem problemáticos processos de relativização da história, como aqueles colocados em prática pelas direitas radicais mais recentemente? Não nos parece razoável. Sob este aspecto, a batalha pelas palavras e pelos conceitos

parece, mais uma vez, fundamental. Aqui, destacamos outro aspecto relativo ao sentido pejorativo do termo revisionismo: a presença do sufixo ‘ismo’, utilizado em diversas línguas modernas, em geral, na formação de substantivos, que denotam acção ou prática, estado ou condição, princípios, doutrinas, uso ou característica, devoção ou adesão. Alguns dicionários chegam mesmo a definir -ismo como um conjunto de crenças, especialmente aquelas que você desaprova. Assim, o uso académico do termo revisionismo pode parecer comprometido, corrompido pelo sufixo que o acompanha, reduzindo-o a um conjunto de crenças ao serviço de determinada ideologia. Entretanto, em termos da produção do conhecimento histórico, rever e revisar são verbos plenamente legítimos e devem ser considerados parte da práxis de um bom pesquisador. Sobre isso, Foucault diria que as palavras são armas em jogos de poder. A ‘batalha pelos conceitos’ que os autores mencionam é, para Foucault, uma disputa pela definição do que pode ser dito, por quem, e com quais efeitos de verdade. Isso se conecta ao que ele chama de ordem do discurso. Não é fácil ser admitido na ordem do discurso; cada sociedade tem seus mecanismos de controle, exclusão e apropriação do discurso. Logo, ao chamar algo de revisionismo ou negacionismo, não se está apenas descrevendo, mas produzindo um efeito de verdade, hierarquizando enunciados, desqualificando sujeitos ou reafirmando fronteiras epistémicas. Foucault (2001).

De acordo com Lipstadt (1994) em algum nível, revisionismo é algo no qual todos os historiadores legítimos se envolvem. Os historiadores não são somente cronistas, eles não recontam simplesmente a história. Cada um, tenta reunir um novo *insight* ou entendimento de uma história já conhecida, buscando uma nova maneira de interpretar o passado para nos ajudar a entender melhor o presente. Essa interpretação sempre envolve uma constante “revisão” do passado. Por sua própria natureza, a interpretação, no entanto, não pode ser puramente objectiva. Mas é construída sobre um certo corpo de evidências irrefutáveis: o Holocausto aconteceu; o mesmo vale para a escravidão. Rever, revisitar o passado constantemente, sem prescindir das evidências e dos demais métodos consagrados pela História. Ao contrário, buscando, nos acontecimentos devidamente verificáveis, novos ângulos, novos caminhos para compreender o verbo que, como nos ensina Bloch, domina e ilumina a disciplina da História e as pesquisas dos historiadores.

Sem entramos aqui no debate teórico em torno desta problemática, digamos que é essencial que os historiadores defendam um fundamento da sua disciplina: A supremacia da prova. Se os seus textos são ficcionais, e sem dúvida que são em certo sentido, uma vez que composições literárias, a matéria-prima da ficção, são aqui factos verificáveis. A existência ou não-existência das câmaras de gás nazis pode ser determinado por prova. Uma vez que foi provado que existiram, os que negam sua existência, não escrevem História, independentemente das técnicas narrativas que possam usar (Hobsbawm, 2010, p. 252).

Da mesma forma, a reinterpretação ou até a negação da brutalidade, da escravidão, visa suavizar os até perpetrados pelas potências escravizadoras. Compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes ou explicar fenómenos por meio de analogias e

generalizações tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes, examinar e suportar, conscientemente, o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso em uma tentativa de esconder o racismo presente. Sobre esse ponto, é interessante o apontamento que Carvalho e Rovida fazem.

A resistência dos negros escravizados, as revoltas e as lutas são apagadas e esquecidas nessa narrativa, assim como na proposta do Gilberto Freyre. Na luta pelo fim da escravidão só se mencionam os abolicionistas, eles é que seriam lembrados primeiramente e não a condição e a resistência do escravizado. Este discurso torna-se a primeira estratégia para se construir a realidade desejada pelo Brasil Paralelo<sup>6</sup>. Ao se desconsiderar as lutas, as revoltas e os actos de resistência, procura deslegitimar a luta e a reivindicações contemporâneas, como se estas fossem algo inventado por pessoas que se vitimizam, arranjando desculpa para conquistar algo de maneira fácil, se aproveitando supostamente de algo que não existiu ou que teve pouca relevância e gravidade (Carvalho; Rovida, 2018, p. 13).

É apresentado um discurso anacrónico, que compara o tráfico transatlântico com aquela escravidão da antiguidade na Grécia ou na Roma. As informações transmitidas, nesses casos, são rasas e o objectivo é produzir uma versão ‘própria’ dos processos ao longo da história, numa tentativa de forjar uma identidade nova. Desse modo, é perceptível como naturalizam a escravidão e diminuem os problemas que dela decorreram. Sobre o discurso e a mensagem apresentada por Carvalho e Rovida (2018), comprehende-se que a “construção argumentativa reforça a proposta de que a escravidão não teria princípios raciais, evidenciando as excepções, pois o negro escravizado escravizava outros negros”. Uma das possíveis apropriações do espectador pode ser a de considerar como excepção o negro, escravizando o negro, porém as apropriações, constantemente, são reapropriadas pelo mesmo indivíduo. Assim sendo, o indivíduo que, inicialmente, entende como excepção pode aceitar como regra depois de uma reapropriação da mensagem.

O principal problema do historiador na pós-modernidade é a falta de confiança que a sociedade tem a respeito de seu trabalho, sua produção académica e, inclusive, dele próprio, já que o uso constante da pós-verdade na crença das pessoas acaba deturpando a importância do ofício dos responsáveis por apresentar fatos, e no caso do historiador, factos históricos. Outro empecilho que pode ser notado é que uma desinformação se prolifera muito mais rapidamente do que uma informação académica, dificultando o trabalho que pesquisadores têm em levar conhecimento à população. Assim, independentemente do quanto um profissional da área de História saiba a respeito dos factos passados e difunda este conhecimento, o mesmo pouco adiantará se a população não confiar em suas palavras, e esta situação é o principal problema enfrentado pelo historiador na era da pós-verdade, com convicções que não necessitem mais de factos, mas, sim, que meramente sejam perfunctoriamente palatáveis, dando uma falsa sensação de conhecimento e, desta impostura, produzindo, inclusive, actos em seu nome, com consequências que podem eventualmente ser nefastas e perniciosas ao mundo humano. E isto é, de certa

<sup>6</sup> A Brasil Paralelo é uma produtora de conteúdo audiovisual brasileira, fundada em 2016, que se destacou por sua linha editorial alinhada ao pensamento conservador e de extrema-direita. Mediante documentários, séries e programas de comentário político, a produtora promove uma visão revisionista da história nacional, frequentemente marcada por críticas ao marxismo, à esquerda política e aos movimentos sociais. Sua actuação tem sido objecto de críticas por contribuir com a disseminação de desinformação e discursos negacionistas, especialmente no que tange à ditadura militar brasileira, à pandemia de COVID-19 e às pautas ambientais. Ao se apresentar como alternativa à ‘mídia tradicional’, a Brasil Paralelo consolidou-se como um agente central na articulação de uma esfera pública digital conservadora no Brasil contemporâneo.

forma, tudo o que a humanidade ilustrada tem recusado, e de várias formas, ao longo dos séculos, para que os ramos do saber, como a História, não padeçam de seus prejuízos (Silvera, 2023, p. 17).

Desta feita, as discussões historiográficas são deixadas de lado e os comentários que ecoam possuem um carácter de senso comum, que visa naturalizar a escravidão, inclusive buscando apontar que a escravidão pelos europeus pouco se diferenciava daquela que já era praticada em países do continente africano antes da chegada dos portugueses, evidenciando as análises anacrónicas e pouco aprofundadas nas discussões feitas sobre o assunto. Diante disso, é importante questionar, quais dispositivos de saber e poder permitem que certos discursos sobre a escravidão sejam hoje tolerados, promovidos ou institucionalizados, mesmo quando relativizam ou silenciam a violência estrutural do sistema escravista? Para Foucault, a história é uma tecnologia de poder que organiza as memórias, selecciona o que pode ser lembrado, silencia o que deve ser esquecido. A história não é apenas o que aconteceu, mas o que foi tornado visível por certos regimes de saber. Foucault percebe o **controle da memória** como uma forma de governar. O negacionismo ou revisionismo da escravidão serve a uma função política actual: **reorganizar a memória colectiva para desresponsabilizar estruturas contemporâneas de dominação**.

Nesse sentido, discursos que: culpabilizam africanos pela escravidão (“eles se venderam”), tratam a escravidão como “prática universal” sem contexto histórico, ou exaltam senhores como “figuras civilizadoras”, funcionam como **dispositivos de governo da subjectividade e da identidade racial no presente**. Eles **produzem sujeitos “negros” desautorizados, desmemoriados, alienados de sua história de resistência**.

O que está em jogo, para Foucault (2014), é sempre a **produção de subjectividades**. O poder produz realidade; ele produz domínios de objectos e rituais de verdade. No caso da escravidão: O sujeito negro foi historicamente produzido como objecto de discurso, ora como mercadoria, ora como “inferior”, ora como “integrável”. Os discursos revisionistas contemporâneos **actualizam essa produção**, ao recodificar o passado para **naturalizar a exclusão no presente**. A proposta de Foucault seria uma **genealogia da escravidão como regime discursivo**: não apenas estudar o que foi a escravidão, mas **como ela foi dita, esquecida, ressignificada**, quem conseguiu narrá-la e quais efeitos essa narrativa produz ainda hoje. “A genealogia é cinzenta, paciente e meticulosa [...] É uma história eficaz em oposição à história memorialista (Foucault, 2014, p. 25–27).

Essa genealogia permitiria: **desenterrar os silêncios, expor os dispositivos de esquecimento e racismo epistemológico, e criar contra-discursos**, abrindo espaço para outras formas de saber e memória, como os saberes afrocentrados, as histórias orais, a arte de resistência, as epistemologias do Sul. O negacionismo da escravidão **não é apenas ignorância, é um regime de verdade em disputa**, que envolve saber, poder e memória. A luta contra o negacionismo não é só uma disputa

factual, mas uma luta pela **produção de sujeitos históricos** capazes de lembrar, resistir e reinventar o presente a partir de outras narrativas.

Arendt (1975) assevera que compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela, qualquer que seja, ou possa ter sido.

Diante desse cenário, é imprescindível que historiadores, educadores e a sociedade civil se mobilizem em defesa da integridade da memória histórica. A promoção de uma educação crítica, baseada em evidências e na pluralidade de fontes, é fundamental para combater o negacionismo e preservar a veracidade dos factos. Somente através do compromisso com uma historiografia rigorosa e plural será possível enfrentar as narrativas conspiratórias e construir uma memória pública que honra as vítimas e as lições fáceis para evitar a tragédias passadas.

### **A História e o Futuro: O papel da educação na luta contra a pós-verdade**

Na era da pós-verdade, na qual as narrativas subjectivas e crenças pessoais, frequentemente, se sobrepõem aos factos verificáveis, a educação assume um papel essencial na preservação da racionalidade crítica e do pensamento baseado em evidências. Nesse contexto, o ensino da disciplina de história emerge como um dos principais instrumentos de combate à desinformação e à distorção deliberada dos acontecimentos.

A história, enquanto disciplina académica e escolar, tem como missão não somente relatar eventos passados, mas também ensinar os alunos a interpretar fontes, compreender contextos e desenvolver um pensamento crítico acerca das informações que consomem. No actual cenário, no qual discursos políticos e ideológicos distorcem a realidade, a história oferece ferramentas fundamentais para os cidadãos poderem discernir factos de narrativas enviesadas.

Ao proporcionar uma compreensão estruturada do passado, o ensino de história permite que os estudantes identifiquem padrões de manipulação e analisem como certos discursos são construídos para legitimar determinados interesses. Dessa forma, a história contribui para a formação de indivíduos mais reflexivos e preparados para enfrentar os desafios informacionais do presente.

Diante da crescente ascensão da pós-verdade e da pós-modernidade no debate público, os historiadores e professores de história têm a responsabilidade de reforçar o compromisso com a precisão factual e a metodologia rigorosa. Isso significa promover uma prática pedagógica que valorize a investigação crítica, incentivando os alunos a confrontar diferentes perspectivas e questionar informações duvidosas.

Além disso, os profissionais da história devem posicionar-se, activamente, nos espaços de debate público, combatendo a disseminação de falsificações históricas e promovendo uma compreensão mais embalsada dos eventos passados. As mídias sociais, frequentemente utilizadas

para propagar desinformação, também podem ser um campo de acção, onde historiadores podem desmentir mitos e fornecer dados concretos.

Num futuro, onde a disseminação de informação se tornará ainda mais instantânea e descentralizada, o ensino da história precisará de se adaptar, incorporando novas tecnologias e metodologias interactivas para atrair o interesse das novas gerações. Isso inclui o uso de ferramentas digitais, jogos educativos e plataformas de verificação de factos para engajar os estudantes na busca activa pelo conhecimento histórico confiável.

Reiterar o primado da prova e o carácter essencial da distinção entre os factos verificáveis e a ficção em história corresponde somente a uma maneira que o historiador tem de exercer as suas responsabilidades e talvez não seja a maneira mais importante, uma vez que as invenções históricas efectivas já é o que foi em outros tempos. [...] “Procurar os desejos do presente no passado, isto é, o anacronismo é a técnica mais comum e cómoda de criação de uma história que satisfaça as necessidades daquilo a que Benedict Anderson chamou” comunidades imaginadas” ou “colectividade imaginada” (Hobsbawm, 2010, p. 253).

Portanto, o combate à pós-verdade exige que a educação histórica continue evoluindo, tornando-se um bastião contra a desinformação e promovendo um pensamento crítico que transcendam as *fake news* e as manipulações ideológicas. O compromisso dos educadores e historiadores em reforçar a importância dos fatos e da análise crítica será fundamental para garantir que o conhecimento histórico permaneça um guia confiável para o futuro.

## Considerações Finais

A pesquisa bibliográfica realizada evidencia que as novas tendências de abordagens históricas, especialmente a partir do revisionismo, se inserem num cenário complexo, onde a tradição histórica e a pós-verdade se entrelaçam. O questionamento do valor da verdade, intrínseco à prática pós-moderna, instiga uma reavaliação dos métodos e das narrativas estabelecidas, abrindo espaço para a instrumentalização do revisionismo como ferramenta de reafirmação de novos sistemas de verdade.

Nesse contexto, o revisionismo histórico revela-se duplamente ambíguo. Por um lado, quando embasado numa rigorosa análise crítica e metodológica, ele contribui para o enriquecimento do conhecimento ao promover a reinterpretation de factos e a superação de visões hegemónicas que, por vezes, ocultam realidades multifacetadas. Por outro, quando orientado por objectivos políticos ou ideológicos, o revisionismo pode ser manipulado para legitimar narrativas que se alinham a interesses específicos, reafirmando a pós-verdade e minando a credibilidade do conhecimento histórico.

A relevância, desta reflexão, reside na necessidade imperativa de repensar o ensino da história num momento em que a desinformação e a relativização dos factos se fazem cada vez mais presentes

nos debates públicos. A educação histórica, fundamentada em práticas que privilegiam a investigação crítica e a verificação dos dados, torna-se um instrumento vital para a formação de cidadãos capazes de discernir entre factos e interpretações distorcidas. Assim, o desafio para os educadores e historiadores está em promover uma abordagem que, enquanto respeita a complexidade e a pluralidade dos acontecimentos, resguarde o compromisso com a objectividade e a verdade.

Em síntese, a pesquisa evidencia que o revisionismo histórico, quando cuidadosamente analisado e aplicado, pode ser uma poderosa ferramenta de renovação e reflexão no campo da história. Contudo, é imperativo que a sua utilização seja acompanhada de um rigor metodológico e de um compromisso ético que impeça a instrumentalização ideológica. Dessa forma, o debate entre a história e a pós-verdade apresenta-se como uma oportunidade de fortalecer o ensino e a prática histórica, reafirmando a importância do pensamento crítico e da busca incessante pela verdade.

## Referências Bibliográficas

- ARENKT, Hannah. **Entre passado e futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- ARENKT, Hannah. **Origens do totalitarismo: o antisemitismo, instrumento de poder**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1975.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CARVALHO, Roldão Pires; e ROVIDA, Mara Ferreira. Escravidão e racismo: análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais. **Revista de Estudos Gestão Informação Tecnologia**. vol. 10, n°. 2. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/123618271/>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Grael, Edições Grael, 2021.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 15–36.
- FURET, François. **Penser la révolution française**. Paris, Gallimard, 1978.
- GERARD, Alice. A crise revolucionária da historiografia da revolução e o Bicentenário. In: AMALVI, C. (Dir.). **Uma paixão de História: história (s). memória (s) da Europa: Homenagem ao Professor Charles-Olivier Carbonell**. Toulouse: Privât, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador**. Barcelona: Anaya-Mario Muchnik, 1993.
- HEBERMAN, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- HOBSBAWM, Eric. **Escritos sobre a História**. Lisboa: Relógio de Água Edições, 2010.
- JÚNIOR, Eli Borges. O que é pós-verdade? elementos para uma crítica do conceito. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. 2019. Disponível <Https://bjr.sbpjor.org.br>, acessado em 17 de Fevereiro de 2025.
- KUHN, Thomas. **The essential tension: selected studies in scientific tradition and change**. University of Chicago Company, 1977.
- LIPSTADT, D. E. **Denying the holocaust: The growing assault on truth and memory**. New York: Plume, 1994.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUANGUNGA, Justo Valentino. **Xé menino, não fales política: ensaio sobre a realidade sócio-política angolana**. Bengo: Justo Valentino Muangunga, 2022.
- MUANGUNGA. Justo Valentino. **Aquele apresentador se borrou?** Caxito, 19 de Janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/100011142166116/posts/pfbid0BcHpJeUoTPcs9958NE725rECPwmuXj2Kc3eiUZUfRoFd34XhZWY3MXwJm9XsvCl/?app=fbl>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. **The invention of africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Campinas-SP: EdUNICAMP, 1995.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: EdUNICAMP, 2007.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, história**, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.36429>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- ROUSSO, Henry. **Síndrome de Vichy**. Paris: Éditions du Seuil, 1944.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SHERMAN, Michael. **Porque as pessoas acreditam em coisas estranhas: pseudociência, superstição e outras confusões do nosso tempo**. São Paulo: JSN Editora, 2011.
- SILVERA, João Pedro Canez da. A credibilidade do historiador na era da pós-verdade. **Revista Latino-Americana de Estudos Científico-RELAEC**. vol. 04, n.19 Jan./Fev. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/index>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- SOBOUL, Albert Marius. **La révolution française, 1789 – 1799**. Paris: Gallimard, 1984.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo regime e a revolução**. Brasília: Editora EdUnB, 1997.

# CIÊNCIAS HUMANAS, GLOBALIZAÇÃO E GEOPOLÍTICA: PISTAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIOLOGIA AFROCENTRADA EM ANGOLA

Eduardo Sala<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise interdisciplinar sobre a dinâmica organizacional/funcional e o ensino das Ciências Humanas em Angola, com ênfase em Sociologia. É um ensaio que agrupa o método de pesquisa bibliográfica, problematizando diversas questões como migração, relações África/Ocidente, colonialidade e integração africana. O artigo analisa o papel e os desafios da Educação, Ciências Humanas-Sociologia em Angola e África diante dos desafios impostos pela dinâmica geopolítica mundial em acelerada transformação, bem como as armadilhas criadas pela globalização. De tendência pan-africanista e contracolonial, esse trabalho tem como um de seus pressupostos contribuir na criação de mecanismos epistemológicos que visam desestabilizar as cosmovisões e cosmogonias de inclinações eurocêntricas e neocoloniais, que exercem uma grande influência alienadora sobre a percepção de mundo no seio da sociedade angolana. Para isso, a (re) africanização do sistema educacional, das Ciências Humanas e suas respectivas elevações ao status de estratégicas ferramentas geopolíticas faz-se necessário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciências Humanas; Sociologia; Angola; África; geopolítica.

*HUMAN SCIENCES, GLOBALIZATION AND GEOPOLITICS: CLUES FOR CONSTRUCTING AN AFROCENTRATED SOCIOLOGY IN ANGOLA*

## ABSTRACT

This article aims to conduct an interdisciplinary analysis of the organizational/functional dynamics and teaching of Human Sciences in Angola, with an emphasis on Sociology. It is an essay that combines the bibliographic research method, problematizing several issues such as migration, Africa/West relations, coloniality and African integration. The article analyzes the role and challenges of Education, Human Sciences-Sociology in Angola and Africa in the face of the challenges imposed by the rapidly changing global geopolitical dynamics, as well as the traps created by globalization. With a pan-Africanist and counter-colonial tendency, this work has as one of its premises the contribution to the creation of epistemological mechanisms that aim to destabilize the cosmovisions and cosmogonies of Eurocentric and neocolonial inclinations, which exert a great alienating influence on the perception of the world within Angolan society. To this end, the (re) Africanization of the educational system, the Human Sciences and their respective elevation to the status of strategic geopolitical tools is necessary.

**KEYWORDS:** Human Sciences; Sociology; Angola; Africa; Geopolitics.

## Introdução

Angola como país é resultado da agregação de retalhos de diversos povos bantu, qualquer grupo africano bantu ou afro-subsariano que se encontrasse dentro dos limites fronteiriços do que é hoje Angola seria agregado no projeto da construção da angolanidade. De qualquer forma, um dos objetivos específicos deste artigo é expor as mazelas da colonialidade e do neocolonialismo, a política masoquista de dois pesos e duas medidas. Sobretudo o colonialismo epistemológico no campo das Ciências Humanas em Angola, que consciente e/ou inconscientemente, insinua Estados europeus como Portugal como um país irmão, na medida

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina.

em que simultaneamente aponta um país africano, subsaariano e bantu como estrangeiro e seus cidadãos tidos como indesejados (RDC). Não se furtando de apontar o óbvio, esse é um comportamento enraizado no imaginário tanto das massas (cidadãos comuns), quanto da elite política e, em particular, da classe acadêmico-intelectual. São as marcas da colonialidade, alienação. As Ciências Humanas, especialmente a Sociologia desempenham um papel fundamental neste processo, o de alienação ou desalienação, respectivamente.

### **Desconstruindo narrativas**

Ao analisar a história social de Angola e Portugal, pode ver-se facilmente que ambos os países não possuem nada em comum, exceto um tenebroso passado recente em que um, o colonizador (Portugal) ao se retirar, deixou alguns legados ao colonizado-Angola (a língua portuguesa, uma assustadora taxa de analfabetismo, um subdesenvolvido sistema agrário, etc). Segundo Curimenha (2020, p. 11), “O grau de analfabetismo na sociedade negra angolana beirava as taxas de 70% a 85% no período colonial.”

Quanto a língua em comum, ela não constitui um indicador de parentesco entre dois povos, muito menos quando se impõe nos moldes que Portugal o fez com Angola.

O governo de Norton de Matos, além de descentralizar política e economicamente as colônias, seu projeto de governança tinha como base um dos aspectos conhecidos do “darwinismo social”, que significava criar condições defendendo, por exemplo, a fixação de uma supremacia branca portuguesa sob o povo angolano (Mingas, 2007), com alegações de natureza racial. No campo da educação, Norton de Matos defendeu a instrução em Angola como meio de civilização para os angolanos e as angolanas, utilizando, dessa maneira, a língua portuguesa como instrumento de poder e de dominação, ou seja, foi terminantemente proibido falar Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Tchokwe, Ngangela, enfim, qualquer língua nacional e as suas variantes. O que nos parece ser um autêntico glotocídio/genocídio (Fernandes, Keita, 2024, p. 33).

Na própria Europa, que as elites angolanas apontam como modelo de tudo e para tudo a ser seguido por uma sociedade afro-bantu como a angolana, a classificação de parentesco entre nações independentes não segue necessariamente critérios linguísticos, mas origens ancestrais comuns. Portanto, o comportamento hostil contra certas nacionalidades africanas que se verifica em Angola, em contraponto do culto que se faz a Portugal e aos euro-ocidentais no geral é típico de ser nomeado como síndrome de Estocolmo, sadismo e masoquismo social. São as marcas da colonialidade que ainda pairam sobre as elites e a sociedade angolana.

Por exemplo, de acordo com Paulo Inglês, o povo bantu bakongo de Angola (Uíge, Zaire e Cabinda), o terceiro maior grupo etnolíngüístico do país possui proximidade cultural com os povos bakongo das províncias do Congo Central (Kwango, Kassai, Kassai Central e Lualaba) na RDC.

Essa proximidade cultural era descrita, para além da língua, como os hábitos alimentares – uso da farinha de mandioca como base alimentar – organização familiar – a ascendência matrilineal, a religião cristã (católica e protestante misturada com elementos das religiões tradicionais africanas) (Inglês, 2017, p. 36-37).

Porém apesar dessas proximidades étnico-culturais, os mukongos angolanos na RDC percebiam-se como não congoleses, quando simultaneamente os mukongos congoleses os viam como estrangeiros. Para Inglês (2017), essa contradição retira o absolutismo da primazia das identidades etnolíngüísticas sobre as

identidades nacionais, uma visão estereotipada ocidental sobre os países africanos. Além dos fatores políticos, mais tarde essa contradição viria a ser um dos fatores contribuintes da xenofobia que resultou na expulsão em massa de cidadãos congoleses de Angola e de cidadãos angolanos da RDC em 2009, independentemente da pertença ou não ao grupo etnolinguístico bakongo. (Inglês, 2017, p. 37). Deste modo, as fronteiras nacionais traçadas pelos europeus e saídas da conferência de Berlim (1884-1885) se sobrepujaram a força do parentesco etnolinguístico entre esses povos.

Um outro exemplo que atesta os complexos supracitados é o decreto sobre a isenção de vistos. De acordo com a *Forbes* (2023), em julho de 2023 o governo de Angola, na pessoa do ministro de Estado e coordenação econômica José de Lima Massano, anunciou a isenção do pagamento de vistos de negócios e turismo para cidadãos dos países do G20+União Europeia. A medida inclui a isenção de pagamentos de vistos de viagens e estadia em Angola de até 30 dias.

É necessário destacar que até aquela data, a União Africana (UA) ainda não tinha se tornado membro de pleno direito do G20. Portanto, os países do continente não estavam abrangidos pela então recente medida, salvo aqueles pertencentes a Comunidades dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), fruto de um acordo multilateral anterior feito pelos países-membros da referida organização.

Em setembro de 2023, em Nova Deli, capital da Índia, o G20 decidiu tornar a União Africana (UA) membro permanente da organização (Agência Brasil, 2023).

Sob pena de cair na ilegalidade a luz do direito internacional, o evento acima citado, isto é, a entrada da União africana no G20, obrigou o governo angolano a expandir a lista de países abrangidos pela medida de isenção de vistos de negócios e turismo, com a inserção de alguns estados africanos. Assim, em outubro de 2023 o governo de Angola publica no Diário da República o Decreto Presidencial n.º 189/23, que garante a isenção dos referidos vistos para cidadãos de 98 países. No continente africano, fora aqueles abrangidos pelo acordo da CPLP, foram incluídos 13 países. Na Ásia 11 países, nas Américas 8, Oceania 14 e Caraíbas e pacífico 16. A Europa lidera a lista com 35 países (Angola, 2023).

Assim, o Ocidente coletivo como civilização (além da região geográfica) lidera a lista com cerca de 37 países (Europa+EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). No caso de Angola e RDC, é praticamente consenso de que a redefinição das fronteiras nacionais, com a finalidade de reintegrar grupos da mesma família cultural dispersos pelas fronteiras determinadas pelos regimes coloniais europeus, é algo totalmente fora de questão em África. Uma vez que as identidades nacionais, independentemente dos seus prós e contras, estão definidos e são uma consequência irreversível. O problema que se levanta, porém, recai sobre o fato de que tanto em Angola quanto na RDC, a xenofobia contra cidadãos de dois países irmãos afro-bantu é de uma intensidade escaldante, na medida em que simultaneamente os complexos de Estocolmo de ambas as sociedades diante de seus ex colonizadores ultrapassa os níveis do absurdo.

Quanto ao decreto do governo angolano e relações interestatais entre os países africanos no geral, o nacionalismo de africanos contra outras nacionalidades africanas é ridículo e embrutecedor. A xenofobia que coloca os africanos contra seus parentes é um paradoxo, uma anormalidade, o mesmo serve para os afrodescendentes na diáspora. O nacionalismo torna menos coesas as organizações regionais africanas, já que cada estado olha para o seu próprio umbigo. É necessário quebrar as barreiras nacionais e eliminar fronteiras

étnicas dentro do continente, promovendo o interacionismo, integração e inclusão, uma cooperação de família, que são de fato os países africanos subsaarianos, seus macros, micros e milhares de grupos étnico-lingüísticos.

O separatismo, seja ele local ou regional, não tem vez nesta empreitada civilizacional. Uma União Africana (UA) forte, coesa e verdadeiramente democrática e popular, uma espécie de confederação das nações africanas sólida encarregada de defender os interesses comuns dos estados membros seria um pesadelo para o Ocidente, portanto, não é do interesse deste último. Tal estágio supracitado seria o auge da consolidação interna e projeção internacional da grande civilização de sub civilizações africanas. É aqui onde entram as Ciências Humanas, com ênfase na Sociologia e suas subseções, isto é, Sociologia da Educação, Histórica, Política e cultural.

Os estados africanos não têm qualquer influência em organizações epistêmicas e acadêmicas ditas internacionais. Portanto, para que se atinja os objetivos aqui traçados no que concerne a mudança de paradigma no fazer Ciências Humanas em Angola, a coordenação acadêmico-epistemológica com outros estados africanos faz-se imperativa. Ao adotar reformas soberanas e afrocentradas, os estados africanos não serão capazes de lidar individualmente com potenciais pressões advindas do bloco geopolítico unipolar e autoritário euro-americano. De fato, uma ditadura das nações ocidentais sobre as nações africanas na forma de neocolonialismo.

Em Angola, os ideais sobre possíveis ruptura são encarados como tabus, portanto, silenciados. Trata-se de autocensura coletiva da sociedade angolana, que mais do que em qualquer outra época, precisa ser pensada, repensada e auto repensar-se. As Ciências Humanas são ciências do espírito, da alma, do autoquestionamento e questionamento social, das interrogações do mundo e dos fatos que nele acontecem, com destaque para as relações de poder entre as pessoas, instituições, nações e civilizações. Não se trata de uma afirmação que insinua a ausência de produção intelectual entre as ciências exatas e naturais, mas não poderíamos deixar de salientar que são as Ciências Humanas que se ocupam da pesquisa e formação de quadros que constituem a base de pensadores, analistas sociais, ideólogos e consequentemente a base de liderança de um país, Angola não é exceção. Segundo Prabhat Patnaik (2023), “Mesmo no caso das ciências naturais, os currículos e conteúdo dos cursos nas universidades do terceiro mundo não podem ser idênticos aos das universidades metropolitanas”. Segundo o autor, isso não significa que a teoria de Einstein ou a física quântica contenham alguma ideologia imperialista, é tão somente porque a gama das preocupações científicas no terceiro mundo não é a mesma que a dos países de capitalismo central.

### **Ciências humanas e geopolítica**

A formação dos pensadores sociais, da base intelectual e de liderança do país não pode ficar órfão dos investimentos do estado, a exemplo do que acontece com as Ciências Sociais em Angola, cujas verbas e vagas de bolsas financiadas pelo estado são de longe “absurdamente” inferiores aquelas destinadas as áreas das Ciências exatas, naturais e negócios. Para Prabhat Patnaik (2023):

a tendência alternativa com a mesma consequência, de recolonização das mentes, é acabar com as ciências sociais e humanas, ou reduzi-las a matérias inconsequentes, e substituí-las por cursos exclusivamente voltados para o trabalho e que não façam perguntas sobre a sociedade, como gestão e contabilidade de custos. Na verdade, tanto os elementos da Hindutva quanto as empresas têm interesse nisso, já que ambos fazem questão de ter alunos

exclusivamente egocêntricos e que não façam perguntas sobre a trajetória de desenvolvimento social. Esta tendência também está a ganhar força neste momento.

Só em Angola não se percebeu ainda que sendo a formação em Ciências Humanas a base da liderança intelectual e da máquina política do estado, precarizar este campo de estudos e/ou deixá-lo nas mãos de formadores e pensadores estrangeiros, com destaque para o financiamento e o referencial teórico, limita e distorce a percepção individual e coletiva dos conceitos de soberania nacional, independência e civilização. Segundo Cardoso:

Embora variando de universidade para universidade, existe um grande desequilíbrio entre o investimento feito na investigação em ciências sociais e nas ciências naturais.

Um estudo sobre 12 universidades africanas, concentradas sobretudo na África do Leste e Austral, revelou que cerca de 45% de todos os projetos de pesquisa nestas universidades eram feitos nos domínios de artes e ciências sociais, e que apenas 6% dos projetos estavam relacionadas com a engenharia (Mohammedbhai 1996:31). No entanto, sabe-se que os recursos disponibilizados para cada uma das áreas são desproporcionais, sendo os dedicados às ciências sociais geralmente muito mais limitados (Cardoso, 2011, p. 134).

Barack Obama, o então presidente dos Estados Unidos no período 2009-2016, criou durante o seu mandato um programa de bolsas de estudos destinados a jovens estudantes africanos intitulado bolsa Yali Mandela Washington, com o propósito de formar futuras lideranças africanas. Pela natureza da bolsa, a maioria das formações eram destinadas às áreas das Ciências Humanas. Segundo Yankah:

Após 1945, o centro das culturas acadêmicas começou a ser realocado nos EUA, o novo país em que o conhecimento era configurado. O estudo só é estudo enquanto se origina nestes países, culturas e idiomas, ou gravita em direção a eles. Com efeito, ao longo dos 500 anos de expansão ocidental e da criação de faculdades e universidades nas áreas colonizadas desde o começo do século XVI, esta crença tornou-se tão forte que as pessoas duvidam da sabedoria dos outros e da sua própria se ela não tiver sido articulada por instituições educacionais e em idiomas ocidentais. Quão importante possivelmente seria este corpo de conhecimento, tivesse ele sido articulado em Iorubá, Hausa ou Akan, em vez de em inglês? (Yankah, 2016, p. 140).

Para o autor, a força deste conhecimento está na banalização/desvalorização de outros conhecimentos, ou seja, a negação das epistemologias outras:

Ora, Obama, sendo o então presidente da principal potência capitalista/imperialista do mundo, aquela que detém um dos maiores, senão mesmo o maior centro de estudos africanos do mundo (que presta auxílio aos serviços secretos dos EUA) pensa a longo prazo. Se encarregando, mas não necessariamente ele, mas sim o país que “liderava”, da formação humana e intelectual das futuras bases das lideranças africanas nos moldes dos EUA (doutrinação americana) e para os interesses destes, uma espécie de “desenvolvimento” sustentável em recursos humanos pró-Estados Unidos em África, com vista a manutenção da condição do continente como um polo subordinado do ocidente coletivo.

Para além dos EUA, os seus protetorados, para não dizer “Estados vassalos privilegiados europeus” tiveram ao longo da história e têm seus próprios projetos político-intelectuais com vista a exploração híbrida e física do continente africano. Conforme diz Ferreira (2010, p. 73-90), a relação entre geopolítica e produção de conhecimento não é algo exclusivo dos EUA. O autor cita Inglaterra como exemplo, “como demonstra John Fage, um dos principais nomes da historiografia africanista inglesa, as ciências sociais – sobretudo a

antropologia – foram peças “chaves” para entender e melhor dominar sociedades africanas”. Segundo o autor, em 1926 a Inglaterra fundou o Instituto Internacional Africano (IIA). Entre 1942 e 1948, eram militares e funcionários da coroa britânica que formavam a maioria dos alunos, compondo 34% da instituição.

A relação entre produção intelectual e a geopolítica colonial inglesa tornou-se particularmente evidente com a fundação do Instituto Internacional Africano (IIA), em 1926, cujo objetivo foi eliminar a “falta de cooperação entre governos, missionários e cientistas” e “congregar acadêmicos, missionários e administradores coloniais”. Entre 1942 e 1948, militares e funcionários da coroa britânica formavam o grosso dos alunos (34%) do IIA. Logo depois vinham diplomatas e funcionários do Departamento de Assuntos Coloniais (Ferreira, 2010, p. 73-90).

Ao contrário do que muitos pensam equivocadamente em Angola, o fato de Obama ser afro-americano e ter ascendência paterna direta de um país afro-subsariano (Kenya), não tornou e não torna especial a relação deste com o continente. Salvo, no entanto, o fato de que os serviços secretos e a elite ultraliberal estadunidense terem aproveitado ao máximo tal fato, seduzindo assim político e ideologicamente as massas em África, criando uma certa ilusão de conexão entre Obama e os povos africanos. Enquanto isso, os EUA sob o governo Obama, Nobel da paz, autorizavam a invasão, destruição e saque da Líbia. Um flagrante violação do direito internacional, que eles consideram abaixo da hierarquia da sua ordem internacional baseada em regras (regras para os não ocidentais).

Ferreira (2010) apresenta dados cronológicos e genealógicos sobre a evolução dos estudos africanos nos EUA, segundo ele, em 1959, uma pesquisa da American Historical Association (AHA) revelou que:

apenas um entre 1.735 estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) em história nas tradicionais universidades americanas de elite (Yale, Harvard, Princeton e Columbia) tinha a África como área de especialização. Na época, apenas 31 instituições americanas ofereciam cursos sobre a África. Poucas décadas mais tarde, o quadro mudaria dramaticamente. Em 1996, existiam cerca de mil doutorandos em Estudos Africanos (englobando não só história, mas também áreas correlatas como antropologia, sociologia e ciências políticas) (Ferreira, 2010, p. 73-90). De apenas 49 teses de doutorado entre 1951 e 1960, a produção sobre África avançou para 529 teses entre 2000 e 2001. Por sua vez, o número de centros de Estudos Africanos chegaria a mais de setenta, em 2002 (Ferreira, 2010, p. 73-90).

A ânsia cega de uma “democracia” ao estilo ocidental fez com que os EUA impulsionassem e patrocinasse a primavera árabe sob a opinião pública das massas em Angola fortemente favoráveis aos invasores, cujos resultados mais tarde viriam se mostrar extremamente “trágicos” não só para a Líbia (Oliveira, 2015), mas para todo o continente africano no geral. Hoje, os ‘pseudos’ estadistas ‘super’ democráticos ocidentais, tão aclamados em Angola, ameaçam juízes e promotores, em tons racistas, dizem explicitamente que o Tribunal Penal Internacional (TPI) foi feito para africanos e todos aqueles que não se submetem aos ditames ocidentais.

Infelizmente, a condição subalterna ao eixo euro-americano das Ciências Humanas em Angola não permitiu elucidar as massas em relação aos fenômenos que antecederam, acompanharam e procederam o estado das coisas que se vive hoje no país e no continente.

O dramático, porém, é que muitas das iniciativas com vista à melhoria das condições de

produção do conhecimento científico, condição *sine qua non* para a produção de uma epistemologia alternativa, continuam a estar ligadas ou são globalmente controladas pelo Norte. Um exemplo é a Iniciativa Think Thank (ITT) financiada pelo CRDI e pelas Fundações americanas William e Flora Hewlett e Bill e Melinda Gates. Outro exemplo é a Iniciativa África/EUA para o desenvolvimento do Ensino Superior em África, financiada pelo Departamento de Estado norte-americano, e que existe desde 2008. Fica, assim, a sensação de nos encontrarmos num beco sem saída. Será assim? Estará tudo perdido para as ciências sociais em África (Cardoso, 2011, p. 138).

O conhecimento, a produção e a propagação do conhecimento são ferramentas geopolíticas estrategicamente eficazes, uma arma de projeção de poder, que dependendo dos seus comandantes e os alvos estabelecidos, pode ser de curto, médio e longo alcance. Isto é, local, regional ou intercontinental. Gerir conhecimento é gerir poder, atribuir gestão do conhecimento é conceder poder (Silva, 2010). Deste modo, currículo, ementa, PPCs e referenciais bibliográficos são questões de soberania civilizacional, entre os países hegemônicos já se procede e se entende a educação e particularmente a curricularização desta forma.

Por exemplo, Ferreira (2010) descreve os principais motivos que levaram a expansão dos estudos africanos nos EUA, que o pano de fundo para tal crescimento foi um efervescente contexto político tanto na África como nos Estados Unidos. O autor fala das variadas instituições e parcerias público-privadas financiadoras que estimularam e estimulam a formação nas áreas dos estudos africanos, e foca-se em uma em particular, o próprio governo dos EUA. Assim:

Essa associação mergulharia os área studies na geopolítica internacional americana, sobretudo a Guerra Fria, e geraria debates e disputas políticas que se mantêm até hoje no seio da African Studies Association (ASA). No primeiro caso, cabe destacar a independência das antigas colônias africanas, que criou euforia em relação ao desenvolvimento da África e atraiu o interesse de alunos e professores. A emergência dos area studies esteve longe de se caracterizar exclusivamente por uma agenda positiva. Além das agências de financiamento privado, os area studies seriam impulsionados por um ator tão fundamental quanto controverso: o governo americano. A rigor, como demonstrado por Zeleza, os area studies foram criados antes das duas guerras mundiais,<sup>17</sup> mas a influência da Guerra Fria se tornaria logo palpável (Bundy, 2002, p.67). Segundo Holtzner, “durante a Guerra Fria, do ponto de vista das agências de fomento governamentais, a produção intelectual de area studies avançou, em parte, ancorada em imperativos da segurança nacional [americana]”. (Ferreira, 2010, p. 73-90).

Deste modo, a condição atual das Ciências Humanas é um cavalo de troia para a sociedade angolana e para o próprio status de Angola como estado soberano. As autoridades acadêmicas nacionais, em cumplicidade com o imperialismo epistemológico ocidental delegam a Angola o status de mero receptor e reproduutor dos conteúdos teóricos produzidos pelo norte global. Inclusive teorias sobre os fenômenos sociopolíticos em África totalmente carregadas de preconceitos fantasiosos, radicalmente difundidos por estudiosos ocidentais famosos, atualmente encravadas no imaginário popular destas sociedades.

A dificuldade do exercício do metier de cientista social assume proporções dramáticas em situações de instabilidade política crónica ou conflito armado. Situações destas não são raras no continente africano. Num tal contexto, o que verificamos é um bloqueio total da possibilidade de exercício, quer pela dificuldade de movimentação dentro do território onde tem lugar o conflito, quer pela total incapacidade de se escapar à perseguição do diálogo das armas. Escusado será dizer que em situações idênticas, o funcionamento das instituições torna-se uma miragem. Nestas circunstâncias, torna-se judicioso dizer que a violência exercida pelo colonialismo face às ciências sociais, que no contexto colonial se traduziu na

repressão de todas as formas de conhecimento endógenas que não fossem informadas pelas matrizes coloniais, é substituída por um novo tipo de violência, desejada ou não, protagonizada pelas novas elites africanas no poder. A intencionalidade imanente a cada um destes tipos de violência pode fazer a diferença, mas o efeito perverso induzido no mínimo uma comparação entre eles (Cardoso, 2011, p. 137).

É bem evidente que salvo os comportamentos deliberados e propositais, a elite acadêmica em Angola, particularmente os formados em áreas das Ciências Humanas tendem a confundir os conceitos de cooperação acadêmica com o de subjugação acadêmica, dialogar *vs* copiar, receber dicas e conselhos (que podem ser aproveitados ou descartados) *vs* receber ordens. Buscar por experiências *vs* buscar por igualdades e equivalências. Tais equívocos conceituais é um mal bastante notório entre os mandatários no país, que são incapazes de desenvolver programas de governo e de estado originais e/ou que dialoguem com a realidade social do país. Sobre os acadêmicos, diz Falola (2007):

As aspirações dos acadêmicos por posições nas universidades, poder e riqueza –podem ser obstáculos, sérios obstáculos para eles próprios, para nós e para as Humanidades. Quem quer que seja obcecado por poder pode também ser igualmente obcecado pelo status quo e pela manutenção de sistemas estatais decadentes. Nossas crenças e o fundamentalismo incrustado nelas certamente afetam o pensamento racional sobre a África de tal forma que temos todo tipo de agentes legitimadores fazendo passar crenças por pesquisa acadêmica, pontos de vista por dados, opiniões por conclusões. Ou ainda não ouvimos comunicações que mesclam secularismo e espiritualidade? Crenças e aspirações podem ser combinadas negativamente para gerar imagens novas de um passado fossilizado e o idealismo de teocracias decadentes, o renascimento do atavismo social, a recriação da anomia colonial e a sustentação da disfunção pós-colonial. Se a vida é muito boa para alguns, uns poucos, eles podem querer transformar sua própria condição em teorias da paciência, em ideias “espere-na-fila” de prosperidade e segurança (Falola, 2007, p. 17).

As Ciências Sociais em Angola devem abster-se de serem um meio de reprodução das “verdades absolutas” do Ocidente, devem, antes pelo contrário, se abrir a outras perspetivas, buscar pontos de vistas não hegemónicos, com destaque para os estudos africanos produzidos no continente. Os “engenheiros” sociais devem saber para quem ou qual público-alvo seus estudos são dirigidos e porque os são dirigidos, conhecer o recetor, questionador e consumidor final, ou seja, o cidadão comum africano subsaariano, angolano, bantu.

As tentativas de desafricanização das instituições angolanas, com destaque para o ensino são um desafio sério para as Ciências Humanas no país. Às vezes, as tentativas de imitações de formatos ocidentais de ensino e sistema de educação estão mais para uma ação de “faço porque posso e quero” do que uma necessidade propriamente dita. Isso porque em África existem sistemas de educação e ensino de Ciências Humanas construídas de raiz que funcionam efetivamente, currículos e sistemas que englobam toda uma gama de características ancestrais e complexidades étnicas própria de uma sociedade afro-subsariana. Um exemplo disso é a África do Sul (Cardoso, 2011), que tem tido sucesso na retomada dos valores tradicionais e processo de africanização curricular, do ensino das Ciências Humanas e do sistema de educação como um todo.

Diferentemente da elite aculturada e neocolonizada angolana, os sul-africanos não têm ilusões quanto a pseudo integração África-Ocidente. A memória do regime racista do apartheid (regime de segregação racial –até 1994) amplamente promovido e financiado pelos Estados Unidos, Europa e Estado de Israel são frescas, por isso tem sabido lidar com tal polo, promovendo um braço de ferro no campo político e implementando estratégias de ruptura epistemológica no âmbito acadêmico. Angola, de fato, deveria tirar lições da África do

Sul e aprender como se faz geopolítica e política acadêmica num estado outrora colonizado, agora neocolonizado. Cardoso (2011), citando Marks (2000), descreve quatro razões para ensinar ciências sociais nas universidades sul-africanas, que segundo autor, são modelos que podem ser generalizadas, ou seja, servir de exemplo para o resto do continente:

não só no que toca ao ensino em si, mas igualmente no que diz respeito à própria prática das ciências sociais. A primeira é para refutar os mitos criados pela conceptualização ocidental da África; a segunda, para reinterpretar a história em África de uma maneira não-essencializante; a terceira, para estudar as ciências sociais de uma maneira que não oponha as ciências naturais às ciências sociais como se fossem diametralmente opostas; e a quarta, enfim, para nos darmos conta que o estudo da África desestabilizou os instrumentos conceptuais ocidentais e apelou à re-conceptualização da pesquisa, tanto africana como ocidental, no domínio das ciências sociais. A estas quatro razões acrescentaríamos uma, que consiste na necessidade de fazer das ciências sociais um instrumento de transformação das sociedades africanas, sem as limitar a uma dimensão instrumental, mas fazendo delas parte integrante de um projecto emancipador, que para o ser precisa de se afirmar como uma epistemologia alternativa. Como foi referido na introdução, para que as ciências sociais se possam afirmar como uma epistemologia alternativa torna-se necessário que elas sejam não só socialmente relevantes, mas que joguem um papel revolucionário/transformador no que respeita às condições da sua própria produção (Cardoso, 2011, p. 137-138).

As autoridades político-acadêmicas angolanas tendem a olhar para fora sem nem mesmo ter olhado antes para dentro do país e do continente. Diferentemente das autoridades, parte das classes intelectual e analítica angolana cegas por um exacerbado complexo de colonizado, esta pesquisa sugere para que o país se volte para a África e para os africanos, para a multissecular civilização afro-bantu.

A educação sociocultural, sociopolítica e histórico-social da sociedade angolana não pode ser delegada as corporações midiáticas ocidentais (instrumentos de propaganda em grande escala) que em corroboração com seus teóricos-acadêmicos etnocentristas formam uma frente única na missão de alienação do cidadão comum das sociedades africanas. Enquanto o referencial teórico-bibliográfico do ensino das Ciências Humanas permanecer subalterno ou colonizado, a promoção midiática de uma visão de mundo ocidental dado como certo, padrão, verdadeiro, democrático e humanitário se perpetuará na sociedade angolana e o povo permanecerá com a falsa crença de que será o norte global (o Ocidente) o seu pródigo salvador contra a “repressão” dos colonizadores intrínsecos (nacionais), o solucionador de seus problemas diversos. As próprias autoridades, como temos vindo a ponderar, mas não só, assim como a própria oposição política têm grande culpa e responsabilidade na manutenção de tal cosmovisão deturpada e neocolonizada. A elite político-acadêmica (governo, oposição, intelectualidade e representantes da sociedade civil) em Angola é em grande parte neocolonizada.

Para sustentarmos as afirmações supracitadas, usaremos como exemplo um fato recente da política angolana. Em 2022, depois das eleições gerais no país que garantiu a manutenção do poder ao regime sustentado pelo MPLA por mais de quatro décadas consecutivas, um número considerável de cidadãos nacionais invadiu a aba de comentários das redes sociais do atual mandatário americano, Joe Biden. Biden foi também vice-presidente dos EUA na época do governo Obama e uma das figuras-chave na invasão da Líbia e guerra civil Síria, além disso, foi dos senadores mais belicosos da era contemporânea do congresso estadunidense, onde ocupou cadeira pelo seu estado-natal (Delaware) por cerca de 36 anos.

Supostamente, esses cidadãos angolanos pediam socorro e resgate a Biden do “cativo” atual em que

se encontram por parte do governo “opressor” angolano, porém, o tipo de ajuda que estes queriam não se sabe, dado o histórico do atual mandatário americano, tais cidadãos provavelmente não faziam ideia do enorme perigo que era atrair uma raposa sedenta de recursos energéticos para a toca do coelho recheada de enormes barris de petróleo. Em parábolas: faz sentido por acaso, passarinhos tentarem se libertar de pais egoístas e gananciosos pedindo socorro para uma raposa ou alcateia de lobos?

Por outro lado, Biden não é presidente de uma organização internacional, é líder de um país e representa os interesses nacionais deste, é líder de uma potência ultra capitalista, neocolonial, imperialista, reduto dos ideais supremacistas branco e anglo-saxônico e de um racismo extremo contra sua população afrodescendente. Tal como salienta Falola (2007, p. 13-14), “estamos lidando com o contexto mais amplo da globalização e da dominação ocidental que as Humanidades têm de remodelar”.

A autoridade legal e jurisdicional dos EUA não é transfronteiriça, por mais que estes se autodeleguem o papel de gendarme mundial, Angola, assim como qualquer outro país africano não é um estado ultramarino dos EUA. É um estado independente (do ponto de vista jurídico, das leis nacionais e internacionais) e devem ser os próprios angolanos os solucionadores dos seus problemas.<sup>2</sup> O Ocidente (vide Portugal) mostra-se cada vez mais orgulhoso de seus feitos coloniais, com a eleição já em forma de dominó de grupos racistas/supremacistas de extrema direita, encabeçados pelo trumpismo nos EUA. Um sinal mais do que óbvio para aquela franja de angolanos que ainda se predispõem como serviços sipaios da metrópole negando as suas próprias africanidades.

Se as Ciências Humanas tivessem uma base africanista e a história social das sociedades e estados africanos fossem ensinadas a partir de perspectivas africanas, os cidadãos supracitados estariam informados de que há 11 anos os cidadãos líbios descontentes com Kadhafi fizeram uma solicitação semelhante ao então vice-presidente dos EUA, Joe Biden (vice de Obama), e tudo que obtiveram como resultado de suas preces foram suas cidades bombardeadas indiscriminadamente, milhares de mortos, seus amigos e familiares perecidos, conflitos interétnicos e o surgimento de grupos armados beligerantes entre si.

A iniciativa da UA, entretanto, foi ignorada, e a própria Comissão foi impossibilitada de chegar à Líbia, pois no dia 19 de março, nove dias após sua formação, e dois dias após a aprovação da Resolução 1973 – que previa o envio da Comissão ao país –, os Mirages franceses começaram a bombardear o território líbio (PRASHAD, 2012; De Waal, 2013). (Oliveira, 2015, p. 676).

---

2 Quanto a análise das relações Angola/África e EUA, esse artigo não leva em conta distinções político-ideológicas entre ambos os partidos dos EUA e suas figuras-chave (democratas e republicanos), pois o foco é o impacto das ações da política externa deste país para Angola e África. Não se vê, portanto, sentido em torcer ou desenvolver empatia por um ou pelo outro quando independentemente de quem esteja a governar, o comportamento supremacista daquele país e do Ocidente coletivo para com Angola e África continuam. De acordo com a leitura dos dados reunidos, em nada interessa os contornos da “democracia” interna dos EUA e seus protetorados europeus quando tal estado e o polo que comanda se comportam de maneira ditatorial, autoritária, supremacista e racista nas suas relações com outros estados, especialmente com os africanos. Essa pesquisa dá ênfase para políticas de integração verdadeiramente efetivas, por outro lado, denuncia o uso simbólico de uns poucos como forma de ludibriar as massas. Não adianta exibir integrações simbólicas de afrodescendentes e simultaneamente manter a estigmatização étnico-racial da África nas relações internacionais, assim como igualmente não adianta falar em cooperação com a África e promover racismo contra descendentes de africanos e suas heranças culturais nos respectivos países e regiões. No fim das contas, quem é contra África é contra afrodescendentes, e quem é contra afrodescendentes e culturas afro-originárias é igualmente contra África.

Por outro lado, enquanto isso, o Ocidente coletivo saqueava e ainda saqueia o petróleo e demais recursos e ativos líbios. Como diz Oliveira (2015) citando (Prashad, 2012):

Diversos interesses motivaram Washington a apoiar a intervenção na Líbia. Os dois principais eram o petróleo e a necessidade de assegurar a sua influência na região (Prashad, 2012). Em relação ao petróleo líbio, as empresas estadunidenses tinham pouca participação no país, sendo as principais a Chevron e a Occidental Petroleum (com participações muito menores do que as empresas europeias, por exemplo) (DINUCCI, 2011). Nesse contexto, a questão do petróleo se mostrava premente por dois motivos principais: primeiro, a necessidade de garantir a continuidade da produção líbia de petróleo (bem como a do Oriente Médio), de forma a garantir a estabilidade do preço internacional do produto (PRASHAD, 2012); em segundo lugar, a possibilidade de aumentar a participação de empresas estadunidenses no setor petrolífero líbio (DINUCCI, 2011). (Oliveira, 2015, p. 681)

Como consequência, o outrora maior IDH de África é hoje um estado falido e aqueles que pediram socorro e se alinharam aos EUA hoje jaz perecem afogados nas águas do mediterrâneo, tentando rumar para Europa, onde, no entanto, os que conseguem entrar são radicalmente discriminados e posteriormente deportados pelos governos de países cúmplices da destruição do seu país, outrora seus supostos libertadores.

De salientar que estes cidadãos comuns angolanos tiveram seus motivos e até certo ponto são compreensíveis, pois foram empurrados pela força do desespero computados em mais de quarenta anos de (des)governo do MPLA que insiste em se perpetuar no poder, porém, falha em satisfazer e realizar as necessidades mais básicas da população, como o saneamento básico, alimentação, educação e saúde.

Porém, para aqueles que se autointitulam patriotas e africanistas, ser patriota/africanista e clamar por ingerência e intervenção ocidental são preposições antagônicas. Estas contradições não são exclusivas das massas, mas também da classe acadêmica. Examinemos por exemplo a citação que se segue:

Ainda são insuficientes os esforços para formação de escolas sociológicas a nível das licenciaturas e de integração em projetos de investigação científica de curto, médio ou longo prazos. Pelo contrário, há episódios de combates de forma encoberta da nova geração, para que não dominem os conhecimentos sociológicos até um nível que considerem adequado, para torná-los dependente ou ficarem presos a um olhar que lhes falte fundamento. Felizmente a globalização veio ajudar a reformular este quadro, permitindo maior acesso à informação e conhecimento sociológicos. (Manuel, 2016, p. 16).

Manuel (2016) resumiu fielmente as dicotomias existentes entre uma elite formada em Sociologia que desfruta dos status e do conhecimento que a área os proporciona vs a cumplicidade dessa mesma elite de sociólogos na formação desqualificada e alienante que se tenta incumbir as novas gerações, é um argumento crível e plausível. Por outro lado, esta pesquisa mostra-se cética a descrição exclusivamente positiva dos efeitos da globalização no ensino de Sociologia, bem como para as demais Ciências Humanas em Angola. O autor salienta: “Felizmente a globalização veio ajudar a reformular este quadro, permitindo maior acesso à informação e conhecimento sociológicos.”

De fato, a globalização permitiu maior acesso à informação, porém, resta saber de quais tipos de informação se trata, de onde elas vêm, trata-se de uma distribuição ou propagação equitativa do conhecimento? Quem é o consumidor e o receptor? Sabe-se também que com a globalização veio a aceleração do processo de aculturação, aceleração de imposições epistemológicas do autodenominado primeiro mundo sobre as demais

regiões. Sendo assim, seria mais prudente se os acadêmicos em Angola falassem da globalização com ressalvas, visto que não se trata de um fenômeno tão feliz tanto quanto parece e foi descrito pelo autor.

Conforme uma vez disse Thomas Sankara, “queremos preservar de cada revolução apenas a essência da pureza que proíbe que nos tornemos servos da realidade dos outros, embora pensemos que existe uma comunidade de interesses entre nós”.<sup>3</sup>

Escapamos da modernidade europeia imposta pelo colonialismo para cair no modernismo americano de um capitalismo mais sexy. O capitalismo americano apresenta similaridades com o fundamentalismo religioso, no sentido de pressupor que as nações devem conformar-se a um conjunto de princípios econômicos, mesmo que isso comprometa seus próprios interesses.<sup>2</sup> O mercado, acredita-se, pode erguer-se, muito embora a África venha testemunhando seu poder destrutivo. Métodos modernos movimentam a riqueza mais rápido hoje que na época colonial. As distâncias entre nações e no interior destas são enormes (Falola, 2007, p. 14).

Segundo Falola (2007) “a África não poderá jamais compreender as forças da globalização ou lidar com elas sem as Humanidades.” (Falola, 2007, p. 14). A tendência subalterna das Ciências Humanas feitas em Angola somada as propagandas das corporações midiáticas ocidentais, mais comportamentos subalternos de atores políticos (tanto do partido governante-MPLA quanto os da oposição), perpassam a sociedade a ideia retrógrada e neocolonial de um pseudo protagonismo bem-feitor e messiânico ocidental, interpretando os EUA e a Europa como autoridades patronais ou governos mundiais supranacional, perante os quais, todas as outras nações e civilizações devem se curvar e dar seus depoimentos, o polo da prosperidade, liga do bem.

## Sociologia e política real

Segundo o Maka Angola (2023):

África é, de novo, um continente disputado pelas grandes potências. Essa disputa resulta da nova corrida a matérias-primas e a mercados, da procura de influência no xadrez mundial, designadamente os votos africanos nas Nações Unidas, e também da apresentação de um laboratório social para mostrar ao mundo qual a receita de prosperidade que melhor funciona: a asiática autoritária desenvolvimentista ou a ocidental liberal. Tudo isto, no contexto da nova disputa competitiva com a China, levou os Estados Unidos a voltarem a centrar atenções em África e a colocarem-na em lugar destacado nas suas prioridades de política externa. Nos últimos meses, as iniciativas americanas relativas a África e as viagens de altos dignitários têm sido uma constante. Citem-se a vice-presidente Kamala Harris, a secretária do Tesouro Janet Yellen, a primeira-dama, Jill Biden, para referir apenas as viagens mais importantes que se sucederam recentemente (Harris, Março de 2023; Yellen, Janeiro de 2023; Biden, Fevereiro de 2023). Só falta mesmo o tour de Joe Biden para culminar esta ofensiva político-diplomática de alto nível. No entanto, a impressão que fica destas viagens é que, à parte belos discursos, oportunidades fotográficas esplêndidas e alguns apoios financeiros circunstanciais, elas nada acrescentam à resolução dos problemas africanos e, sobretudo, não diminuem a suposta influência chinesa, nem sequer a contrapõem. O problema está no modelo adoptado pelos americanos. Trata-se de um modelo pouco interativo e que não se debruça sobre os problemas estruturais africanos. Essencialmente, os líderes dos EUA distribuem sorrisos e marketing, alertam para o perigo chinês, anunciam pequenas ajudas externas e remetem as grandes questões para o Fundo Monetário Internacional (FMI), falando com maior ou menor intensidade sobre a boa governação.

---

<sup>3</sup> Discurso de Thomas Sankara na Assembleia Geral de ONU, 1984.

Lamentavelmente, nem jornalistas investigativos (Rui Verde) devidamente instruídos escapam da terrível colonização mental que tomou conta de Angola. O autor da matéria supracitada faz críticas relevantes a atuação dos EUA em África, mas ainda se prende a ilusão de enxergar àquele país como uma espécie de ancião, guardião da democracia e desenvolvimento global, condicionando o desenvolvimento da África a necessidade de um olhar de compaixão com vista a investimentos do titular do unipolarismo e ditadura global supranacional. Para o referido autor, levantamos a seguinte questão: o que dizer do “progresso” levado a Líbia pelo país tão merecedor de suas aclamações? Depois do total apoio historicamente registrado dos EUA ao regime racista de apartheid na África do Sul, ainda há formadores de opiniões em Angola supostamente patriotas e africanistas que acreditam que os EUA e Ocidente combinado realmente se importam com o bem-estar dos africanos subsaarianos. De quem são descendentes a maior população carcerária do mundo centrada naquele país?

Os conceitos de investimento, avanço tecnológico e inovação são interpretados como sinônimos de olhar para o Norte e somente para lá. Parece que os analistas sociais aculturados em Angola se esqueceram das proezas das engenharias empregadas na construção das muralhas da casa do grande rei no Zimbabwe e do domínio da técnica de fundição de ferro pelos bantus na era pré-colonial, das engenharias do antigo Egito como os sistemas de irrigação e diques de água, da transformação do papiro em folhas para escrita e as redes de encanamento de longe muito avançados para a sua época, tempos em que a Europa ainda vivia sobre um rudimentar sistema medieval. Tais cientistas sociais se esquecem que séculos de subjugação ocidental e contínuas sabotagens em termos de transferências de tecnologias, intervenções militares e capitulação (por meio de endividamentos absurdos) dos estados africanos aos organismos financeiros ocidentais mantêm o continente refém, reduzido a condição de mero consumidor final de produtos e serviços fabricados pelo Ocidente.

Opiniões fantasiosas como suposta liga do mal autoritária representada pela China (e Rússia)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O despreparo de alguns fazedores de opinião em Angola em matéria de política externa assente em doutrina não alinhada é mais do que evidente. Muitos destes analistas, desatualizados, como se tratasse dos anos 80, chamam constantemente de comunista a atual Federação Russa, de ideologia político-econômica mista e evocam institutivamente sobre uma suposta ameaça de uma China Comunista tentando exportar sua ideologia para Angola, como se tratasse ainda do período da guerra fria assente nas disputas capitalismo vs comunismo. O mais paradoxal é que o próprio EUA e a UE são cientes da necessidade de se manter laços econômicos e canais de comunicação geopolíticos com a China e Rússia dada a importância geoeconômica e militar de ambos os estados, apesar da histeria apresentada publicamente. Por outro lado, analistas políticos e sociais em Angola cegados pelo analfabetismo funcional geopolítico se fixam em atacar os sistemas políticos domésticos e qualquer traço de negociação mutuamente vantajosa entre o estado angolano e ambos os países, guiados por uma falsa crença de se estar a defender um pseudomundo democrático que eles aspiram para Angola. Angola de fato precisa se democratizar, mas dentro dos moldes da civilização afro-bantu, não sob a influência neocolonial ocidental e ataques contra Estados não ocidentais que contribuem para a balança de poder e equilíbrio geopolítico, pois não é lógico clamar por democratização interna e apoiar a ditadura supranacional ocidental nas relações internacionais. Mesmo o ataque ao comunismo soviético por este ter exportado sua ideologia para Angola que posteriormente se mostrou autoritária, é um erro categórico. Não se trata de defender o comunismo soviético, que de fato foi um regime autoritário, mas a URSS foi útil para Angola naquela fase da história do país, numa altura em que tal estado (URSS) contribuiu logicamente para a expulsão do colonizador supremacista português e posteriormente para a derrota do regime racista de apartheid da África do Sul no Sul de Angola pelas FAPLA. Qualquer angolano/africano que minimiza, negue ou desvalorize a importância geoestratégica dos eventos supracitados para Angola e o continente africano, pode ser

e liga do bem liderada pelos EUA são dignas de prêmios de ficção *Marvel* ou *Disney*. A visão limitadamente técnica dos assuntos geopolíticos é um problema sério com que se depara o campo do Direito, área de formação do autor do artigo. Portanto, a leitura de fenômenos geopolíticos a partir de uma visão meramente jurídica é insuficiente, pois até tão recentemente ações hoje repugnantes como a possessão de colônias já foi um *casus licitum* (caso legítimo) salvaguardado tanto pelos direitos domésticos dos estados imperialistas quanto pelo direito internacional, acrescentando a isso a atual ordem internacional baseada em regras.

Contrário a essa relação de paternidade que o autor quase implora do Ocidente, mais uma vez, este artigo reitera que o progresso e o desenvolvimento de Angola e do continente africano não estão atrelados a um destino ocidental ou eurasiático, mas no olhar dos africanos para a própria África na condição de únicos atores sociais realmente preocupados com a resolução dos problemas africanos. Não que seja uma intenção despejar um balde de água fria (conforme se diz no folclore popular) ao prezado autor da matéria, porém, o Ocidente não só nunca se empenhou em auxiliar no desenvolvimento do continente africano, mas como também sempre trabalhou e trabalha para que jamais se alcance tal estágio de coisas. O desenvolvimento de África não é do interesse de um polo supremacista como é o Ocidente, caso os EUA quisessem realmente uma África independente e desenvolvida, trabalhariam na transferência de tecnologias básicas para que os estados africanos adquiram a possibilidade e capacidade de trilhar seus próprios caminhos.

Por outro lado, apesar de se tratar de um assunto técnico, são os sociólogos e demais cientistas sociais que denunciam a ausência de tais acordos de cooperação mutuamente benéficos no âmbito de tratados tecnológicos e sugerem estratégias para que se levem a cabo políticas externas assentes em cooperação ganha-ganha. Lauer (2016) diz que a tendência autolegitimadora do discurso científico moderno, isto é, ocidental, “teve o impacto de minar a transferência de tecnologia para a África e foi causa da maioria dos fracassos das pessoas em se apropriarem de valores e benefícios científicos modernos nas culturas pós-coloniais, chamadas “agrarias tradicionais”:

existe atualmente um discurso que tenta justificar o subdesenvolvimento das sociedades africanas baseando na ideia de que estas sociedades não possuem conhecimentos técnicos e tecnológicos necessários para fomentar o funcionamento industrial e que tais técnicas devem ser importadas a partir do mundo ocidental uma vez que estas sociedades africanas ao longo de suas histórias mostraram-se incapazes de desarrolhar inovações tecnológicas, mas a autora refuta tal discurso dizendo que independentemente de qualquer outra coisa, essa abordagem despreza os fatos históricos. Conforme Songsore argumenta, a urbanização disfuncional numa sociedade pós-colonial deve-se mais especificamente a centros urbanos existentes não como bases industriais e fontes de riqueza, mas como satélites dependentes de importações vindas de centros tecnocráticos de produtividade no exterior<sup>9</sup>. Por causa desta “orientação externa”, cidades grandes em Gana crescem rapidamente graças ao seu papel de hospedeiras da economia parasítica do campo. Por exemplo, a densidade do “setor informal” de Acra aumenta “em consequência de efeitos negativos em regiões em que um ambiente físico em

---

facilmente e merecidamente nomeado “espiritualmente sipaio” (sipaio eram os nativos africanos que colaboravam com o colonizador português, denunciando e trabalhando contra o seu povo) sem reticências.

corrosão forca a migração”. De maneira mais geral, Songsore reflete que a tendência da urbanização moderna a se desenvolver em sociedades pós-coloniais africanas e uma resposta a distorções e perversões de aventuras capitalistas de intrusos estrangeiros, não uma consequência direta e exclusiva da industrialização (Lauer, 2016).

Enquanto haver especialistas e formadores de opiniões em Angola insistindo na trágica concepção de que o desenvolvimento de Angola e de África está atrelado a um destino Ocidental, Angola caminhará errante em uma trajetória circular, perdida no tempo e no espaço em busca de um porto mitológico jamais alcançável. A neocolonização não é um problema exclusivo das massas em Angola, é um problema geral que afeta tanto o governo, quanto a sua oposição política e analistas político-sociais independentes.

Por estes e outros motivos, a ascensão a liderança intelectual das humanidades, em especial a Sociologia é urgente e necessária, porém, tal feito empoderador só se alcançará com a prévia descolonização do seu ensino. Para a infelicidade dos acusadores e depreciadores, o progresso tecnológico de Angola e da África está condicionado ao pré-requisito da institucionalização do ensino de humanidades de teor libertário (mental, cultural, econômico e epistemológico), pois é daí onde surgem os estrategistas políticos e geopolíticos efetivamente reformistas (Patnaik, 2023).

Precisamos prestar atenção ao perigo que representam os discursos que visam racializar e localizar o problema africano, tais como: o problema dos africanos não são os outros, são os próprios africanos, sempre houve escravização entre humanos, não somos (neo) colonizados, portanto, não vamos procurar culpados de fora, etc. Discursos como os supracitados, tanto reproduzidos por africanos quanto por terceiros são uma das, senão mesmo a maior prova de que a neocolonização é um fato. Como já dizia Malcom X, “se você não for cuidadoso, os jornais farão vocês odiarem as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as que estão oprimindo.” Como um exercício simples, podemos substituir na frase supracitada a palavra “jornais” pela frase “epistemologias ocidentais.”

Frases como as do parágrafo acima citada visam lavar as mãos das ações dos aparelhos políticos supremacistas e neocolonialistas ocidentais dos problemas que hoje assolam a África e os africanos. É certo que hoje a maioria dos estados africanos são liderados por líderes corruptos, aculturados, autoritários, antipatrióticos e gananciosos, sendo Angola parte deste grupo, mas estes mesmos líderes são fantoches e sustentados pelo polo ocidental.

Ao contrário do que dizem alguns racialistas (pois incutir os problemas da África exclusivamente aos africanos é racializar a situação), somos defensores da teoria de que a África enfrenta problemas em duas grandes frentes. Que são por um lado o interno, representado por líderes corruptos da velha guarda, carrascos de seus próprios povos ao serviço do *hegemon*. Por outro lado, o próprio *hegemon* supremacista, imperialista e neocolonialista na pessoa do Ocidente coletivo que não tira de forma alguma seus tentáculos exploradores do continente.

Os africanos, portanto, precisam se desfazer de ambos. Para que os Estados africanos se desfaçam das amarras do Ocidente e seus carrascos intrínsecos, reformas em grande escala no sector da educação precisam ser levadas a cabo, as epistemologias ocidentais precisam passar para uma posição de complementares em

contraponto do monopólio que têm hoje das grades, PPCs e ementas de cursos e disciplinas. Para os países liderados por fantoches do Ocidente, é possível manobrar as imposições do sistema, a formação autônoma dos professores deve ser continuada, os professores de Sociologia, Ciências Sociais e/ou humanas no geral precisam estar na vanguarda da reorientação epistemológica e consequentemente na mudança de paradigma e visão de mundo das novas gerações, os saberes e fazeres ancestrais, tradicionais e pan-africanos devem ser restabelecidos e reaproveitados em prol de uma Angola digna do angolano comum e uma África digna do africano comum. Currículo é conhecimento, conhecimento é poder. Para Silva (2010, p. 16), “Da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder”.

Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. As teorias do currículo não estão, neste sentido, situadas num campo “puramente” epistemológico de competição entre “puras” teorias. As teorias do currículo estão ativamente envolvidas no consenso de obter hegemonia. As teorias do currículo estão situadas num campo epistemológico social. As teorias do currículo estão no centro de um território contestado. É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: teorias neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica e desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder. As teorias críticas e pós-críticas, por sua vez, não se limitam a perguntar o que? Mas “por quê? Por que esse conhecimento e não o outro? Quais interesses fazem com esse conhecimento e não outro esteja no currículo? Por que privilegiar um determinado tipo de identidade ou subjetividade e não outro? (Silva, 2010, p. 16).

Do mesmo jeito que os currículos nacionais podem ser controlados por regimes totalitários com vista a manipulação da opinião pública interna, eles podem ser usados por regimes imperialistas a fim de colocar a opinião pública mundial e os múltiplos pensamentos sociais a seu favor e legitimar suas ações de ingerências e intervenções em estados soberanos. O poder hipnotizador é tal e tanto, a lavagem cerebral é tamanha que alguns indivíduos, muitos dos quais instruídos dos países do Sul Global, particularmente em África se posicionam a favor da intervenção dos regimes supremacistas ocidentais em seus próprios estado-nações. Tais indivíduos confundem, em função de um ensino de Ciências Humanas colonizado, a luta contra regimes nacionais corruptos, totalitários e submissos ao ocidente com a necessidade de se vender e se subalternizar ao mesmo Ocidente racista e cúmplice das elites corruptas africanas, como é o caso de Angola. Segundo o intelectual indiano Prabhat Patnaik (2023):

a hegemonia imperialista sobre o terceiro mundo é exercida não só através das armas e do poder económico, mas também através da hegemonia das ideias, fazendo com que as vítimas vejam o mundo da forma como o imperialismo quer que elas o vejam. Em consequência, um pré-requisito para a liberdade no terceiro mundo é libertar-se desta colonização da mente e procurar a verdade para além das distorções do imperialismo. A luta anticolonial estava consciente disto. Na verdade, a luta começa com o alvorecer desta consciência. (Patnaik, 2023).

O Ocidente não é um aliado dos homens e mulheres africanos (as) comuns, muito pelo contrário, com

a sua horda de extremistas de direita racistas/supremacistas agora representados e impulsionados pelo trumpismo internacional, é cada vez mais antiafricano, uma ameaça direta e imediata a integridade dos afrodiáspóricos, conforme nunca deixou de ser.

O Ocidente é um oponente em comum para o Sul Global e o Oriente, o supremacista do topo da cadeia. Do ponto de vista geopolítico, de política de estado e da luta contra a manutenção do unipolarismo euramericano, a África até certo ponto necessita de oponentes ocidentais fortes localizados em outros polos de poder epistemológico e não só, porém, chamamos atenção ao risco de se substituir uns supremacistas por outros. A única constante entre a África e os demais polos de poder geopolítico é que o racismo ocidental é também cultural, impositório e globalmente coercitivo para além de étnico, o que coloca todos numa espécie de frente comum contra a hegemonia neocolonial ocidental.

Fora o supracitado, nem o Ocidente Coletivo (EUA e Europa), nem a China e Rússia, as Ciências Humanas em Angola, como um instrumento de empoderamento popular e afro-civilizacional, devem rejeitar qualquer tentativa de paternalismo epistemológico venha de onde vier, ou seja, do Ocidente, Eurásia e inclusive do próprio Sul Global. As Ciências Humanas em Angola devem se virar para África, para os afrodescendentes na diáspora, bem como para as demais contribuições contra-coloniais centrados em estudos sobre África a partir de narrativas e perspectivas dos africanos e afrodescendentes.

A Sociologia, bem como as demais Ciências Humanas em Angola precisam abandonar a cosmovisão passivista de que o (ego) centrismo nas relações entre os polos de poder geopolítico é algo externo aos africanos. Este artigo é contrário e rejeita categoricamente essa cosmovisão universalizada que atribui aos africanos subsaarianos o papel de exclusiva macro civilização de civilizações humanas politicamente correta. A visão estereotipada do ser humilde, mero espectador das disputas internacionais do poder, aquele que deve ser influenciado e (re)conquistado. Ferreira diz que nos EUA, os enormes investimentos feitos pelo governo do país, destinados aos estudos africanos tiveram uma dimensão geopolítica inegável e basearam-se na Lei Educacional de Defesa Nacional VI, que considerava a África um campo de disputas geopolíticas com os polos de poder adversários. Segundo o autor, de 1949 a 1964, o governo estadunidense investiu cerca de 76 milhões de dólares em estudos sobre África:

Em 1962, relatório do Departamento de Estado norte-americano afirmava que a África era “provavelmente o maior campo aberto de manobras na competição entre o bloco sino-soviético e o mundo não comunista” (Robinson, 2004, p.17). Só para estudos relacionados à África, o volume de recursos somaria 76 milhões de dólares entre 1949 e 1964.19 Um dos marcos do envolvimento governamental foi a Lei Educacional de Defesa Nacional VI (o Title VI), de 1958, voltada sobretudo para o ensino de línguas africanas, e que ainda hoje é um dos principais mananciais de recursos para os *area studies* (McCann, 2002, p. 31; Ferreira, 2010, p. 73-90).

A Sociologia e demais Ciências Humanas em Angola devem ser reorientadas com o fim de assumirem uma dinâmica mais ousada, serem capazes de remodelar a visão de mundo das massas, afim de se fazer passar a mensagem de que o despertar do gigante adormecido que é a África, é o início de um percurso rumo a afirmação geoestratégica global. Demarcando-se das teorias que procuram convencer os angolanos de uma delegação quase mitológica atribuída ao continente africano como mera zona de disputa de influências entre

outros polos de poder.

Mas quem somos nós, afinal? Ou o que queremos ser? Há um pouco de obsessão com uma qualidade africana, uma busca frenética por um africano arquetípico, exemplar. Isso pode estar mal colocado, se acarretar uma definição congelada no tempo. O que deveríamos fazer, em vez disso, é celebrar a essência da condição africana,<sup>6</sup> politizar uma identidade africana como uma estratégia deliberada de conter os excessos da globalização. Detemos o conhecimento e os recursos para construir o "caráter" dessa condição africana. Na verdade, temos até os recursos para politizá-la e para legitimar uma definição dela (Falola, 2007, p. 18).

Do ponto de vista da *real politik* (política real), todo ator geopolítico é autocentrista. A adoção de uma política acadêmico-epistemológica afrocêntrica, seria por parte de Angola, a adoção de uma resposta e/ou retaliação espelhada contra um polo (Ocidente) com tendências ao monopólio no que concerne a produção e divulgação do conhecimento, jaz desde os seus primeiros contatos com os africanos. O centrismo acadêmico-africano é, portanto, necessário e imperativo para a efetivação de uma Sociologia realmente endógena e ao serviço do povo. Quem, por exemplo, exceto uma educação afrocentrada, revelará ao mundo o fato histórico ocultado atualmente por todas as partes do conflito, de que mais de 1 milhão de africanos subsaarianos foram mobilizados coercitivamente pelos franceses e levados a combater os exércitos nazistas na Europa? Quem, por exemplo, exceto uma educação afrocentrada revelará ao mundo os genocídios de africanos levados a cabo pela Alemanha e demais potências coloniais europeias? A Sociologia em Angola deve, como diz Falola (2007), colocar o que é africano no centro. As Ciências Humanas devem ser afro-memoráveis, imortalizar os milhões de martirizados angolanos/africanos e ser um cartão postal relembrando ao povo angolano de que só, e exclusivamente uma integração africana efetiva representará uma garantia de segurança e prosperidade para o país.

### **Considerações Finais**

Hoje, o mundo já não é mais o mesmo ao que procedeu e se estabeleceu com o fim da guerra fria. Existe atualmente uma guerra cultural e epistemológica quente entre civilizações, onde Angola sendo parte da milenar civilização afro-bantu deve tomar o seu lugar neste marco de disputas, onde a inércia não é uma opção, já que se trata de uma questão existencial, o ser e se sentir eu sem a necessidade de se recorrer ao consentimento de teóricos ocidentais, ou seja, existo porque reconheço que existo, não porque tal diz que existo. Fingir integração com o Ocidente evidentemente se mostrou inviável, pois, como jamais se viu antes, as chamadas instituições internacionais (ocidentais de fato) caíram no descrédito numa velocidade hipersônica no biênio 2022/2023, o que de certo modo nos leva a questionar não só a legitimidade, mas como também os objetivos das organizações e eventos educacionais com base naquele polo supremacista.

Basta de reproduções de discursos sobre eternos melhores autores, eternas melhores teorias, pelo menos em Angola e África, bastam. Já nos questionamos por que o chamado Ocidente coletivo procura cancelar autores de países rivais nos mais diversos campos do conhecimento? Tudo isso deve funcionar como um sinal de alerta para Angola, África e o Sul global. Como diz Prabhat Patnaik (2023) “E uma vez que o projeto imperialista não termina com a descolonização política formal, o sistema educativo nas ex-colônias

recém-independentes tem de procurar continuamente ir além das falsidades do imperialismo.” Infeliz ou felizmente, a força dos fatos nos leva a deduzir que chegou a hora de ruptura, um estágio das coisas impulsionado pelo próprio Ocidente. É hora de se criar em Angola um referencial teórico bibliográfico do ensino de Sociologia pós-unipolaridade, anti-imperialista, afrocentrado e popular. Os sociólogos, demais cientistas sociais e educadores não estão fora de cartilha das disputas internacionais em andamento, muito pelo contrário, são partes fundamentais do processo todo, pois a consciência de classe e civilizacional entre as nações começa na escola e na academia.

Em nenhum outro momento em cerca de 500 anos de ditadura epistemológica a hegemonia ocidental esteve tão comprometida tal qual está em nossos dias, é o momento ideal para se levar a cabo reformas ousadas no campo da educação em que no caso de serem implementadas, os impactos mudarão radicalmente o curso de toda a história de Angola e África nas suas relações com o Ocidente supremacista.

## REFERÊNCIAS

- ANGOLA (2023). Decreto Presidencial: Angola isenta cidadãos de 98 países de vistos de turismo. **Governo de Angola.** Informação disponível em: <https://governo.gov.ao/noticias/1046/governo/decreto-presidencial/angola-isenta-cidadaos-de-98-paises-de-vistos-de-turismo>. Acesso em 27 de outubro de 2024.
- CARDOSO, Carlos. **Da possibilidade das ciências sociais em África. Como fazer ciências sociais e humanas em África.** 8. Cardoso. Pmd, 02/11/2011.
- CIDADÃOS da CPLP e do G20 isentos de pagamento de visto de entrada em Angola. Forbes África Lusófona. Informação disponível em: <https://www.forbesafricalusofona.com/cidadaos-da-cplp-e-do-g20-isentos-de-pagamento-de-visto-de-entrada-em-angola/>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.
- FALOLA, Toyin. **Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África.** Afro-Ásia, núm. 36, 2007, pp. 9-38Universidade Federal da Bahia, Bahía, Brasil.
- FERREIRA, Roquinaldo. A Institucionalização dos Estudos africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 2010, v. 30, n.59, p. 73-90.
- INGLÊS, Paulo. **Angola é a nossa casa. Reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo:** Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017.
- LAUER, Helen, **sobre a própria ideia de uma tradição do conhecimento ocidental: analisando afirmações que lidam com o regresso econômico na África.** O resgate das ciências sociais e humanas, e das humanidades através da perspectiva africana. Fundação Alexandre de Gusmão Brasília – 2016.
- MANUEL. Adérito. O pensamento sociológico no ISCED de Luanda: um estudo dos trabalhos de fim de curso de licenciatura defendidos entre 2003 e 2013. In: **Sociologia, ensino e prática.** 2016. Disponível em: [http://isced.ed.ao/assets/739/Sociologia\\_Esino\\_e\\_Pr%C3%A1tica\(livro\\_online\).pdf](http://isced.ed.ao/assets/739/Sociologia_Esino_e_Pr%C3%A1tica(livro_online).pdf). Acessado em: 11 Maios 2017.
- O FRACASSO dos EUA em África. **Maka Angola.** Informação disponível em: <https://www.makaangola.org/2023/04/o-fracasso-dos-eua-em-africa/>. Acesso em: 28 de abril de 2023.
- OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **A intervenção ocidental na Líbia:** interesses ocidentais e o papel da liga

árabe. BJIR, Marília, v. 4, n. 3, p. 670-693, set/dez. 2015.

PATNAIK, Prabhat. Uma política educacional para colonizar mentes. **Resistir. Info.** Informação disponível em: [https://resistir.info/patnaik/patnaik\\_31dez23.html](https://resistir.info/patnaik/patnaik_31dez23.html). Acesso em: 31 de dezembro de 2023.

UNIÃO africana torna-se membro permanente do G20. **Agência Brasil.** Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/uniao-africana-torna-se-membro-permanente-do-g20>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

YANKAH, Kwesi. A globalização e o acadêmico africano. Versão levemente revisada a partir da monografia com o mesmo título publicada em 2004 pela Faculdade de Artes da Universidade de Gana, em Legon. In: **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas.** Volume 1, Fundação Alexandre Gusmão. Brasília 2016, p.135.

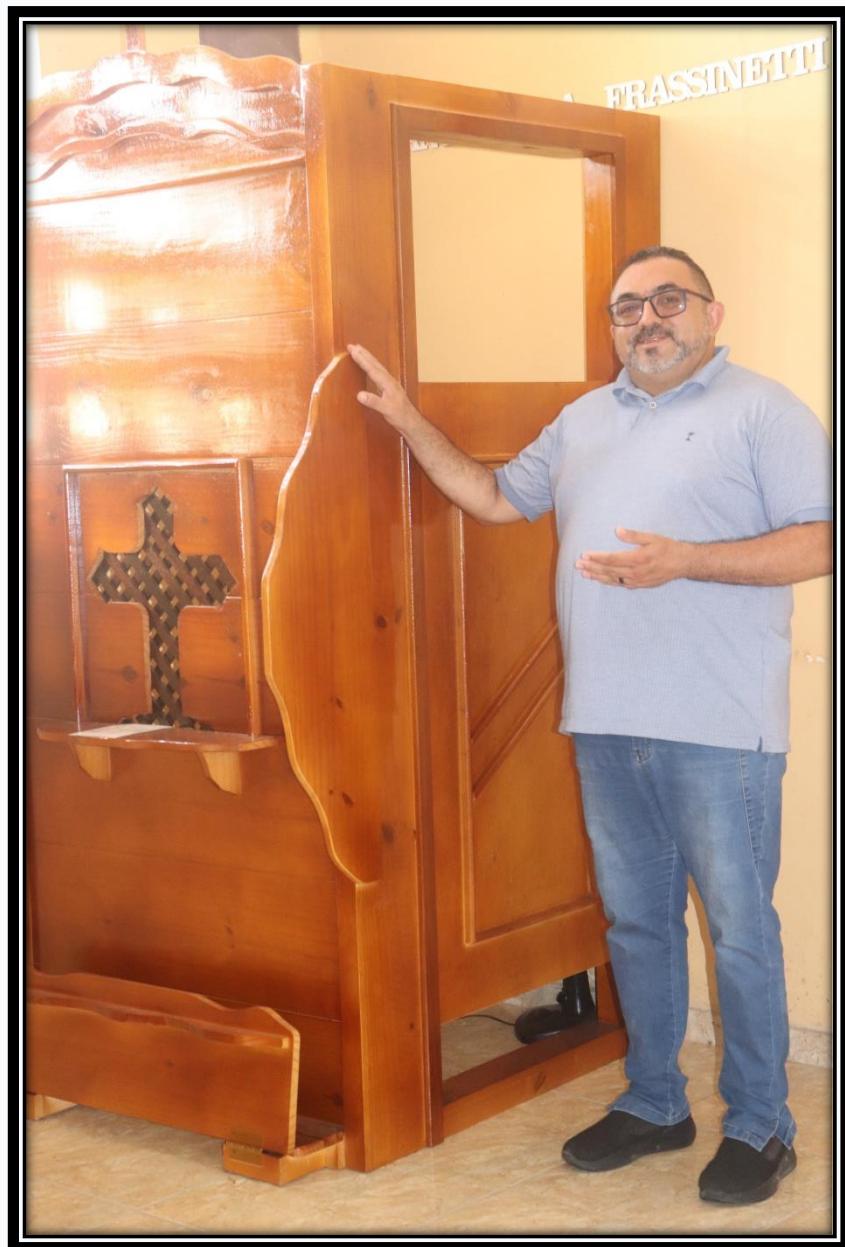
## ETNOGRAFIA VISUAL E DIVERSIDADE RELIGIOSA E ESPIRITUAL NA REDE DE COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

As fotografias foram feitas entre 2023 e 2024, através de visitas a 20 cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim, efetuando-se uma etnografia visual, buscando acompanhar e entender aspectos da dinâmica cotidiana, da mística, da capilaridade territorial e da relação com comunidades, grupos sociais e famílias vulneráveis. Este ensaio visual destaca a diversidade religiosa e espiritual que compõe a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim (<https://www.instagram.com/redecozinhascomunitariasgbj/>; <https://cozinhascomunitariasgbj.org.br/>), em Fortaleza, Ceará, com instituições, cozinhas e lideranças de filiação espírita, católica, evangélica, neopentecostal e de religiões de matrizes afroameríndias, particularmente a Umbanda e o Candomblé. As visitas vincularam-se ao projeto de iniciação científica e tecnológica “Cozinhas comunitárias como tecnologias sociais: uma análise a partir do Grande Bom Jardim, Fortaleza, Ceará”, e ao Projeto de Extensão, Arte e Cultura (PIBEAC) Diálogos Urbanos, nas edições entre 2020 e 2025. Foram entrevistadas lideranças e feitos registros visuais, através de vídeos e fotografias, que permitiram evidenciar a relevância da atuação das cozinhas comunitárias no enfrentamento à fome, em articulação com outras ações sociais. Por meio da atuação no território, fomos percebendo como os alimentos e o alimentar, as culturas alimentares, as religiosidades, as espiritualidades, as cosmologias e o protagonismo político popular-comunitário se entrelaçam, evidenciando a densidade, complexidade e relevância democrática e cidadã das agencialidades popular-comunitárias do Grande Bom Jardim.

Neste ensaio visual, apresentamos oito fotografias, que expressam e revelam parte da diversidade religiosa e espiritual e da densidade cosmológica e societal na Rede de Cozinhas Comunitárias e no território do Grande Bom Jardim. As fotografias evidenciam como a presença de religiosidades/espiritualidades compõem a constituição urbana do território, as vivências cotidianas e o protagonismo ético-político popular-comunitário. A etnografia visual fomentou reflexões acerca das práticas culturais e ritualísticas das diversas tradições religiosas e/ou espirituais, desde as mais tradicionais do cristianismo até as práticas afro-indígenas, pensando como essas tradições dialogam com as práticas alimentares em uma lógica religiosa. Refletimos sobre como as práticas de alimentação votiva estão interligadas às ações sociais, evidenciando articulações entre ancestralidade e cultura alimentar e, ao mesmo tempo, como as influências da cidade e os desafios sociais afetam a manutenção dessas práticas. Também refletimos sobre como estas estão ligadas diretamente às cozinhas comunitárias, como a comunidade se relaciona com essas práticas e como isso se difunde no contexto social que transcende os adeptos das religiões/espiritualidades ali presentes. Seria importante também pensar na ideia de um grande polo ou eixo ecumênico social, onde as práticas

religiosas de servir confluísssem no âmbito do movimento popular-comunitário do Grande Bom Jardim. Para finalizar, a convivência na Rede de Cozinhas Comunitárias é indício de uma postura democrática. As fotografias foram feitas por Nathyelly Araújo dos Santos. Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ao Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), à Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (Rede DLIS) e à Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim e a cada uma de suas instituições, cozinhas e lideranças.

**Palavras-chave:** Cozinhas comunitárias; Grande Bom Jardim; diversidade religiosa; povos e comunidades tradicionais; espiritualidade.



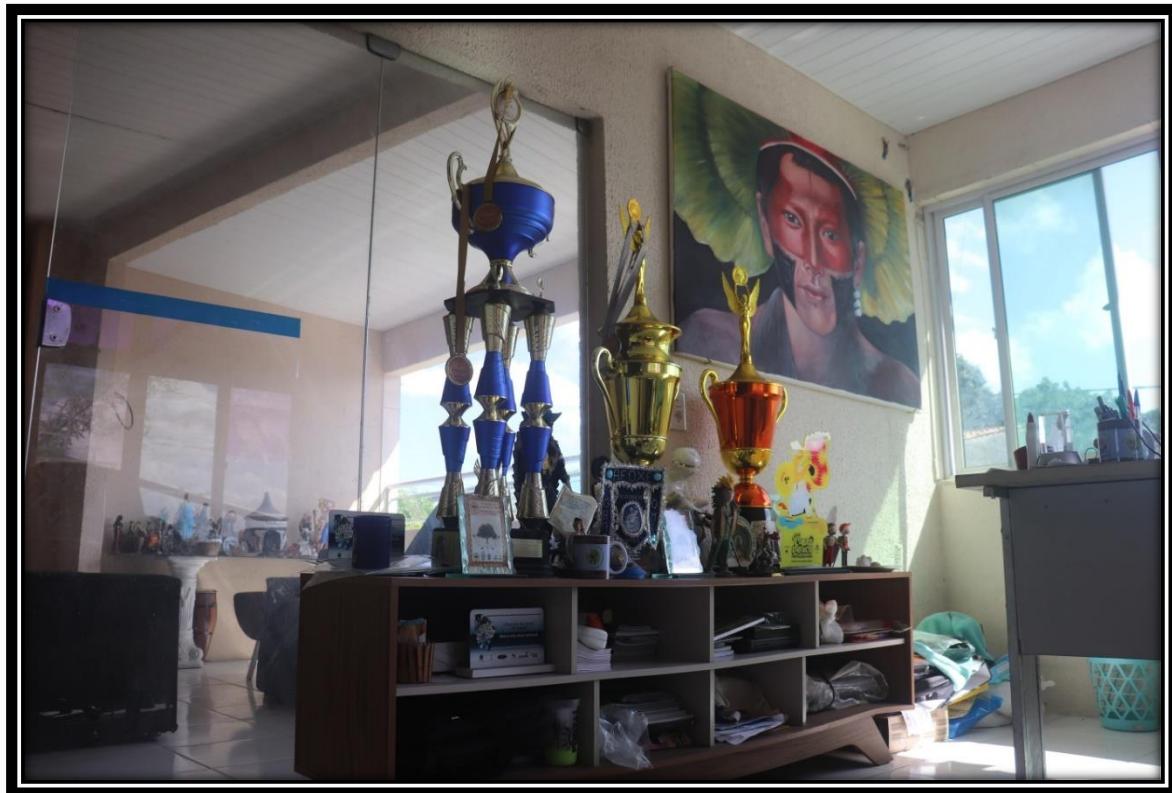
**Figura 1**

Padre Douglas (Padre Jean Douglas Miranda de Sousa) mostrando a sacristia da Paróquia Santa Paula Frassinetti, na Granja Lisboa. Ao mostrar a sacristia reformada, Padre Douglas ilustra a relevância do móvel e da religiosidade católica para a constituição comunitária do território. A Paróquia Santa Paula Frassinetti tem um papel importante na construção territorial do bairro Granja Lisboa, através do trabalho pastoral das Comunidades Eclesiais de Base. O bairro tem uma população de 63.420 habitantes (Censo 2022).



**Figura 2**

Imagens de caboclos das matas, no Centro Espírita de Umbanda Terreiro Pai Jacob e Vira Mundo, na Granja Portugal. O Centro Espírita de Umbanda Pai Jacob e Viramundo criou o Projeto Viramundo, que articula a Associação Cultural Beneficente Aldeide Viramundo (ACBAV), o grupo O Poder das Yabás, o Grupo Afro K'Lundu e a Cozinha da Vovó. O terreiro está fazendo sessenta anos de existência em 2025.



**Figura 3**

Troféus culturais no escritório do Pai Marcos Amorim (Marcos Antônio Silva Amorim), no Centro Espírita de Umbanda Reis Tupinambá, na Granja Lisboa. Os troféus são de premiações do Afoxé Omôrisà Odè e do Bloco do Zé Almir, vinculados ao Terreiro Reis Tupinambá. O Afoxé Omôrisà Odè venceu o Carnaval de Fortaleza, na categoria Afoxé, nas últimas quatro edições: 2020, 2023, 2024 e 2025.



Figura 4

Altar dedicado aos Filhos de Santo no Centro Espírita de Umbanda Reis Tupinambá, na Granja Lisboa. Apresenta a sistematização dos filhos de santo e a expressiva quantidade de caboclos existentes em apenas uma linhagem, ilustrando a grande dimensão e complexidade do mundo espiritual e social dos povos de terreiro.



**Figura 5**

Pai Neto Tranca Rua (Miguel Ferreira Neto) mostra as imagens de três entidades da umbanda, no Centro Espírita de Umbanda São Miguel, na Granja Lisboa. Do lado esquerdo, Maria Padilha, que, para a Umbanda, é o elemento feminino do centro da terra e representa mulheres fortes e decididas. Do lado direito, a Pomba Gira, que representa a deusa da beleza e é responsável por tudo o que é bonito no mundo terreno, referenciando os dois polos do mundo feminino: a força e a beleza. No centro, uma imagem de Exu, o guardião comunicador, que leva os pedidos para o orixá. Pai Neto explica que, na imagem, ele está representando: o elemento masculino, a humanidade; os pés representam o instinto animalesco; os seios e a silhueta representam a beleza e o lado feminino do homem, as asas são a liberdade; o chifre, a comunicação.



**Figura 6**

Cristina (Cristina Nascimento de Sousa), da Cozinha CRIART, se identifica como espírita e é liderança do Grupo Produtivo CRIART (@grupocriartce e @grupoprodutivocriat), com 15 anos de existência e atuação. A Cozinha Solidária e Criativa CRIART é composta por mulheres periféricas, que se fortalecem no Bom Jardim, a partir de um longo processo formativo sobre geração de renda, feminismo e economia solidária.



**Figura 7**

Dona Antônia (Antônia Mendes de Souza), que se identifica como evangélica, representa a Associação das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Grande Bom Jardim, que conta com a Cozinha Comunitária ASCABOMJA. Dona Antônia, ou Dona Toinha, como é chamada, é uma liderança da categoria de catadores do Ceará, integrante da Rede de Catadoras e Catadores de Resíduos Sólidos e Recicláveis do Ceará e vice-presidente do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).



Figura 8: Dona Alzira (Alzira Pereira de Lima), em frente à sede da Associação Avivar, revelando alegria e orgulho, na Granja Lisboa, onde se situa a cozinha comunitária. Dona Alzira é mãe da Pastora Zoza (Rosangela Pereira de Lima), vinculada à uma igreja neopentecostal. Fundaram a associação nas proximidades da igreja, buscando fortalecer a relação com os fiéis, visando ajudar não somente pela fé, mas também através de ações sociais e parcerias com o poder público municipal e estadual e com outras instituições sem fins lucrativos.

## Autoras(es)

- Nathyelly Araújo dos Santos. Graduanda do curso Bacharelado em Humanidades (BHU), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Secretária de assuntos inter-raciais no Centro Acadêmico (CA) do Bacharelado em Humanidades. Membro do Grupo de Extensão e Pesquisa Diálogos. Acarape, Ceará, Brasil. E-mail: [nathyellyaraujo288@gmail.com](mailto:nathyellyaraujo288@gmail.com).
- Eduardo Gomes Machado. Doutor em Sociologia. Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaborador permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisa Diálogos. Acarape, Ceará, Brasil. E-mail: [eduardomachado@unilab.edu.br](mailto:eduardomachado@unilab.edu.br).
- Geyse Anne da Silva. Mulher negra, multiartista. Bacharela em Humanidades (UNILAB) e Mestranda em Sociologia (UECE). Integra o Grupo de Extensão e Pesquisa Diálogos e é militante do Movimento Negro Unificado (MNU). E-mail: [geyseannedasilva@gmail.com](mailto:geyseannedasilva@gmail.com).
- Adriano Paulino de Almeida. Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, Fortaleza, Ceará, Brasil. Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: [adrianoalmeidadh@gmail.com](mailto:adrianoalmeidadh@gmail.com).
- Clímério Anacé, do município de Caucaia no estado do Ceará graduado em Humanidades (UNILAB), graduando em Antropologia pela UNILAB, multiartista, liderança indígena Anacé, membro da Federação dos Povos Indígenas do Ceará (FEPOINCE) e do Instituto Plurinacional de Pesquisadores e Pesquisadoras Indígenas (INPPEI), pesquisador da temática indígena no Ceará.
- Moisés Tavares Cá. Bacharel em Humanidades licenciando em Pedagogia (UNILAB). Poeta, escritor e pesquisador guineense. Artista e ativista crítico-literário das expressões culturais e artísticas africanas e educação. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisadores da Educação na Guiné-Bissau; Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares e Vozes de África. Bolsista do projeto Diálogos Urbanos, Movimentos Sociais, Povos e Comunidades Tradicionais. Cidade de Acarape, Ceará, Brasil. E-mail: [moisesinditavares@gmail.com](mailto:moisesinditavares@gmail.com).